

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS:
UM ESTUDO COMPARADO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NAS ÁREAS
DE EDUCAÇÃO E ECONOMIA/FAZENDA EM GOVERNOS NACIONAIS**

NICKOLAS ANDRADE DE ASSIS

FLORIANÓPOLIS

2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da Biblioteca
Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Assis, Nickolas Andrade de
Avaliação de políticas públicas em países latino-americanos: :
um estudo comparado sobre as práticas avaliativas nas áreas de
educação e economia/fazenda em governos nacionais. / Nickolas
Andrade de Assis. -- 2024.
167 p.

Orientador: Leonardo Secchi
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas -
ESAG, Programa de Pós-Graduação em Administração,
Florianópolis, 2024.

1. Administração Pública. 2. Avaliação de Políticas Públicas. 3.
América Latina. I. Secchi, Leonardo . II. Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

NICKOLAS ANDRADE DE ASSIS

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS:
UM ESTUDO COMPARADO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NAS ÁREAS
DE EDUCAÇÃO E ECONOMIA/FAZENDA EM GOVERNOS NACIONAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Superior de Administração e Gerência – Esag, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Secchi

BANCA EXAMINADORA

Membros:

Leonardo Secchi, Ph. D.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Marcello Beckert Zappellini, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Maria Celeste Ghiano, Dra.

Universidade Católica de Córdoba

Florianópolis, 30 de julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido concluída sem o apoio de algumas pessoas, às quais dedico este espaço, no que imagino ser a obra que mais empreendi tempo e esmero em toda a minha vida.

Primeiramente, devo agradecer a Deus, o Supremo Arquiteto, por me proporcionar nascer e conviver em um ambiente de paz e prosperidade.

Devo minha gratidão aos meus pais, Simone Carvalho de Andrade e Charles Vieira de Assis, os quais, cada um à sua maneira, me impulsionaram para alçar voos cada vez mais longínquos. Indubitavelmente, também devo minha gratidão aos meus avós paternos, Zilda Carolina Vieira de Assis e Sebastião Jaime de Assis (*in memoriam*), por seu apoio, presença e amor incondicional desde sempre. Desejo de coração, poder ter sido merecedor do empenho dedicado por vocês em todos os aspectos da minha vida.

Agradeço, imensamente, à minha namorada, Julia Locks, que me acompanhou durante toda a trajetória do mestrado acadêmico, inclusive aceitando a experiência de viver comigo durante o meu período de intercâmbio na Argentina, onde fui extremamente bem recebido.

Agradeço também a todos que participaram, direta ou indiretamente, do meu processo de formação. Em especial, agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina e à Universidade Católica de Córdoba que, por meio do seu corpo docente, enriqueceram meu portfólio acadêmico e me engrandeceram ainda mais como pessoa.

Gostaria de expressar minha gratidão ao meu professor-orientador, Dr. Leonardo Secchi, pelo seu empenho e pela sua paciência que, de forma excepcional, contribuiu durante todo o andamento da pesquisa, *conditio sine qua non* ao resultado desse trabalho.

Agradeço também aos membros da banca avaliadora, Dra. Maria Celeste Ghiano e Dr. Marcello Beckert Zappellini, que com seus vastos conhecimentos, ofereceram sugestões de grande valia para o desenvolvimento deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu nobre amigo, Luciano Peters Busarello, pelo auxílio na realização dos aspectos quantitativos da presente pesquisa.

A todos os indivíduos supramencionados, a minha eterna gratidão!

*“Quer você acredite que consiga fazer
uma coisa ou não, você está certo”.*

(Henry Ford)

RESUMO

Este estudo analisa comparativamente os diferentes tipos de avaliação de políticas públicas realizados nas áreas de Educação e Economia/Fazenda em governos nacionais da América Latina. Os relatórios foram classificados de acordo com as seguintes tipologias: natureza (formativa e somativa), conteúdo (demanda, desenho, insumos, processo e resultados), método (qualitativo, quantitativo e misto), responsabilidade (interna, externa, mista e participativa) e justificativa (instrumental, conceitual, persuasiva e meta-analítica). É possível destacar também a contribuição das Quatro Ondas de Difusão de Avaliação de Vedung (2010) e as Quatro Gerações de Avaliação de Guba e Lincoln (1989). A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental dos relatórios obtidos nos sites oficiais de Ministérios e Secretarias da Educação e Economia/Fazenda de sete países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru. Ao todo, foram categorizados e analisados 284 relatórios, sendo 165 da Educação e 119 da Economia/Fazenda. Com o desenvolvimento do estudo, um panorama latino-americano foi traçado, visando não apenas quantificar as abordagens predominantes, mas também prover um entendimento aprofundado das diferentes práticas avaliativas adotadas em ambas as áreas de política pública. Dentre os principais resultados obtidos, percebe-se que há uma preponderância de avaliações formativas, de resultado, e com justificativa instrumental em ambas as áreas. Ainda que avaliações conceituais e participativas sejam realizadas em maior número na área da educação do que na área da economia/fazenda, elas são minoritárias dentre o rol de avaliações que compõem a amostra.

Palavras-chave: Administração Pública. Avaliação de Políticas Públicas. América Latina.

ABSTRACT

This study comparatively analyzes the different types of public policy evaluations conducted in the areas of Education and Economy/Finance in national governments of Latin America. The reports were classified according to the following typologies: nature (formative and summative), content (demand, design, inputs, process, and results), method (qualitative, quantitative, and mixed), responsibility (internal, external, mixed, and participatory), and justification (instrumental, conceptual, persuasive, and meta-analytical). The contribution of Vedung's Four Waves of Evaluation Diffusion (2010) and Guba and Lincoln's Four Generations of Evaluation (1989) is also highlighted. Data collection was carried out through documentary research of reports obtained from the official websites of the Ministries and Secretariats of Education and Economy/Finance of seven countries: Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Mexico, and Peru. In total, 284 reports were categorized and analyzed, with 165 from Education and 119 from Economy/Finance. As the study progressed, a Latin American panorama was outlined, aiming not only to quantify the predominant approaches but also to provide a deeper understanding of the different evaluation practices adopted in both areas of public policy. Among the main results obtained, it is noted that there is a predominance of formative evaluations, results-oriented evaluations, and those with instrumental justification in both areas. Although conceptual and participatory evaluations are conducted more frequently in the education sector than in the economy/finance sector, they remain a minority within the sample's overall evaluations.

Keywords: Public Administration. Policy Evaluation. Comparative Studies. Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto à sua natureza nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina	95
Figura 2- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto ao seu conteúdo nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina	98
Figura 3- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto ao seu método nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina	103
Figura 4- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto à sua responsabilidade nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina	106
Figura 5- Distribuição de frequência dos relatórios quanto à sua justificativa de utilização nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina	110

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de frequência dos relatórios em cada país estudado.....	93
--	----

QUADROS

Quadro 1 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto à sua natureza.....	84
Quadro 2 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto ao seu conteúdo	84
Quadro 3 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto ao seu método	86
Quadro 4 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto à sua responsabilidade	86
Quadro 5 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto à sua justificativa	87

TABELAS

Tabela 1 – Frequências observadas e esperadas na natureza das avaliações	Erro! Indicador não definido.
--	--------------------------------------

Tabela 2- Frequências observadas e esperadas no conteúdo das avaliações **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 3- Frequências observadas e esperadas no método das avaliações... **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 4 - Frequências observadas e esperadas na responsabilidade das avaliações **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 5 - Frequências observadas e esperadas na justificativa das avaliações .. **Erro! Indicador não definido.**

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO	11
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
2.1.1 Áreas de política pública	16
2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	17
2.2.1 As Quatro Ondas de Difusão de Avaliação	19
2.2.2 As Cinco Gerações de Avaliação	22
2.3 TIPOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	24
2.3.1 Tipos de avaliação quanto à sua utilização ou justificativa.....	24
2.3.2 Tipos de avaliação quanto à sua espécie ou natureza	25
2.3.3 Tipos de avaliação quanto aos sujeitos responsáveis pelo processo	26
2.3.4 Tipos de avaliação quanto à abordagem metodológica	27
2.3.5 Tipos de avaliação quanto ao seu conteúdo.....	28
2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA.....	29
2.4.1 Argentina	33
2.4.2 Brasil.....	36
2.4.3 Chile	47
2.4.4 Colômbia	57
2.4.5 Equador.....	62
2.4.6 México	68

2.4.7 Peru.....	73
3 METODOLOGIA.....	76
3.1 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTUDO E UNIDADES DE ANÁLISE...	77
3.2 ESTUDOS COMPARADOS	79
3.3 PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	80
3.4 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS DE ANÁLISE	82
3.4.1 Protocolo de análise documental	84
4 RESULTADOS	91
4.1 RESULTADOS EXPLORATÓRIOS	91
4.2 RESULTADOS DESCRIPTIVOS	94
4.2.1 Natureza das avaliações.....	95
4.2.2 Conteúdo das avaliações.....	98
4.2.3 Método das avaliações.....	103
4.2.4 Responsabilidade das avaliações	106
4.2.5 Justificativa das avaliações	110
4.3 PANORAMA COMPARADO	115
5 CONCLUSÃO.....	122
6 REFERÊNCIAS	127
ANEXO A: SITES OFICIAIS DOS MINISTÉRIOS OU SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ECONOMIA/FAZENDA	141
ANEXO B: RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO POR PAÍS E POR ÁREA DE POLÍTICA PÚBLICA	144

1 – INTRODUÇÃO

A avaliação e o monitoramento são dois estágios fundamentais do planejamento do Estado. Através de sua utilização, é possível discernir quais ações governamentais possuem um impacto positivo e devem ser mantidas, ao passo que também é possível perceber quais são as políticas ou programas que não alcançaram o objetivo planejado e devem ser encerrados ou alterados.

Desta forma, o processo avaliativo deve fornecer informações e pareceres sólidos e bem fundamentados, alicerçados em dados empíricos que auxiliem com que a tomada de decisão seja realizada pautada em fatos e evidências (Vedung, 2017).

Inúmeros autores abordam a importância da avaliação de políticas públicas na melhoria dos programas oferecidos e na tomada de decisão. (Fitzpatrick; Sanders; Worthen, 2012; Hogwood; Gunn, 2012; Schneider, 1986; Scriven, 1967). Nesse sentido, avaliadores profissionais e *stakeholders* chegam a uma conclusão: a avaliação está presente em toda parte e certamente é um âmbito de estudo em constante crescimento e evolução nos tempos atuais (Rossi; Lipsey; Henry, 2019).

Na etapa avaliativa, tanto as deficiências quanto os efeitos indesejados da política são observados, visando o desenvolvimento de novas ações e/ ou políticas públicas. Caso os objetivos da política em questão forem atendidos, o ciclo de política pública é passível de suspensão ou encerramento, do contrário, pode resultar no início de um novo ciclo, ou seja, novamente à etapa de percepção e definição dos problemas.

Ainda que comparada a outras disciplinas, a avaliação como é conhecida hoje seja uma área de estudo recente, e acadêmicos e pesquisadores remetam a sua gênese no final da década de 1960, a avaliação de programas e políticas possui indícios que datam, pelo menos, 150 anos antes disso (Madaus; Stufflebeam; Scriven, 1993).

Dessa forma, o campo da avaliação já é utilizado pela grande maioria dos países como uma forma de auxiliar a prestação do serviço público e aferição da eficácia de seus programas e políticas.

Atualmente, de um modo geral, há um consenso entre os avaliadores com relação às limitações e desafios existentes na condução e execução de processos avaliativos e na forma como deve ser realizada a divulgação das descobertas (Rossi; Lipsey; Henry, 2019)

Segundo Shadish, Cook e Leviton (1991, p. 318), autores consagrados na área da avaliação de políticas públicas como Lee J. Cronbach e Peter Rossi, concordam que a avaliação é caracterizada por múltiplas epistemologias, múltiplos métodos e múltiplas prioridades. Nesse sentido, depreende-se que ambos os autores destacam que a adoção de uma determinada técnica avaliativa está vinculada às circunstâncias em que a avaliação é empregada, ao contexto e ao propósito da avaliação.

A aplicação de métodos de pesquisa social à avaliação de políticas públicas coincide dentre outras coisas, com mudanças políticas, ideológicas e demográficas (Rossi; Lipsey; Freeman, 2004). Destarte, há uma grande diversidade na forma como são realizadas as avaliações de política pública, podendo variar conforme sua área, estágio de maturação do programa, partes interessadas, interesses políticos, dentre diversos outros fatores. Nesse mesmo sentido, Bozeman e Pandey (2004) afirmam que as decisões governamentais dificilmente podem ser consideradas apolíticas, sendo bastante difícil distinguir o conteúdo político do conteúdo técnico.

A tomada de decisão na Administração Pública depende de alguns fatores e perspectivas. Segundo Subirats (1989, p. 140) essas perspectivas podem ser subdivididas em três categorias: I - Gerencial ou técnica; II - Política; III - Jurídico-legal. Em seu trabalho “*Four systems of policy, politics, and choice*”, Theodore J. Lowi (1972) ressaltou a influência das políticas públicas na dinâmica política (Secchi, 2013). Diante ao exposto e tendo em mente que a dinâmica política também pode influenciar o tipo de avaliação, é possível imaginar que a área de política pública possa gerar alguma alteração na forma com que são realizados os estudos avaliativos (Fitzpatrick; Sanders; Worthen, 2012, p. 34; Wholey; White, 1973).

Como já mencionado, as tipologias de avaliação de política pública são inúmeras. Para citar alguns exemplos, Weiss (1998) as classifica em quantitativas, qualitativas ou mistas. As tipologias ainda podem ser classificadas como formativas ou somativas (Ala-Harja e Helgason, 2000). Também existe a possibilidade de classificá-las como externas, internas, mistas e participativas (Ramos e Schabbach, 2012). Dentre essa infinidade de possibilidades e dimensões de influência, certamente torna-se possível identificar a utilização de diferentes ferramentas e metodologias de avaliação de política pública na Administração Pública de países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

No século XX ocorreu uma grande mudança na forma com que os governos executam sua gestão. Nessa época, surgiram diversas organizações interessadas em influenciar os

governos na forma com que eles tomam suas decisões. Dentre este rol de instituições é possível citar inúmeros grupos de pressão, acadêmicos, *think tanks*, dentre outros. A apresentação de “evidências” por parte desses grupos aos governos é um dos instrumentos mais utilizados para efetivar essa influência. Fora algumas exceções, os governos e governantes tornaram-se cada vez mais afeitos à essas evidências (Davies; Nutley; Smith, 2000).

Desde o início do século XXI, a avaliação de políticas vem se consolidando nos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. Em um primeiro momento, essa prática foi instituída e promovida por agências de fomento e financiamento, mas cada vez mais a prática avaliativa é utilizada por entidades estatais e não governamentais para sustentar e qualificar a tomada de decisão (Horton e Mackay, 1999)

Uma vez que a avaliação tenha sido consolidada e institucionalizada como disciplina, redes de avaliação compostas por acadêmicos e profissionais começaram a se proliferar de maneira contundente nos Estados Unidos, na Europa e no Canadá, tendo também se propagado posteriormente pela Ásia, África e América Latina. Mais especificamente no âmbito da América Latina, é possível perceber uma grande discrepância no que tange ao nível de alcance dos Sistemas de Monitoramento e Avaliação Nacional. É sabido que existe grande variação nos tipos de avaliações que foram implantadas nos diversos setores de avaliação governamental, sendo muito mais cedo em alguns países e setores governamentais do que em outros. Faria (2003) expõe que comumente verifica-se uma multiplicidade de perspectivas, conjecturas incipientes e aspectos de análise que visam interpretar à variedade de técnicas e metodologias no processo de gerenciamento das políticas públicas, tendo em consideração um paradigma marcado pela incerteza, complexidade e uma certa interdependência assimétrica (Ghiano, 2021).

Apenas no final do século XX houve uma institucionalização das metodologias de avaliação na América Latina, fato esse que progrediu paulatinamente no período. Já no início do século XXI, o processo ganhou corpo e acelerou, mas ainda com algumas distorções e diferenças entre os países.

No caso do Brasil, mais especificamente, os estudos sobre políticas públicas são bem recentes. Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (Trevisan e Van Bellen, 2008).

Segundo Vedung, em seu livro *Public Policy and Program Evaluation* (2017), os principais teóricos do campo defendem que a avaliação *ex ante* deve ser englobada no conceito de avaliação. Entretanto, no presente estudo, a avaliação *ex ante* de políticas públicas (baseadas em intervenções que ainda não tenham sido adotadas), não faz parte do presente escopo de pesquisa, uma vez que essa etapa está mais ligada à criação, desenho e planejamento de uma política pública ou programa antes de sua instituição, o que a tornaria o escopo de análise desta pesquisa demasiado extenso, motivo esse pelo qual optou-se por retirá-lo do estudo.

A avaliação de políticas públicas ocupa espaço crescente nas pesquisas acadêmicas, o que se comprova pela quantidade de estudos presentes plataformas que aglutinam produções científicas, tais como *Scielo*, *Google Scholar* e *Spell*, bem como os diversos encontros, fóruns, grupos de trabalho, redes, conversatórios, congressos, conferências e os inúmeros *think tanks* tais como o *Centro de Aprendizaje en Evaluación y Resultados de América Latina y el Caribe* (CLEAR- LAC , na sigla em inglês), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil, dentre muitos outros. Nesse sentido, é percebido que a área de avaliação de políticas públicas toma corpo e irradia-se cada vez mais no debate científico, entretanto, os processos de formação da agenda e formulação das políticas ainda são os que ocupam posições de destaque nas pesquisas científicas (Ramos, Schabbach, 2012).

Durante a década de 1960, as avaliações de políticas públicas eram de cunho metodológico e sistemático (classificatório) e com um viés altamente normativo. A crença dominante era de que as recomendações dos estudos avaliativos aos tomadores de decisão, seriam espontaneamente implementadas em prol do aprimoramento das políticas públicas e programas, sem considerar impasses de cunho político. Somado a isso, havia uma expectativa de que necessariamente, ao produzir estudos avaliativos, “melhores e mais sábias decisões” seriam realizadas (Faria, 2005; Vedung, 2010).

Com um viés bem menos positivista, em seu livro *"Fourth Generation Evaluation"*, Guba e Lincoln (1989) afirmam que não existe uma forma “correta” de definir avaliação. Para os autores, a avaliação advém de construções humanas, onde os indivíduos tentam delinear algum sentido no meio o qual estão inseridos, ou seja, as descobertas encontradas no processo avaliativo não são “fatos” em última instância, mas são, em vez disso, literalmente criadas através de uma experiência interativa.

Surgem então algumas dúvidas, se o paradigma da avaliação de políticas públicas ainda se encontra como acima descrito ou se houveram avanços metodológicos, práticos e científicos

nessa seara, o que se espera depreender através do presente estudo. Manifestam-se, portanto, ainda mais questionamentos sobre os motivos para estas diferenças ocorrerem na adoção de práticas de avaliação *in itinere* (políticas e programas em andamento) e *ex post* (políticas e programas encerrados) dentre esses diferentes setores de política pública em países da América Latina.

Destarte, diante das circunstâncias apresentadas, define-se como pergunta de pesquisa: **Como ocorrem as avaliações de políticas públicas em governos nacionais de países latino-americanos?**

De forma a recalcitrar à pergunta de pesquisa, delimitou-se como objetivo geral:

Analisar comparativamente as avaliações de políticas públicas nas áreas da Educação e Economia/Fazenda em governos nacionais de países latino-americanos.

De modo a melhor instrumentalizar o objetivo geral, foram determinados os consequentes objetivos específicos:

- a) Estudar o estado da arte acerca da avaliação *in itinere* e *ex post* de políticas públicas em governos federais/nacionais;
- b) Analisar as modalidades/tipos/modelos de avaliação *in itinere* e *ex post* de políticas públicas mais utilizados nos Ministérios ou Secretarias de Educação e Economia/Fazenda dos governos nacionais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru;
- c) Analisar o processo de construção histórica que culminaram na adoção corrente dos modelos de avaliação de políticas públicas nos governos nacionais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru.
- d) Traçar um panorama latino-americano acerca das tipologias e metodologias de avaliação utilizadas nas duas áreas e relacioná-lo com as Ondas de Difusão de Avaliação de Vedung (2010) e as Quatro Gerações de Avaliação de Guba e Lincoln (1989).

1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Como já mencionado, existe um verdadeiro emaranhado de modelos e metodologias de avaliação de políticas públicas. Nessa esteira, diversos autores apresentam suas categorizações próprias como por exemplo a avaliação acadêmica (Ramos e Schabbach, 2012), avaliações “gerencialistas” e “não gerencialistas” (Faria, 2005), as Quatro Ondas de Difusão de Avaliação de Vedung (2010) e as Quatro Gerações de Avaliação de Guba e Lincoln (1989), que alicerça a fundamentação teórica desta pesquisa. Contudo a relevância do presente estudo reside na observância da variação da utilização destes modelos em contraste com as diferentes áreas de política pública analisadas, de maneira que seja possível comparar as duas áreas estudadas e compreender melhor este paradigma de avaliação de políticas públicas em países da América Latina.

Duas décadas atrás, segundo Arretche (2003), as teses, artigos e pesquisas publicadas na área de avaliação de políticas públicas, em sua maioria, versavam sobre a aferição dos efeitos decorrentes das políticas públicas em andamento ou de programas já consolidados. Souza (2003) corrobora com essa afirmação, quando assevera que novos estudos acadêmicos devem buscar o fortalecimento e elaboração de tipologias analíticas, mas também na identificação das variáveis que causam impactos sobre os resultados das políticas públicas. Neste sentido, surge a dúvida se tal constatação ainda prevalece na realidade da produção científica brasileira sobre o tema.

Segundo Jreisat (2011), os estudos comparados, quase que em sua totalidade, focalizam países já desenvolvidos da Europa, Ásia e América do Norte. Nesta senda, é possível perceber uma correlação biunívoca ao analisar este fato: Não existem muitos estudos passíveis de serem utilizados como alicerce bibliográfico, metodológico ou para fins de comparação a este. Entretanto, é apropriado dizer que discutir e aprofundar essa temática torna possível expandir os conhecimentos acerca do tema, diminuindo a lacuna teórica verificada.

Pesquisas deste cunho podem suscitar algumas descobertas acadêmicas interessantes. Primeiramente, estudos comparados acerca de políticas públicas em áreas distintas, permite aos pesquisadores uma compreensão ampla e precisa dos diversos procedimentos, técnicas e métodos utilizados pelos governos na busca pela solução de um problema público. Nessa toada, torna-se possível aumentar a quantidade e qualidade das publicações acerca do funcionamento do poder público na América Latina. Um segundo achado reside na apreciação dos processos avaliativos das políticas públicas na região e na percepção de como se dão esses processos, permitindo averiguar diferenças e semelhanças nos mesmos, de modo a identificar

possibilidades de melhorias. Por fim, o estudo permite uma melhor compreensão acerca das mudanças político-administrativas sucedidas no bloco, em um primeiro momento através de um aprofundamento em artigos e livros, e posteriormente através da análise dos relatórios de avaliação das políticas.

Segundo Cardozo (2024), pesquisas de cunho comparativo permitem que o conhecimento seja compartilhado por intermédio da colaboração de ambientes políticos, sociais e culturais distintos. Ao identificar intervenções exitosas (ou não) e explorar como poderiam ser adaptadas ou melhoradas em outras realidades, torna-se possível alicerçar o processo decisório e realizá-lo com base em evidências. Em especial, esta comutação de informações e percepções certamente permite que, em locais onde os recursos e a capacidade de exploração são limitados, os gestores políticos aprendam com as experiências de terceiros, minimizando assim a possibilidade de erros. O autor assevera ainda que, durante a pandemia do coronavírus, visto que não havia uma vasta monta de informações confiáveis e bem elaboradas sobre esta terrível doença que assolou o mundo inteiro, governantes de distintos países pautaram-se nas práticas de combate mais eficientes e bem-sucedidas, processo este, que permitiu uma “emulação” das condutas auspiciosas e afastou experiências duvidosas que possibilitaram uma maior propagação do vírus.

Ainda, é válido ressaltar os referidos países retratados na presente pesquisa propiciam cenários passíveis de análise no que diz respeito à temática de avaliação de políticas públicas, uma vez que perpassaram por crises socioeconômicas severas nos mais diversos regimes de governos, sejam eles oligárquicos, ditatoriais, populistas ou neoliberais.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a consecução dos objetivos elencados, faz-se necessário realizar um levantamento teórico-histórico do campo de estudo de avaliação de políticas públicas, de modo que seja possível captar o seu desenvolvimento ao longo do tempo, amplie perspectivas acerca da temática e seja o alicerce da presente pesquisa bibliográfica.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas encontram-se presentes no dia a dia da população mundial, e afetam a todos os seres, explícita ou implicitamente, não obstante de gênero, etnia, ou grupo social. Elas se referem ao conteúdo concreto e ao conteúdo simbólico das decisões políticas, bem como o processo de confecção e operacionalização dessas decisões.

Logo no início de seu livro *Understanding public policy*, Thomas Dye conceituou uma política pública como sendo qualquer coisa que um determinado governo escolhe fazer ou deixar de fazer (Dye, 1972). Entretanto, essa perspectiva passiva não é considerada no presente projeto, uma vez que seria muito difícil analisar em todos os países estudados a intencionalidade ou a falta dela ao lidar com certos problemas públicos.

Nessa lógica, uma política pública é:

Uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros (Secchi, 2013, p. 5).

O ciclo de políticas públicas, processo o qual se dá a elaboração de políticas públicas, pode ser entendido como um diagrama que compila de forma sequencial as fases ou etapas existentes na elaboração de uma determinada política pública.

Neste sentido, Secchi (2013) assevera que apesar de haverem distintas versões para a visualização do ciclo de políticas públicas, o modelo pode ser restrito à sete principais fases: 1)

identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção.

Ademais, as políticas públicas podem ser divididas em subsistemas de política pública. Os subsistemas de política pública envolvem tanto o Estado, quanto os atores sociais nele contidos em complexas e sistemáticas interações. Estes subsistemas são compostos por pessoas, ideias e organizações, e residem no interior de um vasto sistema político-econômico. A forma que essas entidades se encontram sistematizadas internamente e como relacionam-se umas com as outras, influencia o comportamento dos atores políticos (Howlett e Ramesh, 2003).

Para além dessa perspectiva multidisciplinar, as políticas públicas ainda são passíveis de uma comparação entre diferentes culturas, cenários e paradigmas. Conforme Cardozo (2024, p. 93), é possível caracterizar o cenário das políticas públicas comparadas na América Latina em quatro etapas, a saber:

Etapa Embrionária (1974-1990): Durante o período que remonta os anos de 1974 a 1990, é sabido que os regimes autoritários prevaleciam por toda a América Latina, tal fato influenciou ativamente as políticas públicas. Ao passo que os países latino-americanos dependiam de economias externas, fortes restrições eram impostas aos mesmos. Somado a isto, baixos investimentos e descontinuidade das agendas dificultavam, e muito, o avanço teórico da área. Nesta época, distintas disciplinas - tais como a economia, sociologia e ciência política - exerciam influência, embora limitada, no desenvolvimento das políticas públicas. Outra característica marcante dessa época centra-se na ruptura iminente do modelo de desenvolvimento focado no mercado interno, o que viria a abrir espaço para o afloramento da próxima etapa.

Reforma do Estado (1990-2005): Influenciado pela queda do modelo socialista e uma profusão de ideias neoliberais que deram a tônica do debate público anos antes e fomentaram a incorporação do gerencialismo no setor público, esta etapa foi marcada por um intenso processo de privatizações e reformas do aparelho do Estado, com uma preponderância de um prisma contínuo de formulação, implementação e avaliação das políticas e programas públicos. Nesse mesmo contexto, os Organismos Internacionais tiveram um papel crucial na realização de consultorias e produção de pareceres técnicos, que se somaram à publicação das primeiras obras literárias comparativas e revistas científicas especializadas no tema. Com isso, o modelo viria a se consolidar na administração pública da região por um longo período.

Políticas setoriais (2005-2020): Na referida etapa, a análise de políticas públicas comparadas avançou de maneira significativa, focalizando na prestação de serviços de utilidade pública e modelos de bem-estar social. Nesse mesmo contexto, novos marcos teóricos específicos para políticas setoriais foram engendrados, fomentando um prisma contínuo de constituição de redes regionais especializadas. Esta etapa foi marcada por uma intensa produção de textos de cunho comparativo e realização de congressos acadêmicos. A crítica às ideias neoliberais que deram a tônica do debate público anos antes levou à uma crise do neoliberalismo, aliada a uma recessão no mercado internacional de *commodities*, influenciou a

expansão de políticas sociais por parte de governos progressistas, o que reduziu as taxas de pobreza e remodelou o papel do Estado no âmbito econômico.

Pandemia e pós-pandemia (2020-atualidade): A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus impactou sobremaneira os governos e a implementação de diversas políticas setoriais em todos os países ao redor do globo. Nesta perspectiva, ocorreu uma proliferação de soluções contingenciais, e as *webconferências* assomaram-se ao rol das formas de interação acadêmico-científicas. Novamente, Organismos Multilaterais impulsionam a produção de dados e informações relevantes, mas que também contaram com o financiamento por parte dos governos, que buscavam incessantemente se adaptar aos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Com isso, programas de transferências de renda inundaram a seara de políticas públicas, o que trouxe consigo um aumento significativo da inflação e dos níveis de pobreza.

2.1.1 Áreas de política pública

Harold Lasswell, um dos precursores dos estudos acerca de políticas públicas e criador do termo *policy sciences*, afirma que esse âmbito de estudo é pautado pela multidisciplinaridade, o enfoque no contexto social e seus problemas, e na resolução dos problemas públicos (Lasswell, 1943; Lasswell e Lerner, 1951).

Por se tratar de uma área multidisciplinar, as políticas públicas podem materializar-se em diferentes campos do conhecimento, unindo profissionais de diversos setores, o que requer uma capacidade de gerenciamento adequada por parte dos gestores públicos. Ainda que exista essa intersecção entre esses diferentes ramos do conhecimento, as políticas públicas podem ser subdivididas em diversas áreas de intervenção. Nessa perspectiva, Secchi (2013) cita as áreas da Saúde, Educação, Segurança, Gestão, Meio Ambiente, Saneamento, Habitação, Emprego e Renda, Previdência social, Planejamento Urbano, Justiça e Cidadania, Economia, Assistência Social, Relações Internacionais, Cultura e Esporte, entre outros.

Não é incomum perceber a criação de políticas públicas com uma inversão lógica tal qual como é descrita pela teoria de Cohen, March e Olsen (1972), intitulada *garbage can theory* (teoria da lata de lixo). Nesse modelo, os governantes elaboram as soluções antes de realmente identificar um problema, e não o contrário, como seria mais coerente.

Uma das explicações para o fenômeno acima descrito, pode ser o fato de que algumas políticas públicas possuem um caráter mais técnico e outras um caráter mais político, visto que por vezes, a exigência política pode ser mais influente na forma com que o problema é tratado, chegando a um ponto de que por motivos ideológicos, busca-se uma resolução do problema de uma determinada maneira. Tanto Bozeman e Pandey (2004) quanto Neirotti (2012) coadunam na ideia de que o foco sobre eficiência e eficácia de um modelo racionalista é análogo a ideia de decisões mais técnicas, onde há uma maior certeza acerca dos possíveis fins.

2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Anderson e Ball (1978, p. 15) iniciam o segundo capítulo de seu livro *The profession and practice of program evaluation* conceituando o que não é avaliação de políticas públicas. Dessa forma, os autores asseveram que embora a aferição e a coleta de dados façam parte do processo, a avaliação de políticas públicas não é isso. Ainda que a tomada de decisão seja útil, também não é sinônimo do conceito abordado. Apesar de o processo avaliativo poder ser elevado a um nível de pesquisa, também não o é, necessariamente. Também não se limita a uma prescrição e determinação de como alcançar os objetivos pretendidos por um programa ou política.

Portanto, pode-se compreender por avaliação o retrospecto do mérito e valor da administração, produção e resultado das intervenções governamentais, destinada a desempenhar um papel em situações de ação prática futuras (Vedung, 2017).

A dinâmica avaliativa de uma política pública dá-se mediante decisões deliberadas no que se refere a validade de ideias e proposições à ação pública, bem como sobre o êxito ou fracasso de políticas, programas e projetos, colocados em prática.

A partir da década de 1950, e de forma mais consolidada, em meados da década de 1960, a avaliação fazia parte de um fluxo muito maior de ideias para tornar o governo mais científico. A ideia é de que o setor público desempenharia muito melhor com uma dose adequada de descobertas científicas, dados e informações confiáveis sobre os reais impactos das políticas e programas realizados (Vedung, 2010).

Visto que a avaliação de políticas públicas possui uma importância conceitual e metodológica, ela se mostra como instrumento essencial para o aperfeiçoamento das ações governamentais. A Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, e o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) manifestam-se como protagonistas na produção e difusão de projetos e metodologias avaliativas (Ramos e Schabbach, 2012).

Não obstante, os governos de centenas de países também pautam suas ações com base na avaliação de políticas públicas, tanto realizadas pelos organismos internacionais supramencionados, quanto as realizadas por instituições de seus próprios países.

Costa e Castanhar (2003) trazem que, a avaliação de políticas públicas pode distinguir-se em três eixos basilares: A avaliação *ex ante* (a qual o processo de avaliação se dá antes do processo de implementação da política); Avaliação *in itinere* (onde o processo avaliativo ocorre durante o processo de implantação, visando corrigir pequenos ajustes marginais); e a avaliação *ex post* (posteriormente ao processo de implementação da política pública).

Por um lado, avaliações *ex ante* convidam a uma reflexão enfocada na criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas, visando um desenho e planejamento caso a caso. Em contrapartida, a avaliação *ex post* é uma ferramenta valiosa na tomada de decisões durante a execução da política pública – informando ao gestor o que aprimorar e como executar esse procedimento–, assim como melhorar a aplicação de recursos públicos no âmbito das diferentes políticas públicas setoriais.

As avaliações ainda podem ser subdivididas entre formativas e somativas, internas, externas ou mistas, sendo possível elencar peculiaridades positivas e negativas em cada uma das abordagens.

Segundo Ramos e Schabbach (2012), a avaliação externa se caracteriza pela presença de avaliadores que não possuem um vínculo com a administração da política ou programa. O fato de que, por não haver um vínculo direto entre avaliador e avaliado, haveria uma maior imparcialidade e transparência no processo e a comparação cruzada entre programas analisados anteriormente são elencados na doutrina como sendo um ponto positivo entre essa modalidade. Por outro lado, dentre as desvantagens mais citadas percebe-se a menor possibilidade de acesso aos dados e uma possível e provável atitude defensiva dos indivíduos avaliados.

Em contraponto, as avaliações internas são executadas pelos indivíduos que ocupam os quadros da instituição. Por conseguinte, ela possui uma maior colaboração natural dos integrantes das políticas, projetos e programas avaliados. As desvantagens são a possível falta de objetividade, uma vez que os avaliadores estão diretamente envolvidos na formulação e gestão dos programas.

Metodologicamente, a avaliação de política públicas possui um caráter dúplice. Se por um lado existe uma dimensão técnico-científica, por outro há uma perspectiva política. A

primeira diz respeito à racionalidade dos procedimentos em relação aos seus propósitos de aferição e mensuração. Por outro lado, a segunda está intimamente ligada às relações de poder entre os envolvidos e interessados na política em questão (*stakeholders*). Portanto, pode-se afirmar que a racionalidade técnica não é o único fator que interfere no processo decisório, nem sequer existe uma única solução científica para os problemas sociais. (Neirotti, 2012).

2.2.1 As Quatro Ondas de Difusão de Avaliação

A constatação da efetividade de uma política pública se dá, necessariamente, através de seu monitoramento e sua avaliação. Avaliações que produzam resultados confiáveis permitem o aperfeiçoamento de políticas e justificam investimentos ou economia de recursos, evidenciando e alcançando os resultados esperados de maneira eficiente, legitimando assim, todo o processo.

Segundo o autor sueco Evert Vedung (2010), em meados de 1965, ocorreu uma notável mudança de interesse na forma como se dava o processo de avaliação em alguns governos. Da gestão orientada para o processo e da análise *ex ante* das prováveis consequências das intervenções propostas, começou a se dar um maior valor para análises *ex post* das intervenções já adotadas ou concluídas.

Conforme a teoria de Vedung (2010), o progresso dos estudos acerca da avaliação de políticas públicas em escala global pode ser subdividido em quatro ondas de propagação. Essas ondas são fragmentos de ondas ainda maiores, nas quais a metodologia de avaliação foi acoplada a diversas doutrinas de governança do setor público mais gerais, com fortes correntes de influência tanto da esquerda quanto da direita no espectro político.

As quatro ondas de avaliação evidenciadas pelo autor possuem um acúmulo concomitante de sedimentos e são subdivididas em: a onda impulsionada pela ciência, a onda orientada para o diálogo, a onda neoliberal e a onda da evidência, respectivamente abordadas a seguir.

A **primeira onda** tange ao final da década de 1950 e início da década de 1960 e reposava sobre a racionalidade “meios-fins”, emanada do pensamento de Max Weber. Esta abordagem ordenada por um pensamento racionalista, onde as políticas públicas deveriam ser eminentemente científicas e sensatas (Hajer e Wagenaar, 2003, Radin, 2000 *in* Vedung, 2010), é conhecida por racionalismo radical. A ideia de que os problemas deveriam ser examinados e ponderados cientificamente na integralidade, antes que os governos decidessem intervir, é um

subproduto do racionalismo radical. Nessa toada, é possível sustentar que a avaliação de políticas públicas exsurge por intermédio desta corrente de pensamento.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o pensamento e a prática da avaliação foram impulsionados por essa noção de cientificação das políticas públicas e da administração pública. A avaliação tornaria o governo mais racional, científico e fundamentado em fatos. A avaliação deveria ser realizada por pesquisadores acadêmicos profissionais.

Os principais intuições dos estudos nessa etapa residiam no acompanhamento e análise dos resultados das políticas implementadas, visando averiguar os impactos resultantes do programa ou política, por meio da identificação de possíveis externalidades positivas ou negativas.

A **segunda onda** retratada pelo autor desenhou-se em meados da década de 1970, através de uma demanda dos acadêmicos e pesquisadores por uma maior pluralidade no campo de avaliação de políticas públicas.

Pouco tempo antes, durante os anos finais da década de 1960, novos movimentos sociais que criticavam o planejamento social central elitista vieram à tona. Oriundo de grupos da centro-esquerda do espectro político, a crítica também se pautava em princípios ambientalistas. Com o tempo, a onda orientada para o diálogo desenvolveu-se em direção a uma crítica participativa do governo democrático representativo existente.

Da mesma forma que na onda impulsionada pela ciência, a avaliação ainda deveria ser uma preocupação para os políticos e gestores de alto nível, mas abarcando um grupo maior de partes interessadas, através da comunicação entre avaliadores e operadores das políticas. Nesse cenário, as reivindicações, preocupações e questionamentos das inúmeras partes interessadas são utilizados como base para o processo de avaliação e monitoramento. Apoiantes da onda orientada para o diálogo a descrevem como uma avaliação democrática. A democracia representativa pode ser complementada por arenas avaliativas, onde usuários do serviço público deliberam sobre os efeitos e a implementação de políticas estatais.

A onda orientada ao diálogo preocupava-se com os *stakeholders* envolvidos no ciclo político, visando trazê-los para a tomada de decisão no processo de avaliação de políticas públicas. Longe de ser realizada como rigorosa experimentação científica de dois grupos, a avaliação das partes interessadas deveria ser conduzida através da discussão, diálogo e comunicação entre as partes, envolvendo inclusive processos deliberativos.

A **terceira onda**, intitulada de onda neoliberal por Vedung (2010), foi introduzida no início da década de 1980 e trouxe consigo mais uma modificação no paradigma dos estudos avaliativos.

Nas décadas anteriores a 1980, boa parte dos precursores envolvidos no campo de avaliação de políticas públicas defendiam que o problema do setor público era o seu respaldo em crenças ideológicas tendenciosas e esquemas políticos. De modo a tentar superar esse paradigma, aspectos científicos, com um enfoque específico nos efeitos da intervenção, foram implementados. A avaliação imparcial, pautada na metodologia científica, erradicaria as aberrações do sistema representativo democrático. No entanto, esse movimento inspirado na ciência logo se deparou com demandas por mais envolvimento, diálogo e representatividade dos grupos de interesse e cidadãos. Ambas as tendências desenharam suas forças da ala esquerda do espectro político.

Entre os anos de 1978 e 1979, houve uma guinada política para a direita. Na pauta governamental, uma agenda neoliberal, orientada ao cliente e mercados. Eficácia, eficiência e produtividade tornaram-se predicados indispensáveis a serem perseguidos. Objetivos esses, que deveriam ser executados por intermédio da mercantilização do governo ao invés da cientificação ou o envolvimento das partes interessadas. Descentralização, desregulamentação, privatização e sociedade civil organizada tornaram-se novos slogans. Anteriormente tido como a solução para os obstáculos, o setor público agora tornou-se o problema a ser resolvido.

Nessa esteira, o termo cunhado para o movimento neoliberal de reforma do setor público foi *New Public Management* (NPM); termo que em português é traduzido como “Nova Gestão Pública”. É válido enfatizar que a Nova Gestão Pública, em contraste com a onda orientada para o diálogo, é voltada para o cliente, e não orientada para os *stakeholders*.

O autor descreve esse período como uma enxurrada de princípios e abordagens neoliberais no campo de estudos avaliativos, com enfoque na redução da intervenção estatal e fomento da livre iniciativa e de parcerias público-privadas em uma economia de livre mercado. Ao contrário do que era pregado anteriormente, o setor público ao invés de ser considerado a solução para os problemas, tornou-se o problema a ser solucionado”.

Por fim, a **quarta onda** relatada pelo autor é chamada “onda da evidência: o retorno da experimentação”. Essa corrente de pensamento teve seu início entre os meados de 1995 ao início dos anos 2000, tendo influenciado principalmente países nórdicos e do Atlântico Norte.

Adeptos deste movimento demandam que os serviços e programas governamentais sejam balizados no sucesso e no êxito deles, ou seja, com base em evidências que comprovem esse resultado. Não obstante o seu notável crescimento em popularidade, a quarta onda de avaliação de políticas públicas ainda não é tão pujante quanto a onda movida pela ciência nos anos 1960 e a onda neoliberal nos anos 1980 e 1990.

Por volta de 1995, as áreas de serviço social, segurança, saúde pública, educação, meio ambiente, dentre outras, estabeleceram órgãos de cooperação internacional para produzir “revisões sistemáticas” das lições baseadas em evidências apuradas.

Paradoxalmente, enquanto os objetivos almejados eram considerados subjetivos, os meios para alcançá-los poderiam ocorrer de forma objetiva e científica. Sendo assim, os resultados das avaliações, alicerçariam a tomada de decisão pública. Como em um movimento pendular, a força motriz por trás dessa onda científica foi novamente uma ampla e forte corrente ideológica de esquerda. A ideia era reunir o planejamento central e as medidas do estado de bem-estar social (*welfare state*) para erradicar a pobreza, sem deixar de tornar a economia mais eficaz e eficiente.

Como o próprio título sugere, a onda de evidências pretende arquitetar o campo de estudos avaliativos partindo do pressuposto da metodologia científica; com uma análise de cunho apolítico, sem o enfoque administrativo ou orientado para o cliente. Essa onda de pesquisa trata de estudos focalizados na evidência científica e que almejam separar o que funciona do que não funciona.

2.2.2 As Cinco Gerações de Avaliação

Egon G. Guba e Yvonna S. Lincoln, em seu livro "*Fourth Generation Evaluation*" (1989), apresentam uma abordagem para a disciplina de avaliação de políticas públicas. Para além da utilização do método científico tradicional, os autores abordam diversos elementos humanos, políticos, sociais e culturais e ressaltam a sua importância no contexto avaliativo, delimitando uma linha cronológica de quatro gerações de avaliação (Ghiano, 2021).

Nesse sentido, traz-se aqui um breve resumo das Quatro Gerações de Avaliação de Política Pública, com base nos autores supramencionados.

Tendo sua gênese na década de 1950, a **primeira geração de avaliação** possui uma certa ênfase na mensuração de resultados e sua congruência com os objetivos previamente

estabelecidos. Possuindo influência de Ralph Tyler (1942) e seu Estudo dos Oito Anos (que descreve os pontos positivos e negativos dos currículos em relação aos objetivos educacionais traçados), essa geração se vale de métodos eminentemente quantitativos e pauta-se na lógica das ciências naturais para inferir relações causais. Destarte, avaliações de desempenho individual, com objetividade e quantificação são realizadas através de testes padronizados. Nesse contexto, a avaliação torna-se uma ferramenta objetiva para medir a eficácia das políticas e programas, através de testes padronizados e outras formas de mensuração quantitativa, que visam determinar a extensão em que os objetivos do programa foram alcançados.

Já a **segunda geração de avaliação**, que foi desenvolvida na década posterior à primeira, e tem autores como Daniel Stufflebeam (2001) e Lee Cronbach na lista de principais colaboradores, introduziu uma ótica mais contextualizada. Tal abordagem reconhece a importância do ambiente e do contexto no qual são implementados os programas e se alicerça na utilização de métodos quase-experimentais, como grupos de controle. Neste sentido, o processo avaliativo se torna não apenas uma mera ferramenta de medição como na primeira geração, mas um instrumento capaz de identificar as condições que influenciam na obtenção dos resultados de uma política ou programa, isto é, há um deslocamento do foco de uma mera medição para uma compreensão mais ampla e descriptiva dos processos e impactos gerados.

Com a chegada da década de 1970, houve uma mudança de entendimento quanto ao conceito de avaliação, sendo essa entendida como um juízo de valor sobre algo. Como nomes de destaque, a **terceira geração** conta com grandes figuras como Robert Stake e Michael Scriven (1991). Esta abordagem põe uma maior ênfase no papel do avaliador/observador, em contraponto às outras gerações, que focavam exclusivamente em objetivos alcançados pelos programas. Neste paradigma, a avaliação ocorre de forma mais crítica e reflexiva, ensejando debates sobre valores, princípios éticos e padrões avaliativos.

A **quarta geração de avaliação** é alicerçada em um modelo naturalista e construtivista, que requer uma abordagem mais inclusiva e participativa. Destarte, há uma maior participação dos *stakeholders* e demais atores afetados pela avaliação, o que a torna um processo de negociação contínua entre todas as partes interessadas (visando a construção de uma compreensão consensual). Questões que envolvem justiça social e equidade são fatores chave no processo, visto que essa geração avaliativa busca não só compreender a realidade, mas

também transformá-la de alguma maneira. Como expoente dessa corrente de pensamento, é possível citar Carol Weiss (1998).

Neste paradigma, a subjetividade é um elemento crucial no processo avaliativo, e a “verdade” não passa de uma questão consensual entre os mais sofisticados e informados. Nesse sentido, ao contrário do que é entendido em um paradigma positivista, a “verdade” não possui correspondência com uma realidade objetiva, mas sim, com um conjunto de pontos de vista confluentes.

2.3 TIPOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Existem inúmeras formas de classificar como se dá o processo avaliativo. Diversos autores dedicaram seus estudos para destrinchar esse campo, de forma que atualmente uma série de tipologias de avaliação de políticas públicas estão disponíveis para aplicação. Com base em Oliveira e Passador (2019), que compilaram as diferentes perspectivas doutrinárias em um artigo revisional, chega-se à conclusão de que é possível caracterizar a avaliação de políticas públicas sob os seguintes aspectos: quanto à utilização, quanto ao momento de aplicação, quanto à espécie, quanto aos sujeitos participantes e quanto à abordagem metodológica.

2.3.1 Tipos de avaliação quanto à sua utilização ou justificativa

Segundo os estudos de Weiss (1998), é possível classificar a avaliação quanto à sua utilização em pelo menos quatro categorias principais: **instrumental**; **conceitual**; **instrumento persuasivo**; ou **meta-analítica**.

A utilização da avaliação concerne ao seu uso para amparar a tomada de decisão. Os resultados de uma avaliação podem influenciar no encerramento de um programa, ampliar sua área de abrangência, modificar a forma como é executado ou quem o executa. A utilização da avaliação para esses fins, é conhecida como uso **instrumental**.

A utilização **conceitual** da avaliação se dá na mudança da compreensão e melhora da percepção dos envolvidos na temática do programa. Ainda que haja um impedimento político ou burocrático para a implementação das diretrizes resultantes da avaliação, o uso conceitual permite que o conhecimento gerado pelo processo avaliativo não seja exaurido, de forma que

quando haja uma oportunidade de concretização das prescrições, o novo entendimento gerado será de alguma forma implementado.

A terceira aplicabilidade da avaliação de políticas públicas descrita por Weiss, se dá com o propósito de aprofundar o entendimento de indivíduos que já apoiam as alterações e propostas de melhoria no programa avaliado. Essa utilização como **instrumento persuasivo** visa angariar apoiadores para pressionar a implementação das prescrições do relatório avaliativo, divulgando e ampliando os motivos pelos quais a política deve sofrer alteração, de modo que haja uma maior legitimidade nas mudanças indicadas.

Por fim, Carol Weiss aponta que a utilização **meta-analítica** consiste no uso da avaliação como forma de influenciar outras instituições que não estão no escopo de abrangência do programa avaliado. Dessa forma, evidências são sintetizadas por meio de meta-análises ou revisões qualitativas, gerando dados e informações compiladas de diversos programas que abordam a mesma temática, redundando em um acúmulo de conhecimento que pode ser utilizado posteriormente.

2.3.2 Tipos de avaliação quanto à sua espécie ou natureza

A maioria dos avaliadores e pesquisadores concordam que a natureza do processo avaliativo pode se dar basicamente de duas formas: **formativa** e **somativa** (Ipea, 2018, p. 14; Schneider e Ingram, 1997, p. 33; Worthen, 1990).

A avaliação **formativa** destina-se basicamente ao fornecimento de informações para orientar a melhoria da política ou programa avaliado, visando o aprimoramento do seu desempenho (Scriven, 1991). A avaliação formativa, é realizada concomitantemente à implementação de uma política pública. A mesma também é conhecida como avaliação intermediária, monitoramento ou avaliação *in itinere*. Esse processo simultâneo permite com que haja uma produção de dados e informações para contribuir com a consecução da política, oferecendo um respaldo aos gestores ou responsáveis pela execução, possibilitando a melhoria da gestão de forma mais imediata, com foco direto nos resultados almejados (Ala-Harja e Helgason, 2000).

Geralmente, os destinatários das avaliações formativas são os gestores dos programas, administradores, conselhos, financiadores e demais *stakeholders* com influência direta na execução. Os dados e informações produzidos podem estar relacionadas a diversos fatores, como o desenho do programa, a forma de implementação, sua efetividade e impacto, custos

relativos à implementação ou a necessidade do programa, ou seja, níveis mais operativos (Rossi; Lipsey; Henry, 2019).

Por outro lado, as avaliações **somativas** comumente ocorrem após a implementação da política pública (*ex post*), apesar de que em alguns casos, também podem ocorrer durante o processo de implementação (*in itinere*). Usualmente essa tipologia é utilizada como um alicerce na promoção de uma maior responsabilidade à alocação de recursos (Ala-Harja E Helgason, 2000). A utilização de avaliações somativas também ocorrem no processo de tomada de decisão acerca da adoção ou expansão da política. Basicamente a avaliação somativa é utilizada para decidir se uma política ou programa deve ser mantido ou descontinuado, através da produção de informações sobre o impacto e os resultados do objeto de análise.

2.3.3 Tipos de avaliação quanto aos sujeitos responsáveis pelo processo

A participação no processo de avaliação está intimamente ligada com o viés do avaliador, suas concepções e suas relações para com os sujeitos envolvidos na política ou programa avaliado.

As formas de avaliação quanto participantes do processo avaliativo são: **interna; externa; mista e participativa** (Stufflebeam, 2001; Ramos e Schabbach, 2012).

A avaliação **interna** é aquela realizada por membros que participam da execução da política pública de forma direta ou indireta, ou seja, há uma relação de proximidade entre o avaliador e o operador da política. Essa proximidade possui um caráter dúplice: se por um lado, há uma facilitação no processo de percepção dos problemas, acesso a documentos, dados e informações e maior familiaridade com o modo como o programa é desenvolvido, por outro, há uma maior tendência de que as avaliações possam ser menos incisivas e mais amigáveis. Scriven (1976, p. 120), afirma que a maneira mais fácil de analisar o viés na avaliação de uma política pública é quando o avaliador faz parte da equipe de execução da mesma, pois pode ser facilmente afetado pelos vínculos sociais e econômicos e pela necessidade de aceitação (ou não) das prescrições avaliativas.

A avaliação **externa** é realizada justamente por indivíduos que não estão vinculados diretamente à execução da política ou programa. Normalmente, esse processo avaliativo pressupõe uma maior neutralidade, visto que não existe um envolvimento direto entre as partes. Alguns exemplos de entidades independentes contratadas para realizar avaliações externas são:

universidades, *think tanks*, institutos privados e empresas de consultoria. Se por um lado a imparcialidade é um atributo positivo nas avaliações externas, a dificuldade no acesso a dados, informações e documentos, certamente é um ponto negativo nesse método.

A avaliação **mista**, como o nome sugere, é aquela que associa processos internos e externos para a elaboração da avaliação. Teoricamente, essa junção pode mitigar algumas adversidades no processo avaliativo, contudo, na prática, caso não haja uma coesão entre os membros internos e externos, isso pode não ser uma realidade.

A avaliação **participativa** possui um viés mais pluralista de avaliação. Como o nome aduz, esse método é pautado na coparticipação entre os diversos atores interessados na política ou programa avaliado, angariando percepções dos participantes, através de uma metodologia eminentemente qualitativa.

2.3.4 Tipos de avaliação quanto à abordagem metodológica

A avaliação, bem como qualquer tipo de estudo, requer um método de abordagem. Nesse sentido, de forma análoga às pesquisas acadêmicas, os processos avaliativos podem ser categorizados em: qualitativos, quantitativos ou mistos (Weiss, 1998).

Basicamente, pode-se dizer que a avaliação “quantitativa produz dados na forma de números enquanto pesquisa qualitativa tende a produzir dados que são declarados de maneira textual” (Garbarino e Holland, 2009, p. 7).

No âmbito da abordagem **qualitativa**, Schwandt e Cash (2014, p. 8) afirmam que dada a multidisciplinariedade do campo de avaliação de políticas públicas, definir o conceito de avaliação qualitativa e pesquisa qualitativa não é uma tarefa fácil. Scriven (1991, p. 293), apesar de considerar a avaliação qualitativa como um complemento da avaliação quantitativa, afirma que a primeira envolve basicamente processos de descrição e interpretação.

De um modo geral, metodologias qualitativas de avaliação são aquelas que se valem de um enfoque na percepção dos atores envolvidos na política ou programa. Para tal, são utilizadas ferramentas de coleta como entrevistas, análise documental, observação, pesquisa etnográfica, dentre outros métodos não numéricos.

Por outro lado, avaliações **quantitativas** se utilizam de ferramentas estatísticas e cálculos para inferir correlações e causalidades dentre as diferentes variáveis presentes no programa analisado. As avaliações desta categoria empregam, dentre muitos outros métodos, análises de regressão, estatística descritiva, questionários e testagem em massa.

As avaliações **mistas**, que tendem a apresentar uma maior robustez, são aquelas que combinam métodos qualitativos e quantitativos no processo avaliativo. É válido salientar que tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas são importantes no processo de avaliação de políticas públicas.

2.3.5 Tipos de avaliação quanto ao seu conteúdo

Com base nos estudos de Rossi, Lipsey e Freeman (2004), Januzzi (2011) assevera que é possível classificar a avaliação (com base no seu conteúdo) em: **avaliação de demanda** (ou de necessidades), **avaliação de desenho**, **avaliação de insumo**, **avaliação de processo**, e **avaliação de resultados**.

A **avaliação de demanda** ou avaliação das necessidades (em inglês *needs assessment*) visa avaliar o contexto de elaboração da política pública, a existência, frequência e as características do problema. Por vezes, a avaliação de necessidades figura como o primeiro passo no planejamento ou na reestruturação de um novo programa e tem como objetivo oferecer *insights* e aprimorar a forma como são disponibilizados os serviços. A mesma também se mostra extremamente relevante na verificação do atendimento de necessidades dos participantes-alvo e no fornecimento de diretrizes para possíveis melhorias.

A **avaliação de desenho** (*design assessment*) por sua vez, aborda os preceitos e conceitos da intervenção, as respectivas relações de causa que alicerçaram a política, suas estratégias e objetivos, com o intuito de avaliar a congruência e o alinhamento desses aspectos.

A **avaliação de insumos** (*efficiency assessment*) diz respeito à análise da eficiência na alocação de recursos humanos e financeiros (idealmente expressos em termos monetários), a fim de avaliar a relação custo-resultado ou custo-benefício da política, programa ou ação.

A **avaliação de processo** (*program process assessment*) se concentra na análise dos mecanismos de implementação de uma política pública, ou seja, a sua capacidade de cumprir com as diretrizes estabelecidas e respeitar a legislação vigente. Portanto, comporta a avaliação da eficácia operacional e analisa a conformidade dela para com os procedimentos e regulamentos estabelecidos.

Por fim, a **avaliação de resultado** avalia os efeitos de curto, médio e longo prazo. Nesse processo, são utilizados indicadores de impacto que permitem medir os efeitos das ações no longo prazo, as quais devem, imprescindivelmente, estar alinhadas com os objetivos gerais do programa analisado. Além disso, faz-se necessário empregar indicadores para avaliar os resultados imediatos (de curto prazo) juntamente aos de média duração. Tais indicadores desempenham um papel fundamental na avaliação dos efeitos do programa, considerando a todos os beneficiários diretos e indiretos do programa. Destarte, torna-se possível perceber de maneira abrangente, os resultados alcançados em diferentes momentos da implementação da política ou programa.

2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA

Em uma pesquisa, é imprescindível conhecer de maneira aprofundada como se deu o desenvolvimento do objeto a ser estudado e seu panorama atual, de modo a verificar a evolução, os avanços e adversidades do processo de construção do paradigma. Nesse sentido, “para explicar a América Latina de hoje, é necessário remontar audaciosamente a história da América Latina de 30, 50, 100, 500 ou mais anos atrás” (Rojas, 2004, p. 25).

Obviamente, o intuito desta seção não é explorar a cronologia histórica do bloco à exaustão, como sugere o autor supracitado, entretanto, faz-se necessário compreender ao menos o último século da cronografia latino-americana, que é onde encontram-se as principais mudanças e acontecimentos que influenciaram o processo de avaliação de políticas públicas na América Latina.

Nota-se também que sistemas mais antigos possuem uma maior coesão estrutural, o que as torna mais fortalecidas, sendo possível citar os casos do México, Chile e Costa Rica. Por outro lado, ainda existem países mais fragilizados no que tange ao nível de institucionalização da avaliação, como é o caso do Peru, Equador e Venezuela. Em um extrato intermediário encontram-se Argentina, Brasil e Colômbia.

A partir da análise desse retrospecto, torna-se possível perceber semelhanças e diferenças dentre os casos estudados, de modo a entender os motivos que viabilizaram o êxito ou fracasso dos países latino-americanos em determinadas áreas. Esse diagnóstico suscita

algumas reflexões, contudo o que mais chama atenção é a dúvida: o fato desses países possuírem antecedentes análogos faz com que seus destinos sejam parecidos?

Os países latino-americanos testemunharam de forma simultânea processos conturbados no âmbito social e econômico. Ao observar o grupamento de países que compõem a América Latina, é cristalino que há uma constância histórica, que se dá desde os tempos do "descobrimento" pelas potências marítimas à época, Portugal e Espanha (Rojas, 2004).

Em grande medida, também são percebidas outras características comuns a todos os países da América Latina, quais sejam: espaço geográfico ocupado de maneira assimétrica, resultando em uma visível discrepância entre o campo e a cidade e a concentração urbanística próxima ao oceano Atlântico.

No início do século XX, a luta contra os estados oligárquicos impetrada por movimentos sociais diversos culminou na ascendência de governos nacionalistas e populistas que fomentaram políticas de cunho social e industrialização (Malloy, 1977). Contudo, o paradigma democrático e assistencialista não perdurou tanto tempo, pois foi cessado por golpes militares nos anos 1960 e 1970, que culminaram em regimes ditatoriais que perduraram até a década de 1980. Cada regime possuía particularidades próprias, mas em linhas gerais, essas tendências ocorreram em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

Os países citados, bem como diversos outros que compõem o bloco possuem características socioculturais comuns, ao passo que também demonstram contrastes perceptíveis em diversos sentidos, o que reforça a validade do estudo. Essa sequência de acontecimentos resultou em uma série de estudos socioeconômicos visando encontrar padrões e explicações para o surgimento e consolidação da democracia no bloco. Em meio a essa heterogeneidade, os estudos comparativos surgiram como uma abordagem metodológica para analisar esse fenômeno tão complexo.

Corroborando ao exposto, Secchi (2019) alega que a América Latina é um solo prolífico para o desenvolvimento de pesquisas comparadas, uma vez que possuem para além das similitudes supramencionadas, características coloniais comuns, cultura ibero-americana, um sistema jurídico baseado na *civil law*, adotam o presidencialismo em quase todos os países e detém índices e indicadores semelhantes.

Sob uma ótica cronológica elementar, a datar dos séculos XVI e XVII, o colonialismo teve papel preponderante na definição da cultura socioeconômica da América Latina (dotada

de especificidade e complexidade dentre as várias realidades nacionais), e do modelo administrativo adotado. O ordenamento institucional do continente americano teve sua gênese sob forte influência e dependência das Monarquias de Madrid e Lisboa. A emancipação entre colônia e coroa não se deu com base em revolução burguesa com elementos de igualdade, liberdade, direitos e garantias fundamentais ou cidadania compartilhados entre os revolucionários, fato esse que resultou em uma manutenção dos privilégios dos oligarcas já instituídos na época colonial. Essa interação suscitou na perpetuação de estruturas sociais rígidas e particularistas, vulnerabilidade social, volatilidade econômica, marginalização e acarretou altos níveis de dubiedade, conturbação e insegurança no bloco, que perduram até os dias atuais (Nef, 2003).

Segundo Neirotti (2012), o campo de avaliação de políticas públicas na América Latina pode ser definido em três seguimentos históricos:

- I - Planejamento regulatório para desenvolvimento;
- II - Reformas do estado exigido pelo consenso de Washington;
- III - O retorno do estado, o surgimento da sociedade civil e contestação política.

De forma mais abrangente, ao escrever o prólogo do livro “*Panorama de los sistemas nacionales de monitoreo y evaluación en América Latina*” publicado por Claudia V. Maldonado Trujillo e Gabriela Pérez Yarahuán, o autor Osvaldo Feinstein (2015) distingue esse mesmo processo em quatro etapas. Essas etapas foram marcadas cronológica e respectivamente nos anos 1960, 1980, 1990 e após os anos 2000. Nesse sentido, percebe-se uma nítida correspondência com as teorias de Evert Vedung (2010) e Guba e Lincoln (1989), que também fundamenta o presente estudo.

Na metade do século XX, as avaliações de política pública na América Latina eram apenas de cunho *ex ante*, e basicamente impostas pelos organismos internacionais para a concessão de financiamentos. Desse modo, a dívida externa dos países latino-americanos já vinha sendo negociada diretamente com organismos internacionais de financiamento como por exemplo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (World Bank), através de dívidas condicionadas e cartilhas de reforma impositivas dessas organizações.

Boa parte do desenvolvimento metodológico de avaliação de políticas públicas não foi advindo de esforços dos governos nacionais dos países latino-americanos, mas sim de organizações internacionais. As atividades de avaliação foram criadas para garantir o

desenvolvimento efetivo e o pagamento dos empréstimos feitos aos países por essas organizações (Neirotti, 2012).

O fato de que as organizações internacionais tiveram grande influência na forma com que são avaliadas as políticas públicas nos países é notório. Broome, Homolar e Kranke (2012) corroboram com o exposto ao enfatizar que as organizações internacionais exercem poder tanto de maneira direta quanto indireta na política mundial ao aplicar incentivos materiais e condicionantes de empréstimos aos países. Neste contexto, os organismos multilaterais também têm demonstrado uma notável eficácia na disseminação de políticas públicas do âmbito internacional para o nível nacional. Este fenômeno tem sido objeto de estudo por diversos autores, sendo possível citar os exemplos de Barnett e Finnemore (2004), Joachim, Reinalda e Verbeek (2008), Jakobi (2009), Faria (2018), entre outros (Carvalho; Fernandes; Faria, 2021).

Posteriormente, na década de 1980, políticas de avaliação mais robustas começaram a ser adotadas, de modo que não mais eram realizadas apenas avaliações de caráter *ex ante*, ainda que essas avaliações continuassem ligadas à organismos internacionais de financiamento.

O estabelecimento da "função avaliação" como etapa basilar do planejamento na América Latina aconteceu apenas entre o fim da década de 1980 e começo da década de 1990, sendo movida e operacionalizada por um movimento de reforma do Estado com base em três propósitos (Melo, 1998):

- a) a adoção de uma perspectiva de austeridade dos gastos públicos;
- b) a persecução de melhoria da eficiência e da produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de resposta dos governos;
- c) a maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, o cidadão vindo em primeiro plano.

O panorama econômico desfavorável dos países da América Latina, resultado da crise gerada em sua maioria por governos autoritários nos anos 1970 e 1980, obrigou a adoção de reformas estruturantes e políticas de austeridade nas duas décadas subsequentes. Tais reformas liberalizantes trouxeram consigo uma maior participação do setor privado e entidades da sociedade civil organizada. Destarte, de modo geral, ainda que haja muito o que se aperfeiçoar, pode-se afirmar que a situação do bloco no que diz respeito à avaliação e monitoramento dos programas públicos teve uma mudança significativa nas quatro últimas décadas.

Na década de 1990, os países latino-americanos empregaram diversos esforços para sistematizar e positivar em seus ordenamentos jurídicos formas de realizar de avaliar seus programas e políticas públicas. Dentre os países que incorporaram essas práticas, é possível citar a Argentina, Brasil, Chile e Colômbia (Bozzi, 2001; Silva, 2002; Silva e Costa, 2002).

Ainda que se encontre em um estágio tardio quando comparada com países desenvolvidos, quando confrontada com países em desenvolvimento, a América Latina aparenta ter se saído melhor no amadurecimento e institucionalização de sistemas de avaliação e monitoramento de programas e políticas públicas (López; Mackay; Krause, 2012).

A instabilidade e multiplicidade histórica apresentadas culminaram no que Jorge Nef (2003), denomina de matriz cultural, na qual diversos fatores inseridos na administração pública latino-americana (muitas vezes incongruentes), ocorrem de forma síncrona, em maior ou menor grau. Esse emaranhado inclui ainda influências nacionais e internacionais, polarização social, tentativas de reformas, governos autoritários e crises persistentes.

2.4.1 Argentina

A Argentina é um país com extensão territorial de 2.780.400 Km², localizado na América do Sul. Sua capital é Buenos Aires, e sua população total é 46.234.830 de habitantes¹. A Argentina é uma República Representativa e estrutura-se em províncias, sendo um total de 23 delas mais a cidade autônoma de Buenos Aires. Como o artigo 123 de sua Constituição, cada província dita sua própria constituição, conforme ao disposto pelo artigo 5º, assegurando a autonomia municipal e regulando seu alcance e conteúdo na ordem institucional, política, administrativa, econômica e financeira (Argentina, 1995)

No início do século XX, a Argentina era o país mais próspero da América Latina e ladeava grandes potências como uma das maiores economias do mundo, pautada sobretudo na exportação de carne e grãos.

A partir da promulgação da lei 8.871, mais conhecida como a Lei Sáenz Peña, sancionada pelo Congresso argentino em 1912, que possibilitou as primeiras eleições com sufrágio universal e voto secreto, Hipólito Yrigoyen foi eleito presidente da república em 1916. Yrigoyen fazia parte do grupo intitulado União Cívica ao poder, grupo esse que governou o

¹ Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2024).

país na chamada “Etapa Radical”, que perdurou até 1930 com a eleição de Torcuato de Alvear (entre 1922 e 1928) e posteriormente Hipólito Yrigoyen foi eleito para um segundo mandato.

Os impactos da Segunda Guerra Mundial foram sentidos na Argentina, sendo encampado um Plano De Ação Económica de 1933, implementada pelo Ministro da Fazenda, F. Pinedo, que posteriormente também encabeçou o Plano de Reativação Econômica de 1940 (Andrenacci; Falappa; Lvovich, 2004).

De 1943 a 1946, ocorreu um breve regime militar no país. Em 1946, Juan Domingo Perón concorreu e ganhou as eleições para presidente da Argentina, assumindo o poder com uma maioria considerável no Poder Legislativo. Num primeiro momento, houve uma tentativa de promover uma reforma agrária através da aquisição de terras por parte do governo e divisão entre os cidadãos, contudo, por uma reprovação até mesmo de integrantes do governo, Perón acabou com o projeto. Perón promoveu diversas estatizações de empresas estrangeiras, principalmente no setor ferroviário e criou uma empresa estatal de Gás do Estado, o que promoveu um aquecimento da economia e gerou diversos empregos. No âmbito internacional, o peronismo buscou uma aproximação com os Estados Unidos, fato esse que provocou certa desconfiança de setores do governo e da sociedade, mas o chefe do executivo transpôs esses dilemas em prol dessa proximidade. Nesse sentido, Perón vivia uma encruzilhada visto que o setor agropecuário, os intelectuais e os integrantes da classe média promoviam uma oposição política ao seu governo. Mesmo com este cenário, Perón conseguiu se reeleger para um segundo mandato (Di Tella, 2017).

O segundo governo de Perón certamente não gozou dos mesmos louros do anterior. Em 1950, com a necessidade de obter financiamento externo dos Estados Unidos, o Congresso argentino assinou o Tratado do Rio de Janeiro de solidariedade continental. No final do mesmo ano, ocorreu uma greve no setor ferroviário e medidas autoritárias começaram a ser tomadas, gerando um antagonismo com a Igreja e a opinião pública de modo geral. Em junho de 1955, com a escalada da oposição, setores das forças armadas chegaram a bombardear a Praça de maio, o que gerou diversas mortes e uma comoção social, fatos esses que recaíam sobre Perón e degradavam ainda mais a sua imagem. Com a decadência do segundo mandato, novamente uma força militar ascendeu ao governo, liderada pelo general Eduardo Lonardi e outros militares e batizada de “Revolução Libertadora”, a revolta contou com o apoio de quase todo o espectro político, da esquerda ao centro (Di Tella, 2017).

De 1966 a 1970, vigorou um estado de bem-estar. Em março de 1973 houve novas eleições, das quais Juan Perón fora proibido de se candidatar. Nas referidas eleições, Héctor José Cámpora foi eleito, mas veio a renunciar meses depois, permitindo novas eleições vencidas por Perón que voltava de seu exílio. O terceiro mandato de Perón não durou muito tempo, que foi devida a instituição de uma nova ditadura militar em 1976. Durante o período da ditadura argentina, que ocorreu de 1976 a 1983, o país era regido por um estado burocrático e fortemente militarizado.

Nas décadas seguintes, da metade dos anos 1980 aos anos 1990, sob uma onda de reinvenção governamental, políticas neoliberais com enfoque na eficácia e eficiência, instituíram a possibilidade de uma gestão menos rígida e mais flexível.

No ano de 1995, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais (SIEMPRO) foi idealizado, sendo financiado eminentemente com recursos do Banco Mundial.

Nos anos 2000, surgiram os ideais do gerencialismo, caracterizado por um estado mais regulador e menos intervencionista. No final do ano de 2001, houve mudanças severas na economia argentina. A dívida pública teve a suspensão parcial dos pagamentos, revogou-se a paridade "um por um" do peso com relação ao dólar, que entrara em vigor há mais de dez anos, e o país enveredou na adoção de um novo regime cambial. As dívidas antes contraídas em moeda estrangeira com instituições financeiras locais foram convertidas para pesos argentinos e instituíram-se impostos em importações (Damill e Frenkel, 2013).

Em 2003, começa a era do chamado "kirchnerismo", com a eleição de Néstor Kirchner, que herdou um cenário bastante conveniente, com essas reformas estruturantes citadas anteriormente. Com a manutenção dessas políticas, a Argentina apresentou um desempenho macroeconômico positivo que perdurou até o ano de 2007. No período subsequente, Cristina Fernández de Kirchner, esposa de Nestor Kirchner, foi eleita para chefiar a nação argentina, mas em um cenário muito mais desafiador: governo e empresários do agronegócio tinham uma relação complicada devido aos impostos sobre exportação, juntamente com o impacto da crise do *subprime* em 2008, a maior desde o *crash* da bolsa de valores de Nova York em 1929, marcaram o início dessa etapa.

As variações de preços diminuiriam um pouco no ano de 2009. Contudo, o aumento inflacionário se acirrou novamente em 2010, ficando acima de 20% por ano desde então, com

uma média de 22% ao ano entre 2008 e 2012, um ano após o início do segundo mandato de Cristina Kirchner (Damill e Frenkel, 2013).

Como percebido, o país sempre foi marcado por problemas de cunho macroeconômico. Dessa forma, financiamentos de órgãos multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sempre estiverem presentes no cotidiano argentino, com políticas públicas condicionadas por essas organizações para a liberação e manutenção dos recursos. Essa relação culminou na problemática da criação de agências ligadas ao governo executivo, condição imposta pelo BID, mas que, no término dos financiamentos e projetos, se mantiveram ativas e demandando recursos, de forma a onerar o país no longo-prazo. Também ocorreu a propagação de estruturas ditas autônomas, mas que em última instância dependiam financeiramente do governo, o que para além da sobrecarga pecuniária ao Estado, também influenciou na autonomia desses órgãos.

Atualmente, os problemas macroeconômicos persistem e o país lida diariamente com uma inflação que ultrapassa os três dígitos. Para além da gestão ineficiente, o país passa por uma seca histórica, que reduziu a produção de soja (um dos principais produtos de exportação no país) em mais de 50% de 2022 para 2023.

2.4.2 Brasil

O Brasil é o maior país da América do Sul, com uma extensão territorial de 8.515.770 Km² e 203.062.512 de habitantes e sua capital é Brasília². O país é uma República Federativa, onde União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios são Unidades Federativas indissolúveis e autônomas, no âmbito de sua competência. O Brasil adota a tripartição dos Poderes, sendo eles: Poder Executivo, Poder Legislativo (com um sistema legislativo bicameral no âmbito da União) e Poder Judiciário (Brasil, 1988).

O final do século XIX no Brasil foi marcado pela queda da monarquia e Proclamação da República em 1889, quando um grupo de militares liderados pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, destituíram Dom Pedro II do cargo de imperador e assumiram o poder no país, instituindo o marechal como o primeiro presidente. Esse primeiro período republicano é conhecido como República Velha. Posteriormente, em 1891, Floriano Peixoto assumiu a presidência.

² Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2024).

Ainda em 1891, uma nova constituição foi promulgada. A Magna Carta previa um sistema de governo presidencialista, federativo e concedia amplas prerrogativas e autonomia decisória a cada estado componente da federação (Lamounier e Amorim Neto, 2005, p. 164). Entretanto, a representação do povo ainda era pequena e havia muitas fraudes e distorções eleitorais. Esse período foi bastante marcado pela manutenção e controle do poder por parte dos oligarcas e coronéis. O modelo coronelista variou de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país, mas em regiões mais afastadas do interior do Nordeste, às margens do Rio São Francisco, os coronéis chegaram a possuir suas forças militares próprias (Fausto, 1994).

No início do período republicano, entre 1891 e 1894, 17 paralisações em defesa de aumento salarial ou pela regularização da jornada de oito horas ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil à época. Movimentos similares também ocorreram no estado de São Paulo, até o começo do século XX (Del Priore e Venancio, 2010).

O primeiro civil a ocupar o cargo de Presidente da República foi Prudente José de Morais Barros. Prudente de Morais já era um político conhecido, tendo ocupado cargos no Senado, presidiu a Assembleia Nacional Constituinte e foi Presidente de São Paulo, cargo análogo ao de Governador atualmente. Prudente de Morais foi candidato pelo Partido Republicano Federal (PRF) e afastou-se do governo em 1896, por motivos de saúde (fato que permitiu a ascensão dos florianistas ao poder). Nessa senda, Prudente de Morais reassumiu o cargo, decretando estado de sítio. Durante seu governo, viabilizou o crescimento da malha ferroviária e foi um dos fundadores do Partido Republicano Paulista no ano de 1901 (Barros, 2006).

O sucessor de Prudente de Morais foi Manoel Ferraz de Campos Salles, começando seu governo em 1898, executou a gestão do Estado enquanto realizava propostas de reformas ao Congresso que lhe permitissem atuar em outras áreas. Durante seu governo, implementou poucas inovações que foram concentradas no início do mandato, tendo os principais diplomas legislativos permanecidos iguais ao período do império (Lassance, 2013). Campos Salles instituiu a chamada política dos governadores, ou “política do café com leite”, onde havia uma alternância de poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

Francisco de Paula Rodrigues Alves foi eleito para o cargo após o término do mandato de Campos Salles. Durante o período de seu mandato, o Brasil conquistou posição de destaque na produção mundial de borracha, chegando a possuir 97% do mercado. Um dos feitos marcantes de seu governo, foi a compra da região que hoje compreende o estado do Acre em

1903, antes pertencente à Bolívia, por meio do Tratado de Petrópolis. Seu sucessor, Afonso Augusto Moreira Pena, após sua eleição, assumiu o cargo em 1906. Seu governo, voltado ao setor cafeeiro, obteve um financiamento com a Inglaterra, na cifra de 15 milhões de libras, para fomentar o mercado do café. Coordenou a construção de ferrovias no país e interligou a Amazônia ao Rio de Janeiro pelo fio telegráfico (Barros, 2006). Contudo, Afonso Pena não concluiu seu mandato, tendo falecido no ano de 1909, o que fez com que Nilo Peçanha ascendesse ao cargo de Presidente da República.

Ressalta-se que Peçanha foi o primeiro presidente pardo do país. Nilo Peçanha, ainda que tenha tido um mandato curto (cerca de apenas 1 ano), teve um governo bastante conturbado perante alguns partidos políticos da época. Em seu governo, criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria.

Após os sucessivos governos de civis, novamente um militar ascendeu à Presidência da República. Hermes Rodrigues da Fonseca, sobrinho do primeiro presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca, e Ex-Ministro da Guerra de Afonso Pena, foi eleito para governar o país entre 1910 e 1914. Hermes era gaúcho e sua candidatura advinha de uma aliança entre os estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Com a morte de Afonso Pena e tendo Nilo Peçanha assumido o governo, Hermes da Fonseca passou de um opositor a um apoiador do governo, uma vez que Nilo havia declarado apoio à Hermes em sua corrida presidencial. O governo de Hermes foi um dos mais turbulentos da história brasileira, presenciando eventos como a Revolta da Chibata (um motim que assassinou o comandante da João Batista das Neves, que açoitava seus subalternos) e a Guerra Do Contestado, que foi um conflito armado entre o exército e os camponeses miseráveis no Paraná e em Santa Catarina (Bueno, 2012).

Entre 1914 e 1918, quem governou o país foi Wenceslau Brás. Com a crise gerada pela Primeira Guerra Mundial, o Brasil teve um aumento nas exportações. O primeiro Código Civil brasileiro de 1916 foi promulgado por Brás. Em 1917, além do envolvimento brasileiro na Primeira Guerra Mundial (gerado por um ataque à navios brasileiros pelas tropas alemãs), Brás teve de lidar com a greve trabalhista que atingiu de cerca de 60 mil operários no Rio de Janeiro, sendo que em São Paulo, a greve atingiu quase que a totalidade da população trabalhadora (Barros, 2006; Schwarcz; Starling, 2015).

Em 1918, a chapa de Rodrigues Alves (presidente) e Delfim Moreira (vice-presidente) ganhou as eleições. Entretanto, vitimado pela Gripe Espanhola, Alves faleceu antes de assumir o cargo. Destarte, Delfim Moreira assumiu o cargo, mas não governou até o fim do mandato

previsto, uma vez que na época, a constituição de 1891 previa em seu artigo 42 que “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição” (Brasil, 1891). Seu governo foi marcado pela continuação das greves ocorridas no mandato de Wenceslau Brás.

Com a convocação de novas eleições, Epitácio Pessoa foi eleito com apoio dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ainda que estivesse fora do Brasil, em comitiva à Europa para tratar dos assuntos do término da Primeira Guerra, com o apoio dos principais estados da federação, conseguiu se eleger (Bueno, 2012). Durante o governo de Epitácio Pessoa em 1920, ocorreu uma disputa entre coronéis no estado da Bahia, que ameaçavam entrar em Salvador (capital do estado). Diante desse cenário, Epitácio Pessoa foi obrigado a mediar a disputa por intermédio do comandante militar do estado (Fausto, 1994).

Para ocupar a cadeira presidencial durante os anos de 1922 a 1926, Artur Bernardes foi o escolhido. Durante seu governo, o acontecimento mais relevante foi a revolta tenentista, iniciada em 1922, que culminou na Coluna Prestes. A Coluna Prestes/Miguel Costa, foi um movimento de tenentes paulistas e gaúchos que ocorreu no país durante 1925 a 1927. Primeiramente, o objetivo era depor o Artur Bernardes, mas os manifestantes também exigiam outras coisas, como o voto secreto, reforma no sistema de ensino e a moralização da política. Denunciavam, também, as miseráveis condições de vida e a exploração dos setores mais pobres. (Schwarcz e Starling, 2015).

Washington Luís foi o último presidente da Primeira República. Seu governo durou entre 1926-1930 e precedeu o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder. Com a alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais, em tese, o próximo presidente a suceder a Washington Luís deveria ser de Minas Gerais, mas Júlio Prestes foi lançado candidato por São Paulo, marcando uma ruptura com o outro estado. Em uma tentativa de inviabilizar a vitória de Prestes, os mineiros se uniram a João Pessoa e a Getúlio Vargas (que fora Ministro da Fazenda no governo Washington Luís), formando a “Aliança Liberal”, porém sem sucesso. Após a vitória duvidosa de Júlio Prestes, tida como fraudulenta e o assassinato de João Pessoa, Getúlio Vargas com o apoio das Forças Armadas, inicia uma revolução que o consagrou líder do Governo Provisório (Costa, 2016).

É interessante destacar que Washington Luís era fluminense, nascido no interior do estado do Rio de Janeiro, ainda que tenha feito carreira política em São Paulo.

No poder, Vargas suspendeu a constituição. Com a instituição de leis trabalhistas, Getúlio Vargas tornava-se cada vez mais popular. Após vencer a sublevação em São Paulo, conhecida como a Revolução Constitucionalista de 1932, aceitou a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1934, e através de uma votação indireta, foi eleito presidente. O novo texto constitucional não agradou à Getúlio, pois permitia a fiscalização do Executivo pelo Poder Legislativo, limitava o mandato a apenas quatro anos, sem possibilidade de reeleição, abolia os decretos que permitiam a elaboração de leis por parte de Vargas e alicerçava a independência do Tribunal de Contas. (Schwarcz e Starling, 2015). Logo em seguida à aprovação da nova Constituição, Vargas combateu e venceu o levante militar batizado Intentona Comunista. Sob o pretexto da existência de um falso plano para obtenção do poder por parte dos comunistas, Vargas justificou outro golpe de Estado que instituiu a ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, que o permitiu governar até 1945, quando foi deposto do cargo.

Convém destacar ainda que o Estado Novo fechou o Congresso Nacional à época, com os poderes antes pertencentes ao Legislativo sendo exercidos pelo Executivo.

Tão logo Vargas foi deposto, em 1945 o país passou a utilizar listas abertas nas votações. Os partidos ainda poderiam formar coligações eleitorais para as eleições da Câmara dos Deputados (Lamounier e Amorim Neto, 2005, p. 169).

Até a convocação de novas eleições, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, exerceu os poderes de Presidente da República durante três meses. Após a realização das eleições, Eurico Gaspar Dutra foi eleito com 55,4% dos votos, derrotando Eduardo Gomes (Lamounier e Amorim Neto, 2005, p. 232). Dutra reforçou a aliança do Brasil com os Estados Unidos, mas teve alguma dificuldade na gestão da balança comercial do país. Seu governo também foi responsável por inaugurar a estrada que interligou o Rio de Janeiro à São Paulo.

Após o término do mandato de cinco anos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas concorreu às eleições e foi eleito, assumindo o cargo em 1951. Vargas concorreu pelo PTB, formando a chapa com João Café Filho. Sua campanha foi baseada na industrialização do Brasil e ampliação da legislação trabalhista e recebeu 48,7% dos votos. Vargas se viu entre a cruz e a espada, ao ter de lidar com a insatisfação do trabalhador e medidas de austeridade fiscal para controlar a inflação, ambiente que acabou gerando protestos já no início de seu governo. Getúlio Vargas nomeou João Goulart (Jango) para a pasta do Trabalho, mas quando Jango sugeriu um aumento de 100% no salário-mínimo, Vargas se viu obrigado a destituí-lo do cargo. Em 1953, Getúlio Vargas criou a empresa estatal de petróleo Petrobras para exercer o monopólio do

mercado petrolífero no Brasil. Na madrugada de 5 de agosto de 1954, dois assassinos tentaram silenciar para sempre Carlos Lacerda (jornalista e opositor ferrenho de Getúlio), mas não obtiveram sucesso. Entretanto, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, que fazia a segurança de Carlos Lacerda foi morto. A morte de Rubens Vaz gerou comoção nacional, sendo que cada vez mais, Vargas era pressionado a renunciar ao cargo. Tendo permanecido no cargo, foi convocado para depor na “República do Galeão”, que governava paralelamente o país devido ao caos instaurado. Vargas disse que só sairia do Palácio do Catete morto, fato que ocorreu às quatro e meia da manhã do dia 24 de agosto de 1954, quando se suicidou em seu gabinete (Bueno, 2012)

Com a morte de Vargas, Café Filho assumiu a presidência, realizando um governo liberal e conciliador. Após se afastar do cargo por motivos de saúde, o presidente da Câmara Carlos Luz assumiu a presidência do Brasil, sendo deposto três dias depois por acusações de conspiração contra a eleição de Juscelino Kubitschek. Nesse caso, seguindo a linha sucessória, Nereu de Oliveira Ramos, presidente do Senado, assumiu a presidência até a posse de Juscelino Kubitschek.

Em seu governo, Juscelino Kubitschek coordenou a relação entre empresas privadas brasileiras, multinacionais e estatais, de modo a rever o modelo de crescimento industrial brasileiro. No curto prazo, o modelo implementado por ele foi exitoso. Nesse momento, o país observou um crescimento de até 10% ao ano. Nessa toada, Juscelino institui seu Plano de Metas com o *slogan* “50 anos em 5”, que se popularizou de forma notável. Juscelino também investiu pesado na construção de rodovias e hidrelétricas. Mas sem dúvida o que mais marcou seu governo foi a construção de Brasília, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer para ser a nova capital do Brasil (Del Priore e Venancio, 2010).

Com o término do mandato de Kubitschek, Jânio da Silva Quadros foi eleito, assumindo o cargo em 31 de janeiro de 1961. Seu mandato não chegou a durar 7 meses, uma vez que renunciou em 25 de agosto do mesmo ano (Lamounier e Amorim Neto, 2005, p. 246). À época, a votação para presidente e vice-presidente era realizada em separado e o vice da chapa de Jânio Quadros, Milton Campos não foi eleito. Para o cargo de vice-presidente, o Ex-Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart (Jango) foi eleito. No início de seu governo, Jânio Quadros condecorou Ernesto Che Guevara com a comenda “Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul”, ato que originou a queda de seu mandato. Com uma política exterior nova e prometendo se aproximar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Jânio Quadros desagradava cada

vez mais os militares. Seu governo criou a reserva indígena Parque Nacional do Xingu, proibiu o biquíni em transmissões televisionadas de concursos de Miss e planejou a anexação da Guiana Francesa. Com a pressão exercida pelos militares e por Carlos Lacerda com a denúncia de que o Ministro da Justiça de Jânio, Oscar Pedroso Horta o havia convidado para realizar um golpe de estado, Jânio Quadros renunciou ao cargo.

Com a renúncia e a ausência de Jango, que era o vice-presidente, mas estava fora do país, Ranieri Mazzilli assumiu a cadeira por cerca de duas semanas. Com o retorno de João Goulart e após uma reforma do Congresso Nacional transformando o país em parlamentarista, Jango teve seus poderes enfraquecidos. O Primeiro Ministro eleito foi Tancredo Neves. Só em 1963, após um plebiscito que decidiu que o presidencialismo seria o modelo adotado no país, que Jango realmente exerceu os poderes de presidente da república. Contudo, o cenário polarizado trouxe diversas complicações para o mandatário, onde greves e protestos marcaram o período. As aspirações socialistas e discrepâncias na forma de gerir a economia, levaram as Forças Armadas a derrubar o governo de Jango (que se exilou no Uruguai) em 31 de março de 1964. Em 27 de outubro de 1965, Humberto Castelo Branco (primeiro general-presidente que assumira em 15 de abril de 1964), publicou o ato institucional nº 2 (AI-2), que suspendia a Constituição vigente e colocou o país de vez em uma ditadura militar. (Bueno, 2012; Del Priore e Venancio, 2010).

O golpe já era gestado há anos, mas só foi materializado em 1964, com o apoio de diversos setores da sociedade civil e governadores.

Durante o regime militar, ocuparam a chefia do poder executivo: Humberto de Alencar Castelo Branco (de 1964 a 1967); Artur da Costa e Silva (de 1967 a 1969); uma junta militar em 1969, composta por Aurelio de Lira Tavares, Augusto Rademaker e Marcio de Sousa e Melo; Emílio Garrastazu Medici (de 1969 a 1974); Ernesto Geisel (de 1974 a 1979) e João Batista de Oliveira Figueiredo (de 1979 a 1985) (Lamounier e Amorim Neto, 2005, p. 246).

O governo militar foi marcado pelos Atos Institucionais, que foram 17 (dezessete) diretrizes legais (análogas aos decretos) editadas e baixadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República entre 1964 e 1969. A primeira reforma administrativa com intuito de implementar o gerencialismo no país foi instituída pelo Decreto-Lei 200/1967. No referido ano, o Brasil era administrado por um governo militar, que havia tomado o poder três anos antes. Essa reforma, foi pioneira na

tentativa de romper com o modelo burocrático, extremamente rígido, visando permitir um maior dinamismo operacional ao Estado e torná-lo descentralizado (Matias-Pereira, 2008).

Ainda que a reforma imposta pelo Decreto-Lei 200 tenha possibilitado algum avanço na adoção de técnicas gerenciais, tornando o Estado brasileiro mais flexível, a mesma não foi tão exitosa na superação do patrimonialismo arraigado na Administração Pública do país, visto que com a reforma, assim como ocorreu na Argentina, houve a criação de órgãos descentralizados e autônomos, mas que dependiam de recursos advindos do governo federal, o que também onerava os cofres públicos do Brasil (Torres, 2004).

Segundo Fausto (1994, p.485), entre 1969 e 1973 o Brasil viveu o chamado “milagre econômico”, com o PIB crescendo em média 11,2% ao ano e taxas relativamente baixas de inflação. Entretanto, esse cenário não perdurou muito, pois foi realizado sem bases sólidas e em detrimento de políticas sociais. Não obstante, a ditadura militar brasileira foi marcada por assassinatos, torturas, cassação de mandatos e desaparecimentos de dissidentes e opositores ao regime tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais. Fausto (1994, p. 467) afirma que estimativas apontam que mais de 1.400 pessoas foram afastadas de cargos civis e cerca de 1.200, das Forças Armadas.

Em 1979, foi criado o Programa Nacional de Desburocratização, que sob a condução de Hélio Beltrão, visava reorganizar as instituições do Estado, descentralizar a cadeia de comando, através da simplificação dos processos administrativos e por consequência, aumentar a eficiência do Estado, transformando nesse processo, o usuário do serviço público em cidadão.

Como em outros países não só do bloco, mas do mundo todo, no Brasil da década de 1980, foram criadas estruturas para a avaliação sistemática dos atos públicos. Nesse sentido, é possível citar a criação dos Planos Plurianuais em todos os níveis da federação, que permitiram uma maior segurança programática e avaliativa das políticas públicas no país.

A partir de 1983, começou um movimento pelas eleições diretas no país, encampados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o PMDB (em movimentos separados), mas que depois foram tomando a corpo e se espalhando pelo Brasil. Esse movimento ficou conhecido como “diretas já” e contou com milhões de apoiadores, mas que não foi o suficiente para realizar as eleições diretas no ano de 1985. Contudo, Tancredo Neves e José Sarney, ainda que candidatos à eleição indireta, saíram às ruas em comícios e apareceram na televisão, o que lhes deu um alicerce popular (Fausto, 1994, p. 511).

Com a vitória no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e Sarney foram eleitos. Entretanto, Tancredo não chegou a assumir o cargo, adoecendo dias antes da posse e falecendo em 21 de abril daquele ano. Destarte, José Sarney tomou posse como presidente da república.

Durante seu mandato, Sarney teve de implementar políticas de austeridade e contenção da inflação, que, em 1989, atingiu preocupantes 1.000% ao ano. No governo de José Sarney, um grupo parlamentar autodenominado Centrão, adepto do *quid pro quo* se organizou, demandando cargos e concessões em troca de apoio político. Seu governo também foi o responsável pela convocação de uma nova Constituinte, que aprovou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que está em vigência até hoje (Del Priore e Venancio, 2010).

A Constituição Federal de 1988 delegou ao Poder Legislativo a aprovação do Plano Plurianual (PPA) realizado pelo Poder Executivo. Este Plano de quatro anos deve conter as diretrizes, metas e os objetivos das despesas de capital e para os programas públicos de longo prazo. Com base no PPA, algumas leis e programas são selecionados para que sejam realizados processos avaliativos.

Já na vigência da nova Constituição, novas eleições são realizadas e Fernando Collor de Mello é eleito. Ainda em um cenário de inflação descontrolada, Collor instituiu o “Plano Brasil Novo”, também conhecido como “Plano Collor”, que concebeu reformas econômicas estruturantes como uma tentativa de refrear o desequilíbrio dos preços, mas sem sucesso. Collor ainda protagonizou um dos episódios mais aterradores na economia brasileira moderna, quando confiscou o dinheiro em circulação como uma medida desesperada para refrear a inflação. Contudo, sob acusações de corrupção, Fernando Collor teve seu mandato suspenso pelo Congresso Nacional em 29 de setembro de 1992, renunciando em 28 de dezembro de 1992, momentos antes da votação de impeachment pelo Senado Federal. Com essa manobra, Collor conseguiu manter seus direitos políticos, tornando-se Senador representando o estado do Alagoas. Em 2023, Fernando Collor de Mello foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (cabendo recurso) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um esquema na BR Distribuidora, controlada pela empresa Vibra Energia.

Com a renúncia de Collor, seu vice, Itamar Franco assumiu o governo. Com o péssimo cenário deixado por Collor, Itamar Franco tinha muito o que fazer. Em agosto de 1993, um novo plano econômico é engendrado. Batizado de “Plano Real”, propôs uma política cambial

ancorada no dólar e uma redução nas remessas de emissões monetárias, e tornou a inflação cada vez mais controlada. Nesse cenário, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso tenta trazer para si os louros dessa reforma. Com um discurso de manutenção e refinamento do Plano Real, eficiência da gestão pública e a reforma do Estado, Fernando Henrique Cardoso (FHC) sagra-se vitorioso nas eleições de 1994, derrotando Luiz Inácio “Lula” da Silva. Já no final de seu mandato, o Congresso aprova e FHC sanciona o dispositivo constitucional da reeleição. Fernando Henrique Cardoso inaugura então a tradição brasileira de sempre reconduzir seus governantes a um segundo mandato. Em 1995, foi instituído o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), entendido como a segunda reforma gerencial brasileira. O Plano foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, discutido e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em setembro de 1995 e aprovado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em novembro no mesmo ano (Brasil, 1995). Em ambos os mandatos, Fernando Henrique Cardoso fomentou privatizações, exportações, desregulamentação, investimento externo e austeridade fiscal. Contudo, ao passo que o mercado se desenvolvia, o país também crescia o endividamento externo e não dava conta de superar o desemprego crônico.

Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2003. Após anos de governos que adotaram políticas neoliberais, um presidente de esquerda é eleito no país. Seu primeiro governo foi basicamente composto por ex-militantes de grupos guerrilheiros. Seus dois mandatos foram marcados por políticas de distribuição de renda (como o Bolsa Família), reforma agrária e outras diretrizes de cunho social (Del Priore e Venancio, 2010). Puxado pelo chamado Boom das commodities da década de 2000, quando a China crescia a taxas descomunais, e dependia da importação de recursos brasileiros, seu primeiro mandato dispôs de muitos recursos para implementação de suas políticas sociais. Contudo, com a crise do *subprime* em 2008, seu segundo mandato não gozou de um cenário internacional tão favorável quanto o primeiro. Não obstante, o governo de Lula também foi marcado por diversos escândalos de corrupção, conhecidos como o “Mensalão” e o “Petrolão” (que também se estendeu no governo de sua sucessora, Dilma Rousseff). Ambos os esquemas envolviam desvio de verbas públicas para compra de votos no Congresso Nacional, lavagem de dinheiro e corrupção ativa e passiva. O chamado Petrolão foi um esquema de corrupção bilionário, cujos danos ao patrimônio público são difíceis de aferir. Lula chegou a ser preso em 7 de abril de 2018 após ser condenado em primeira e segunda instância, tendo seu *habeas corpus* negado no Supremo Tribunal Federal em uma votação acirrada de seis votos contra cinco. Lula foi solto

em 2021, após a votação que declarou a 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba incompetente para julgar os casos do ex-presidente, anulando assim suas condenações e devolvendo seus direitos políticos.

Tendo cumprido os dois mandatos consecutivos permitidos pela Constituição Federal de 1988, Lula conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff (que havia sido Ministra de Minas e Energia e Ministra da Casa Civil durante o governo de Lula), também filiada ao Partido dos Trabalhadores, que assumiu o controle do país em 2011, sendo a primeira mulher a vencer o pleito eleitoral no país.

Já no início de seu primeiro mandato, Dilma teve de lidar com o rebote da crise financeira internacional de 2008. Como resposta, entre 2011 e 2013, a taxa básica de juros foi reduzida pelo Banco Central de 12,5% para 7,25%. Utilizando-se do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo de Dilma focou em linhas de crédito subsidiados às empresas, redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e fomento à industrialização. Contudo, essa política expansionista e o cenário internacional desfavorável, fez com que Dilma se visse obrigada a recuar diante das medidas implementadas, elevando a taxa de juros e diminuindo o gasto público, voltando a economia à patamares piores do que no início de seu mandato (Singer, 2015).

Mesmo com a crise econômica e política, Dilma conseguiu se reeleger, sendo empossada em 1º de janeiro de 2015. Com vários cortes de gastos, seu governo foi marcado por manifestações e “panelaços”. Em 31 de agosto de 2016, teve seu mandato cassado por decisão do Congresso Nacional devido à postergação de pagamentos previstos no orçamento (as chamadas “pedaladas fiscais”). Porém de forma inconstitucional, ferindo frontalmente o artigo 52 da Magna Carta de 1988 e com a anuência do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski (que é responsável pela condução do processo no Senado), Dilma não perdeu seus direitos políticos, disputando e perdendo as eleições para ocupar uma cadeira no Senado por Minas Gerais em 2018.

Assim sendo, Michel Temer, vice da chapa de Dilma Rousseff, foi empossado como Presidente da República. Temer é um político experiente, foi Deputado Federal por diversos mandatos, chegando a ocupar a presidência da Câmara por mais de uma vez. Temer teve um governo de transição austero, reduzindo ministérios, tocando reformas, e reequilibrando as contas públicas e investigações por corrupção, chegando a ter a prisão preventiva decretada pelo Juiz Marcelo Bretas, sendo solto e absolvido posteriormente.

Findo o mandato de Michel Temer, Jair Messias Bolsonaro foi eleito para ocupar o cargo de presidente. Seu discurso era de intolerância contra a criminalidade, liberalismo econômico e legalização do porte de armas para civis. Bolsonaro já tinha sido Deputado Federal durante quase 30 anos, sendo um parlamentar bastante medíocre e nada produtivo. Com a prisão de Luiz Inácio “Lula” da Silva, viu uma oportunidade de polarizar com seus discursos inflamados e uma boa gestão de mídias sociais. Em seu mandato, é possível citar o “pacote anticrime” implementado pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro (atualmente Senador da República pelo partido União Brasil), o decreto 9.845/2019, que regulava a aquisição de armas para caçadores, atiradores e colecionadores. Sua gestão na pandemia da COVID-19 foi desastrosa, com discursos contrários às vacinas e promoção de tratamentos precoces sem eficácia comprovada, troca constante de Ministros da Saúde em meio à crise e compra de medicamentos em excesso que acabaram por perder a validade. Jair Bolsonaro também não ficou livre dos escândalos de corrupção, que envolviam seus filhos (grande parte deles também detentores de mandatos eletivos), tentativa de apropriação de joias presenteadas ao país e gastos exorbitantes no cartão corporativo. Bolsonaro também protagonizou declarações polêmicas contra a segurança das urnas eletrônicas, o que o tornou inelegível em julgamento do Tribunal Superior Eleitoral em 2023.

Em uma eleição polarizada e bastante acirrada, Jair Messias Bolsonaro perdeu para Luis Inácio “Lula” da Silva no pleito de 2022, acabando com a tendência de reeleição dos ocupantes da cadeira presidencial, que vinha desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2023, Lula assumiu a cadeira presidencial, tendo Geraldo Alckmin, seu antigo adversário político como vice em sua chapa, na busca por um maior apoio de outros setores ideológicos. Lula suspendeu os decretos que facilitavam a aquisição de armas e que impunham sigilo nos gastos do cartão corporativo de Bolsonaro. Lula teve um começo de mandato bastante lento, realizando diversas viagens internacionais e com enormes gastos no cartão corporativo.

2.4.3 Chile

A República do Chile é um país localizado na América do Sul. O país possui uma extensão territorial de 756.700 Km², 19.603.733 milhões de habitantes e sua capital é Santiago. O Chile é um Estado unitário, com o território dividido em regiões e possui uma administração funcional e territorialmente descentralizada, ou desconcentrada, a variar de acordo com a lei (Chile, 1980).

Durante os anos de 1891 a 1920 o Chile vivenciou um período oligárquico liberal. A Guerra Civil de 1891, ocorrida durante o governo de José Manuel Emiliano Balmaceda Fernández e fruto de uma disputa entre defensores do presidencialismo e parlamentarismo, havia deixado cerca de 5.000 pessoas mortas ou feridas. Como resultado da Guerra Civil de 1891, o parlamentarismo (que já imperava no país desde 1860) venceu, tendo vigência até 1924. Contudo, após o término da guerra, os Presidentes da República tornaram-se figuras menos importantes politicamente falando, tendo o Congresso se apossado dessa relevância e poder, satisfazendo os interesses da oligarquia dominante (Gazmuri, 2012).

Após a derrota de Balmaceda Fernández e tendo o governo sido assumido por uma junta formada pelo capitão Montt, Ramón Barros Luco e Waldo Silva, Fernández se suicidou com um tiro na cabeça. Entre 1891 e 1896, o Almirante Jorge Montt assumiu o poder, seguido de Federico Errázuriz (1896 a 1901) e Germán Riesco (1901 a 1906). Durante esse período, o Chile tinha uma economia sólida, muito baseada na mineração de salitre (composto químico com diversas funcionalidades, dentre elas a produção de fertilizantes e explosivos).

Durante o início do século XX, o Chile teve problemas na agricultura. Essa problemática foi causada tanto por problemas internos quanto externos. No âmbito interno, as secas que atingiram o país tornaram a produção bastante dificultada, enquanto no ambiente externo, a produção e comercialização por parte de países como Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Rússia, baixaram os preços das commodities agrícolas. Com isso, o Chile teve de recorrer a exportações para os países da América do Sul, como Peru e Bolívia, sendo raramente exercido um comércio com as nações do Atlântico Norte. Ainda que o cenário do agronegócio não era favorável, o setor industrial manufatureiro ia muito bem, fato esse que é revelado pelos dados de produção industrial, setor esse que cresceu a uma taxa anual de 2,1%, que chegou a aumentar para 2,9% ao ano na década seguinte (Sater e Collier, 2019).

Concomitante a esse movimento de crescimento industrial, diversos avanços foram encampados na educação chilena durante o início da segunda década do século XX. Com a chegada da Primeira Guerra Mundial e a extrema demanda de recursos por diversos países, o Chile voltou a figurar bem no comércio internacional e as exportações chilenas bateram a marca de 335 dólares per capita, cifra que não foi superada até o final da década de 1970 (Salazar Vergara e Vallejos, 1999).

O início do século XX no Chile foi eminentemente marcado pelo pensamento liberal, onde existia uma certa homogeneidade ideológica e os partidos tinham diferenças e crenças

bastante sutis e alinhadas à oligarquia dominante. Durante o governo de Ramón Barros Luco, entre 1910 e 1915, Juan Luis Sanfuentes (líder do Partido Liberal Democrático), se tornaria a figura política mais importante, o que lhe permitiu ser eleito Presidente da República para o período seguinte (GAZMURI, 2012). Também durante o governo de Ramón Luco, mais precisamente em 1912, o *Partido Obrero Socialista* (POS) foi criado, e em 1922, modificou a sigla para *Partido Comunista de Chile* (PCCh) (Nohlen, 2005).

Como presidente, Juan Luis Sanfuentes teve muitas dificuldades em manejá-lo poder do Congresso chileno, que através do modelo parlamentarista, sobrepunjava-se ao presidente, de forma que até o manejo e criação de ministérios era comprometido. Durante a Primeira Guerra Mundial, sob seu comando, o Chile manteve uma postura neutra, ainda que beneficiando-se da exportação de produtos. Contudo, o final da guerra, que trouxe consigo declínio econômico internacional, aliado à crise na mineração de salitre, tornou o cenário fiscal chileno bastante desfavorável, gerando diversos protestos pelo país.

Neste cenário, o sucessor de Juan Luis Sanfuentes foi Arturo Alessandri, que governou o país de 1920 a 1924. Para piorar a situação chilena, o Congresso (em sua maioria oposição à Arturo Alessandri), impediam o andamento de reformas propostas pelo governo, o que impossibilitou grandes avanços no seu mandato.

Entre 1923 e 1924, o Congresso discutia algumas leis e reformas que afetariam os militares, que logo montaram um comitê representativo para expor suas demandas, o qual estava envolvido Carlos Ibáñez. Dentre as demandas elencadas pelos militares, estavam a reforma da Constituição Política do Estado, a imediata promulgação do Código do Trabalho, a aprovação das leis para os empregados privados, a modificação do imposto de renda, dentre outras, sendo grande parte delas atendidas pelo Congresso e o presidente. Percebendo sua clara força política, o Comitê Militar decidiu continuar a existir mesmo após a aprovação de suas reivindicações, solicitando ao então presidente Alessandri, que dissolvesse o Congresso. Com a perda de controle político, Arturo Alessandri renunciou ao cargo, conseguindo antes disso, criar o Banco Central. Com o afastamento de Alessandri, formou-se uma junta militar, que propunha a criação de uma Assembleia Constituinte, movimento que foi bem-visto pela população, em especial a classe média (Gazmuri, 2012).

Em 1925, ocorreram eleições presidenciais, tendo sido eleito Emiliano Figueroa Larraín com uma candidatura independente (Nohlen, 2005, p. 285). Entretanto, com a crise política e

interferência dos militares, não chegou a finalizar seu mandato, renunciando em 1927. Seu sucessor foi seu Ministro da Guerra e Ministro do Interior, Carlos Ibáñez del Campo.

Durante o governo autoritário e nacionalista, apoiado pela classe média, do general Carlos Ibáñez del Campo que correspondeu ao período de 1927 a 1931, o estado foi reorganizado. Áreas como educação e economia receberam reformas estruturantes. Com a elevação de tarifas a níveis nunca vistos, o Estado foi fortalecido, ficando encarregado de coordenar e promover atividades de mineração e agricultura. Nesse mesmo período, também houve uma maior diversificação produtiva e a industrialização foi favorecida (Villalobos, 1995; Salazar Vergara e Vallejos, 1999). A gestão de Ibáñez del Campo deixou um legado de endividamento fiscal, perseguição a opositores e morte de inocentes. A crise de 1929, juntamente a esses acontecimentos, culminaram na derrocada do regime militar, com a sua renúncia em 1931. Assim sendo, o presidente do Senado Pedro Opaso assumiu a presidência por poucos dias e foram convocadas eleições para outubro daquele ano. Antes das eleições, Juan Esteban Montero Rodríguez (Ministro do Interior) e Manuel Trucco Franzini ainda ocuparam a cadeira presidencial naquele mesmo ano. Quando ocupava a cadeira presidencial, Juan Rodríguez fez cortes de salário em todo o governo, na tentativa de conter o processo inflacionário, atitude essa que reverberou muito negativamente entre os militares. Mesmo assim, nas eleições de 1931, Juan Esteban Montero Rodríguez, que havia ocupado o governo interinamente, foi eleito com 63,7% dos votos (Nohlen, 2005, p. 289).

No ano de 1932, sob o governo de Juan Rodríguez, a moeda chilena saiu do padrão-ouro. Em quatro (4) de junho desse mesmo ano, o governo de Montero Rodríguez é dissolvido por uma revolta militar, sendo que uma junta militar composta por três homens, o general Puga Osorio, Eugenio Matte Hurtado e Carlos Dávila assumem o poder. Com esta junta assumindo o poder, começa o período da história chilena chamado de República Socialista. Em 13 de junho, a primeira junta foi dissolvida e outra estabelecida, com Puga Osorio assumindo novamente o poder executivo. Em 17 do mesmo mês, no meio de conspirações e golpes de Estado, Carlos Dávila apoiado pela guarnição de Santiago, chegou ao poder e formou uma nova junta com Alberto Cabero e Pedro Nolasco Cárdenas Avendaño, instituindo Puga Osorio como Ministro da Guerra. Dia 30 de junho, a quarta junta de 1932 durou apenas até 8 de julho, sendo bem diferente da anterior. Nesse período, Dávila se autoproclamou presidente provisório da República, permanecendo no cargo até sua destituição em 13 de setembro, que foi realizada por meio de um golpe liderado por Bartolomé Blanche Espejo. Ao tomar o poder, Blanche o

repassou para a Suprema Corte, onde o presidente da mesma, Abraham Oyandel Urrutia, convocou novas eleições presidenciais, que tiveram como vencedor, Arturo Alessandri Palma, eleito para exercer seu segundo mandato entre 1932 e 1938 (Bizzarro, 2005, p. 399).

Em seu segundo governo, Alessandri Palma teve como mote a restauração das instituições, que auxiliou na consolidação da democracia no país (Sater e Collier, 2019). Palma ainda teve de lidar com a rebelião dos campões Mapuche, que ficou conhecida como *La Matanza de Ránquil de 1934* (A Matança de Ránquil de 1934). Ela se deu por decorrência da revolta dos trabalhadores do setor do ouro de Lonquimay, os quais revoltaram-se contra o patrão devido ao tratamento abusivo, tendo saqueado e ateado fogo na mercearia local. Em uma tentativa frustrada de solucionar o revés, Arturo Alessandri Palma enviou um grupo de carabineiros que atacou os insurgentes, provocando ainda mais revolta entre os trabalhadores, que se uniram ao povo Mapuche (Gazmuri, 2012).

Mesmo com os avanços impetrados por Alessandri Palma em seu segundo mandato, a democracia chilena ainda tinha muito que amadurecer entre as décadas de 1930 e 1940. Visto que mulheres (até 1949) e os analfabetos (até 1970) não possuíam participação no sufrágio nas eleições nacionais, havia uma notória sub-representação (Sater e Collier, 2019).

Alessandri Palma ficou 6 anos no poder. Após as eleições de 1938, Pedro Aguirre Cerda foi eleito para ocupar a cadeira presidencial entre 1938 e 1942. Contudo, seu vice-presidente, Jerónimo Méndez que terminou o mandato, visto que Cerda morreu em 1941. Pedro Cerda era do Partido Radical. Nesse mesmo pleito, Ibáñez (ex-presidente) também concorreu, tendo insignificantes 112 votos (Nohlen, 2005, p. 290). Aguirre Cerda já era uma figura conhecida na política chilena desde o governo de Ibáñez. Em seu governo, os socialistas tiveram espaço, figurando representantes nos ministérios da Saúde, Previdência, Assistência Social, Fomento e Terras e Colonização (Gazmuri, 2012).

Com a consolidação das mudanças ideológicas e políticas e a melhoria de vida da classe média e da classe trabalhadora, o Partido Radical, formado por integrantes da administração pública, professores e pequenos empresários, alcançou grande influência durante os anos que governou o país (entre 1938 e 1952). É válido ressaltar que sua ligação com a Maçonaria também foi um ponto chave para a sua solidez e manutenção no poder (Villalobos, 1995).

A eleição de 1942 foi bastante disputada. Com a morte de Cerda, houve uma nova contenda pelo poder, e novamente Carlos Ibáñez voltou a disputar as eleições, dessa vez mais

fortalecido. Com 56% contra 44% dos votos, Juan A. Ríos Morales venceu Ibañez com um discurso de representatividade e união entre os partidos e se tornou Presidente da República (Nohlen, 2005, p. 286). A tentativa de unir diversos partidos de diversos espectros políticos diferentes em conselhos administrativos e ministeriais era interessante em tese, mas não se mostrou factível e em pouco tempo, a situação política tornou-se bastante semelhante à do regime parlamentarista. Com a pressão da oposição e a dificuldade de se entrar em um consenso, as eleições para o parlamento refletiram esse declínio, nas quais diversos parlamentares de oposição foram eleitos. Após descobrir um câncer terminal, Ríos viu-se obrigado a renunciar à presidência em janeiro de 1946, tendo falecido meses após. Mesmo com essa crise política, o governo de Ríos implementou planos para construir a primeira usina siderúrgica do país, organizou a indústria do petróleo e criou o monopólio da eletricidade. Alfredo Duhalde, um radical de direita, atuou como vice-presidente até o término do mandato. Com as constantes revoltas de opositores socialistas, o mandato de Duhalde foi bastante conturbado, com mortes de manifestantes em protestos em praças públicas (Sater e Collier, 2019).

Em 1946, novas eleições foram realizadas e Gabriel González Videla sagrou-se campeão. No seu governo, o Chile passou a exercer atos de soberania no continente Antártida, instalando a Base Soberanía (atual Arturo Prat) em 1947. Em 1948, o presidente Gabriel González Videla inaugurou a Base General Bernardo O'Higgins, realizando a primeira visita oficial de um Chefe de Estado a este continente. Durante a presidência de Gabriel González Videla, juntamente ao Ministro da Fazenda Jorge Alessandri Rodríguez, foi possível controlar a inflação que assolava o país, reduzida de 37% para 17%, por meio de cortes salariais e programas de austeridade fiscal. Entretanto, mesmo com os cortes de gastos, a inflação voltou a ficar descontrolada e seu governo apelou para o congelamento de preços e salários (o que deixou a classe trabalhadora e o empresariado descontentes). Seu governo também participou da aprovação do voto feminino, em 1949. O governo de Gabriel González Videla também foi marcado por uma perseguição aos opositores comunistas e militares que ameaçavam colocar Ibañez novamente no comando do país, mas não obtiveram sucesso (Gazmuri, 2012; Sater e Collier, 2019).

Após várias tentativas de se eleger novamente, em 1952 Carlos Ibáñez del Campo logrou êxito nas urnas e conquistou novamente o seu lugar na cadeira presidencial chilena, desbancando os quase 15 anos de poder do Partido Radical. Ibañez já havia sido eleito Senador

em 1949 pelo *Partido Agrario Laborista*. Em 1954, uma greve nas minas de cobre se acabou reverberando para outras áreas da economia e como forma de evitar um colapso político, Ibáñez declarou estado de sítio em algumas regiões, prendendo opositores e censurando a imprensa (Sater e Collier, 2019).

Em 1955, o governo de Carlos Ibáñez convidou a missão estadunidense Klein-Saks ao país, numa tentativa de frear o avanço da crise inflacionária chilena. As recomendações feitas moldaram o primeiro de vários planos para estabilização do Chile, tendo sido implementadas até o ano de 1964 (Salazar Vergara e Vallejos, 1999).

Com o passar dos tempos, Ibáñez viu sua força política se esvair, tendo o seu governo perpassado por diversas greves, protestos, crises político-econômicas e prisões em massa.

Nas eleições de 1958, Jorge Alessandri Rodríguez, filho do ex-presidente Arturo Alessandri, foi eleito com 31,6% dos votos válidos (Nohlen, 2005, p. 287). Tal como Ibáñez, Alessandri demonstrou o triunfo da candidatura independente, frente ao partidarismo. Entretanto, era necessário angariar o apoio das forças políticas instituídas, o que não era tarefa simples.

Alessandri Rodríguez era um executivo de uma grande empresa privada no país, o que fez com que tenha se rodeado de empresários no início de seu governo. Nesse sentido, seu governo tinha por objetivo realizar reformas que facilitassem o ambiente de negócios e projetassem um crescimento das empresas no país, tido para eles como o motor do desenvolvimento, ficando o Estado com o papel de organizar esse ambiente. Com isso, em 1959, houve um crescimento nas áreas de habitação e obras públicas. Ainda em 1959, criou-se um plano de estabilização econômica visando controle inflacionário, fixando a taxa de câmbio e permitindo um aumento nas importações. Entretanto, em 1961 o governo teve de lidar com problemas complexos de cunho político-econômico e cambial, o que desprestigiou fortemente o governo de Alessandri (Gazmuri, 2012).

Em 1964, Eduardo Frei Montalva do Partido Democrata Cristão (PDC) se elegeu com 56.1% dos votos (Nohlen, 2005, p. 287), tendo o apoio maciço dos conservadores e liberais. Suas principais bandeiras eram: reforma agrária, participação cidadã, controle estatal majoritário das grandes empresas de mineração, reforma do sistema de educação, direito de voto para analfabetos e obras públicas (Gazmuri, 2012). No início do mandato, sua postura parecia agradar a população de modo geral. Entretanto, a interferência estadunidense na

República Dominicana gerou uma crise internacional que afetou drasticamente o Chile e consequentemente o governo de Frei (visto que ocorreram diversos protestos em Santiago). A despeito do recebimento de recursos do programa “Aliança para o Progresso” do Presidente Kennedy, Frei criticou a atuação dos Estados Unidos e estreitou laços com a União Soviética e a Europa Oriental. O plano de governo de Frei era aprovado pela esquerda, ainda que com ressalvas (temendo que lhe permitissem um ganho de capital político). Ainda que a reforma agrária tenha ocorrido entre 1969-1970 e durante o início dos anos 1970, a alta demanda não permitiu com que o governo atendesse todos os cidadãos. Também houve um esforço para a criação de novos hospitais, mas o atendimento não abarcava a todos. Contudo, esse crescimento dos aparatos sociais veio com um preço: o gasto público dobrou nos anos de mandato de Frei. Por sorte, a Guerra do Vietnã influenciou positivamente no preço do cobre, permitindo um crescimento na receita tributária entre 1966 e 1970 (Sater e Collier, 2019).

Entre 1970 e 1973, Salvador Allende Gossens, que fora opositor de Eduardo Frei na campanha que o tornou presidente, assumiu o cargo, derrotando o ex-presidente Jorge Alessandri Rodríguez. Durante seu mandato, a opinião pública se tornava cada vez mais polarizada, o que influenciava na forma como os políticos expunham suas ideias. Salvador Allende era maçom, neto de Ramón Allende Padín, que também fora um político (porém radical) e líder da Maçonaria. Desde início, o governo de Salvador Allende visou o aumento dos gastos sociais, redistribuição de renda, promoção de eventos culturais e nacionalização de empresas privadas. Com a manutenção de suas políticas sociais, Allende teve dificuldade no processo de governança. Com a nacionalização de empresas de setores de mineração e têxteis, esperava-se solucionar os problemas de desemprego com a inserção de trabalhadores nas empresas estatizadas. Allende também aumentou vertiginosamente os salários dos trabalhadores. Essas medidas populistas fizeram com que em 1972, o déficit atingiu cerca de 22.000 milhões de escudos e a inflação estava descontrolada. A esse patamar, a convulsão social tomava conta do país, sendo muito difícil para Allende comandá-lo e o Estado havia entrado em uma espécie de limbo político. Com o caos instaurado, um movimento militar liderado pelo general Augusto Pinochet, chefe das forças armadas, orquestrou um Golpe de Estado. Com a notícia de que partes do país estavam sendo tomada pelos militares, o presidente Allende dirigiu-se ao palácio presidencial de La Moneda, onde tentou resistir ao golpe. Entretanto, vendo-se cercado e percebendo que algumas alas do governo estavam do lado de Pinochet, Salvador Allende se suicidou com um tiro de metralhadora na cabeça (Sater e Collier, 2019).

Após esse golpe, Pinochet comandou o país durante 17 anos, sob um severo regime ditatorial que se iniciou com a dissolução do Congresso Nacional e sua autodeclaração como presidente em 1974. No mesmo ano, Pinochet anunciou a criação da Dirección Nacional de Inteligencia (DINA), posteriormente substituída pela Central Nacional de Informaciones (CNI) em 1977. Durante seu regime, o Chile presenciou a interrupção de grande parte das liberdades individuais, como a instituição de toques de recolher, extinção dos partidos políticos alinhados à esquerda ideológica, a imposição de recesso sem prazo definido aos partidos de centro e direita, censura da mídia, queima de livros e afastamento de esquerdistas do âmbito universitário. Atentados com carros-bomba eram comuns, sendo o vice-presidente, general Carlos Prats González, vitimado por um deles em 1974. Em 1975, Pinochet proibiu a entrada de uma comissão de direitos humanos das Nações Unidas para investigar as violações ocorridas no país. O governo de Pinochet não restringia suas atrocidades apenas ao território chileno, mas possuía diversas operações em andamento para silenciar e matar opositores políticos ao redor do mundo. Em 1978, Pinochet convocou um plebiscito de “sim” ou “não” para votar a defesa da soberania chilena exercida por ele, saindo vitorioso (visto que os opositores tinham medo de votar contra seu regime sangrento). Em 1979, o Chile adotou uma política macroeconômica liberal, mas que não foi muito exitosa, visto que em 1982, o país enfrentou uma recessão avassaladora. Em 1980, a “Constituição da Liberdade” é aprovada, que autorizou Pinochet a governar até 1989. Entre 1983 e 1985, diversas manifestações contra o regime ditatorial ocorreram, desde os trabalhadores à classe média. Em 1986, uma emboscada malsucedida de Pinochet deixou diversos guarda-costas feridos. Em 1988, um movimento chamado *Concertación de Partidos por el no* (Voz dos Partidos pelo Não) é constituído em prol da promoção da rejeição à permissão de que Pinochet possa realizar um segundo mandato. Com 54% de rejeição, Pinochet é obrigado a permitir eleições no ano de 1989. Em 1998, em Londres, capital da Inglaterra e do Reino Unido, o general Augusto Pinochet Ugarte foi preso. Após ganhar liberdade e retornar ao Chile em 2000, foi colocado em prisão domiciliar e seu julgamento marcou um ponto de inflexão no retorno do país à democracia (Bizzarro, 2005).

O Chile já tinha contato com práticas patrimonialistas impetradas pelo governo ditatorial de Augusto Pinochet entre os anos de 1973 e 1990. Não obstante, no caso chileno, a análise de custo-benefício dos projetos de investimento começou em meados dos anos 1970 (Feinstein, 2012).

Com o repúdio da população para com o governo de Pinochet, nas eleições de 14 de dezembro de 1989, o candidato socialista do Partido Democrata Cristão (PDC), Patricio Aylwin Azócar, foi eleito presidente, com 55,2% dos votos (Nohlen, 2005).

Na linha cronológica chilena, durante as décadas de 1990 e no início do século XXI, houve uma forte guinada direcionada à princípios do modelo gerencialista e da governança pública. Isso se deu no ímpeto de aprimorar a gestão dos recursos humanos e financeiros; a qualidade da prestação dos serviços públicos e estímulo à modernização do Estado. Com o retorno do regime democrático, as reformas governamentais associaram diretrizes políticas e sociais à aspectos econômicos, dando prioridade à ambos (Alujas, 2001).

Na esteira do processo de redemocratização e através de demandas do Congresso chileno, ainda que o país não contasse com um sistema integrado de avaliação, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento possuíam essa incumbência e operavam de forma conjunta no Programa de Avaliação de Projetos Governamentais (PAPG), engendrado no ano de 1997.

Em 2005, o Chile é aceito para participar dos acordos comerciais do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA na sigla em inglês) como parceiro associado, gozando das prerrogativas de livre comércio de mercadorias com redução de custos.

Em 2006, a socialista Michelle Bachelet é eleita a primeira mulher para ocupar o cargo de Presidente da República no país, tendo sido também a primeira a ocupar a cadeira de Ministra da Defesa na América Latina, durante o governo de Ricardo Lagos.

A partir dos anos de 2008, o tema transparência toma conta da pauta no país, e a partir de movimentos e grupos de pressão da sociedade civil organizada, foi instituída uma política de abastecimento energético a partir de fontes renováveis e não poluentes. No ano de 2009, o Chile teve sua aprovação na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que permitiu a instauração e melhoria dos sistemas de transparência do serviço público.

Após o primeiro mandato de Michelle Bachelet, Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique foi eleito para chefiar o país em 2010, sendo o primeiro presidente de direita eleito após a ditadura do general Augusto Pinochet. Logo no início de seu mandato, o Chile foi acometido por um terremoto de 8,8 graus na escala Richter, provocando centenas de mortes e dezenas de desaparecimentos. Em 2011, a Lei de Participação Cidadã (Lei 20.500/2011) catalisou um cenário de debate amplo entre cidadãos governantes no desenho e implementação

de políticas públicas. Ainda que a proposta seja interessante, a referida lei instituiu uma participação meramente consultiva, e não de cunho decisório, permitindo ao setor público uma discricionariedade quanto à persecução do que fora discutido entre os cidadãos. Segundo matéria do jornal O Globo (2018), durante o primeiro mandato de Sebastián Piñera, o Produto Interno Bruto (PIB) chileno cresceu cerca de 5,3% ao ano, o desemprego foi reduzido em 5 pontos percentuais, caindo de 11% para 6%, o voto facultativo foi instituído no país e a desigualdade caiu, comprovada pela diminuição do Coeficiente de Gini de 0,49 para 0,473.

Em 2013, Michelle Bachelet é novamente eleita para assumir o cargo em 2014, tornando-se a primeira pessoa eleita a comandar o país por dois mandatos, uma vez que não há reeleição no Chile e os que ocuparam a cadeira presidencial por dois momentos, o fizeram de maneira não eletiva. Neste mesmo ano, Michelle Bachelet iniciou uma reforma educacional abrangente, com o objetivo de tornar o acesso à educação mais abrangente, reforma esta que teve implicações profundas no sistema educacional chileno. É válido citar ainda, que em resposta a escândalos de corrupção, o governo chileno implementou uma série de medidas em 2015 para aumentar a transparência e a responsabilidade governamental.

Após Bachelet ser reeleita, Sebastián Piñera também figurou como o segundo a realizar o feito, ocupando a cadeira presidencial de 2018 a 2022. Entretanto, seu segundo mandato não foi tão exitoso quanto o primeiro, com uma crise política que durou meses, lotada de violência e protestos. Alguns acontecimentos durante esses protestos, como mutilação dos olhos de manifestantes por bombas de gás ou projéteis, suscitaram em um processo de impeachment contra Piñera, que conseguiu terminar seu mandato sem ser impedido.

Atualmente, Gabriel Boric é o presidente em exercício no país, presidente de esquerda e líder de movimentos estudantis, foi eleito em 2021 com 55,8% dos votos, derrotando o candidato de direita José Antonio Kast. Assumiu o governo em 2022.

2.4.4 Colômbia

A Colômbia é um país localizado na América do Sul, cuja capital é Bogotá. Ele possui uma extensão territorial de 1.140.619,05 Km² e uma população de 51.874.024 de habitantes. O artigo 1º (primeiro) da Constituição Política da Colômbia de 1991 a define como um estado social de direito, organizado em forma de República unitária, descentralizada e com autonomia de suas entidades territoriais. (Colômbia, 1991). Para fins administrativos, a Colômbia está subdividida em departamentos, distritos, municípios e territórios indígenas.

No início do século XX, a Colômbia não possuía uma reputação boa internacional quanto à quitação de dívidas de empréstimos realizados durante o século XIX, o que dificultava a obtenção de novos contratos creditícios. Com a melhoria da situação econômica, o recurso ao crédito externo foi facilitado, mas em quantias reduzidas. Entre 1906 e 1920, alguns empréstimos foram realizados em libras esterlinas, totalizando £ 2.577.538,00 (Mejía, 2019).

Entre os anos de 1910 e 1920, o país passou por diversas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, que modificaram intensamente a Colômbia. No final da década de 1920, o país contava com cerca de 6 milhões de habitantes e era eminentemente agrário. Os resquícios da era colonial ainda estavam presentes, a pobreza e exclusão da vida política assolavam os colombianos, sendo que cerca de três quartos da população era analfabeta. Desde o século XIX, o Partido Conservador ocupava o poder com um governo centralizado, ligado à Igreja Católica e cerceador de liberdades individuais. Seu principal opositor, o Partido Liberal, estava enfraquecido após a derrota na Guerra dos Mil Dias, que ocorreu entre 1899 e 1902. Através da pujança econômica que a indústria cafeeira proporcionou e com a abertura econômica com o resto do mundo, a Colômbia conseguiu superar as crises fiscais e se desenvolver (Arias Trujillo, 2011). Até 1913 Santander e Cundinamarca dominavam a produção (Mejía, 2019). Entretanto, a partir de 1925, a rebelião dos arrendatários das grandes fazendas cafeeiras estendeu-se por toda a região, o que levou muitas delas à ruína.

Entre as décadas de 1910 a 1940, imigrantes de diversas partes da Europa e da Ásia rumaram à Colômbia para empreender na área da indústria. Essa "burguesia imigrante" era basicamente de origem alemã, italiana, judaica e sírio-libanesa. Concomitante a isso, a indústria se desenvolvia e consolidava-se. Produtos manufaturados cresciam a uma taxa média de 5% ao ano entre 1905 e 1925 (Kalmanovitz, 2003)

Com isso, pouco a pouco houve um êxodo rural, onde as pessoas que viviam no campo, começavam a buscar mais oportunidades nas áreas urbanas, uma vez que com essa vinda de imigrantes, as cidades prometiam emprego e melhoria de vida ao povo colombiano. Entretanto, o crescimento acelerado trazia problemas de gestão, saneamento e infraestrutura às recentes cidades. A ida de moradores do campo para os subúrbios, juntamente à imigração e abertura econômica, transformou a cultura colombiana, que presenciou a criação de clubes e introdução de esportes norte-americanos, frequentados obviamente pelas elites locais.

Ante a uma crise institucional, nas eleições de 1949, Laureano Gómez foi eleito presidente para um mandato de quatro anos, entre 1950-1954. Para a alegria dos conservadores

e desapontamento dos liberais, Gómez tinha se sagrado vitorioso. Laureano tentou desmontar as reformas do governo liberal anterior. Para o presidente eleito, a gestão estatal deveria ser alicerçada por três pilares: o catolicismo, o centralismo e corporativismo. Com essas disputas, o governo foi marcado por uma violência intensa, com incêndios a instituições liberais e atentados contra opositores. Esse governo conservador, lutou contra o progressismo encampado pelo governo liberal. Pouco a pouco, a situação do governo de Laureano Gómez foi ficando insustentável. Em meio a esse caos, Laureano Gómez acaba sofrendo um infarto em 1951 e Roberto Urdaneta Arbeláez foi indicado pelo Congresso para assumir o governo interinamente. Laureano Gómez retornou ao cargo em junho 1953, mas com o acirramento entre conservadores e liberais, a saída republicana não era tida como opção, e com o apoio de forças antagônicas à Laureano, foi instituído um governo militar no mesmo ano (Arias Trujillo, 2011).

Em 1953, o militar Gustavo Rojas Pinilla assumiu a presidência, e chefiou o país até 1957. Através de um pedido do então presidente Gómez, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), convocada pelo Congresso, reconheceu Rojas Pinilla como Presidente até ao final do mandato de Gómez (1954). Depois, Gustavo Rojas Pinilla foi eleito chefiar o executivo da Colômbia pelo período de 1954 a 1958, mas devido a crescente oposição ao seu governo, em 10/05/1957 Rojas repassou o poder a uma junta militar formada por Gabriel París, Deogracias Fonseca, Rubén Piedrahita, Rafael Navas Pardo e Luis E. Ordóñez, que governou o país por cerca de um ano (Jaramillo e Franco-Cuervo, 2005, p. 359).

Após a formação da Frente Nacional, que foi um pacto político entre os partidos Liberal e Conservador, Alberto Lleras Camargo foi eleito para ocupar o cargo de Presidente da República entre 1958 e 1962. Camargo já havia comandado o país entre os anos de 1945 e 1946 após a renúncia de Alfonso López Pumarejo. A partir de 1945 e praticamente até 1956 a Colômbia viveu um apogeu econômico, na agricultura, na indústria e no setor de prestação de serviços. Para se ter uma ideia, à época, Alberto Lleras Camargo associou esse crescimento econômico esplendoroso ao período de turbulência e violência que o acompanhou, para concluir que o sangue e o acúmulo de capital andavam juntos (Kalmanovitz, 2003).

Visando mitigar os avanços e efeitos da Revolução Cubana, o presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy anunciou a Aliança para o Progresso em 1961. O ensino superior na Colômbia foi agraciado com recursos do programa, que possibilitou a construção e reforma de diversos campi, bem como a provisão de bolsas de estudo a universidades norte-americanas. O programa ainda permitiu um crescimento vertiginoso de 270% do número de alunos no nível

superior no país entre 1960 e 1970, acesso de mulheres às universidades e criação de novos cursos das ciências humanas e sociais aplicadas, como Ciência Política, Jornalismo, Relações Internacionais, dentre outros (Mejía, 2019).

Na década de 1980, assim como outros países do bloco, houve uma guinada e tentativa de adoção de modelos gerenciais, com o mote de que os princípios de eficiência e eficácia deveriam pautar o setor público, enfocando na mitigação da corrupção e do patrimonialismo. Tal movimento percebeu seu ápice na década de 1990, com reformas legais e institucionais visando uma diminuição do tamanho do Estado, cortando gastos, extinguindo cargos e órgãos públicos. Com isso, o país conseguiu perpassar as referidas décadas de forma exitosa, com taxas de crescimento acima da média dos outros países latino-americanos.

No ano de 1990, César Gaviria Trujillo assumiu a cadeira presidencial. Seu mandato foi pautado por uma tentativa de melhoria na relação com outras nações, diversificação da produção, abertura econômica e adoção de novas políticas de combate ao tráfico de drogas (Pardo, 1990). Em 1991, foi promulgada a Constituição Política da Colômbia, Carta Magna que está vigente até a atualidade. Foi no mandato de Trujillo, que o criminoso mais rico e poderoso da história, Pablo Emilio Escobar Gaviria, finalmente teve sua carreira criminosa encerrada. Escobar já era procurado há mais de 5 (cinco) anos, tendo um mandado de prisão expedido pelo Ministro da Justiça Enrique Low Murtra em 1988, e após a Assembleia Constituinte proibir a extradição de colombianos em 1991, Pablo Escobar entregou-se às autoridades. Escobar ainda fugiu da prisão, tendo ficado mais de um ano nas ruas até sua morte, quando foi baleado pela Polícia Nacional da Colômbia, em um confronto armado no ano de 1993 (Melo, 2017).

Segundo Feinstein (2012), na Colômbia, a institucionalização da avaliação já fora mencionada na reforma constitucional de 1991, sendo que o sistema era de responsabilidade da Diretoria Nacional de Planejamento. Ainda no ano de 1991, a Colômbia implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Gestão e Resultados (SINERGIA), visando monitorar e avaliar os planos de desenvolvimento no país.

Findado o mandato de Trujillo, Ernesto Samper do Partido Liberal, foi eleito. Samper foi o primeiro presidente eleito após a reforma constitucional. Seu mandato foi extremamente controverso e polêmico. Ele criou grupos de camponeses armados pelas forças públicas batizados de “*Convivir*”, que tinham o intuito de proteger certas regiões, institucionalizando organizações de cunho paramilitar. Ernesto Samper ainda foi acusado de ter recebido recursos financeiros de narcotraficantes para sua campanha eleitora (Arias Trujillo, 2011, p. 160-162).

Com a contenda gerada pelo mandato de Samper, o Partido Conservador viu uma janela de oportunidade para conquistar o poder novamente, o que ocorreu com a eleição de Andres Pastrana Arango, que ocupou o cargo de 1998 a 2002.

Pastrana Arango se elegeu com um discurso conciliatório com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A conciliação iniciou em 1999, mais precisamente pela região de Caguán, território ocupado pelas FARC há 30 anos, mas sem muito sucesso. Com isso, as Forças Revolucionárias se fortaleceram e em fevereiro de 2002 após o sequestro de um Senador, o território de Caguán foi novamente ocupado pelo exército colombiano.

Em 2002, Álvaro Uribe Vélez assumiu a presidência da Colômbia, vencendo as eleições no primeiro turno com 53% dos votos. Vélez já vinha criticando a forma com que o governo de Samper realizava as negociações, apontando inconsistências no método e paulatinamente, sua proposta de tolerância zero contra a "zona desmilitarizada" ganhava apoio popular (Melo, 2017). Por ter tido um mandato com uma ótima aprovação, após a aprovação de uma Emenda à Constituição que alterou o artigo 197 da Magna Carta de 1991, Vélez foi o primeiro presidente a concorrer e ser eleito para um segundo mandato consecutivo. Esse artigo foi novamente emendado pelo Ato Legislativo 02 (dois) de 2015, que em seu artigo 9º (nono) proibiu a reeleição mais uma vez. Contudo, em 2008, um escândalo envolvendo o exército colombiano veio à tona, onde civis eram brutalmente assassinados e falsamente exibidos como sendo membros das guerrilhas. Em 2021, o jornal The Guardian apontou em matéria que um Tribunal Especial de Paz na Colômbia afirmou que mais de 6 mil pessoas foram mortas entre 2006 e 2008.

De 2010 a 2018, o advogado, economista e ex-ministro da defesa Juan Manuel Santos. Em sua campanha, Santos havia prometido a manutenção de um combate firme contra a guerrilha, com tentativas de negociação, mas sem a retirada das tropas dos territórios ocupados pelas FARC. Certamente, a luta armada em prol da implantação do socialismo fracassou. As FARC não possuem qualquer apoio de setores da opinião pública e não avançaram em quase nada em suas reivindicações, ficando restrita ao comércio internacional ilegal de entorpecentes. Em agosto de 2016, as FARC e o governo finalmente chegaram a um acordo de paz, que envolvia punição dos guerrilheiros atendendo aos requisitos internacionais, ao passo que permitiria a participação de seus líderes no processo político. Já no início de 2017, as FARC começaram o processo de entrega de suas armas à Organização das Nações Unidas (ONU),

respeitando as áreas de atuação previamente definidas em comum acordo com o governo colombiano. (Melo, 2017).

Em 2018, foi eleito o advogado e ex-senador Iván Duque Márquez com um discurso de correção nas negociações entre governo e as guerrilhas. Em entrevista ao jornal *El País* com dez dias de mandato, o presidente revelou sua intenção em “manter coisas que são importantes, como desmobilização, desarmamento e reintegração da base guerrilheira e avançar em uma abordagem de desenvolvimento rural integral”. Márquez é alinhado à direita ideológica e tentou estreitar laços com os Estados Unidos, à época representado por Donald Trump e o Brasil, chefiado por Jair Messias Bolsonaro. Márquez também rechaçou a ideia vinda do Congresso de reaproximação com a Venezuela. Em seu mandato, Iván ainda teve de lidar com uma greve iniciada no âmbito universitário em 2019, que criticavam políticas econômicas, sociais e ambientais do governo do presidente. Em 2021, o helicóptero que continha Márquez e sua comitiva foi atacado à tiros, mas por sorte, ninguém se feriu.

Atualmente quem ocupa o cargo de presidente é Gustavo Francisco Petro Urrego, primeiro político de esquerda eleito para presidência e ex-guerrilheiro da extinta “M-19”. O presidente foi eleito com um discurso de taxação de grandes fortunas e latifúndios, provisão de educação superior a todos os servidores da segurança pública, cota de 50% nos cargos públicos destinadas a mulheres e o estímulo às fontes de energia renováveis.

2.4.5 Equador

O Equador possui uma população de 18.001.000 de habitantes, com uma extensão territorial de 256.370 Km²³. A capital do país é Quito e a moeda adotada é o dólar americano. O artigo 1º da Constituição da República do Equador de 2008 o descreve como um Estado constitucional de direitos, democrático e unitário, sendo organizado sob a forma de uma república e administrado de maneira descentralizada.

Antes do século XX, o Equador já havia passado por diversas revoluções, ditaduras civis e militares, movimentos separatistas e muitos outros acontecimentos políticos e sociais. Logo na transição entre o século XIX e XX, um governo ditatorial foi desbancado por um movimento que seria posteriormente nomeado de Revolução Liberal, que emplacava um Estado laico contra a oligarquia clerical que comandava o Equador. O general José Eloy Alfaro Delgado, que foi declarado Chefe Supremo do país entre 1895 e 1901, com um governo com enfoque na construção de malhas ferroviárias e movimentos antagônicos à Igreja. Em 1901, o general Leónidas Plaza y Gutiérrez de Caviedes foi eleito Presidente da República com um discurso

mais favorável às oligarquias, marcando uma divisão no liberalismo equatoriano. Plaza realizou ainda mais reformas anticlericais e tentou impedir o retorno de Alfaro ao poder. Entretanto, Eloy Alfaro assumiu novamente a chefia do país em 1906, após um golpe de Estado, governando até 1911. Em seu segundo governo, Alfaro emitiu a Constituição de 1906. Ao deixar o poder em 1911, ausentou-se do país por alguns meses, e ao retornar, tentou novamente assumir o poder de forma autoritária, tendo sido preso e morto em 1912 (Ayala Mora, 2008).

Em meio a esse cenário, Emilio Estrada foi o presidente entre 01/09/1911 até 21/12/1912 (Nohlen e Pachano, 2005, p. 405).

Após esse período revolucionário, o Equador perpassou um período comandado por uma oligarquia liberal. O general Leónidas Plaza y Gutiérrez de Caviedes iniciou esse período no comando do país, governando de 1912 a 1916. Plaza já havia sido presidente anteriormente, entre 1901 e 1906, tendo sido deposto pelo golpe de Eloy Alfaro. Seu segundo governo foi mais moderado e ameno quanto à sua relação com a Igreja e os oligarcas, em prol da promoção de reformas estruturantes. Durante seu governo e de seu sucessor, Plaza e Alfredo Baquerizo Moreno foram obrigados a lidar com uma revolução radical liderada pelo coronel Carlos Concha, que era favorável ao “movimento alfarista” (de Eloy Alfaro) que era apoiada por camponeses de Esmeraldas e Manabí (Ayala Mora, 2008; Nohlen e Pachano, 2005, p. 405).

Durante esse período dominado pela oligarquia, o Equador viveu um período plutocrático, onde o domínio das classes mais abastadas da sociedade sobre as decisões era imenso. No governo de José Luis Tamayo, entre 1920 e 1924, o país teve de suportar uma grande crise econômica. Assim como em todos os países latino-americanos, o fim da Primeira Guerra provocou algumas repercuções negativas na economia do país, fato que se estendeu ao governo de Tamayo. Somado a isso, a produção e exportação do cacau estavam em baixa. Entre 1918 e 1923, sucessivas ondas de pragas agrícolas afetaram as plantações no Equador, o que auxiliou na crise. Nesse cenário e juntamente à pressão exercida por banqueiros e grandes empresários, Tamayo implementou medidas que assolaram ainda mais a vida da população mais pobre, o que culminou em protestos violentos no ano de 1922, que vitimou centenas de pessoas (Ayala Mora, 2008).

Em 1924, Gonzalo Córdova foi eleito presidente. Entretanto, seu mandato não durou muito, pois em 09 de junho de 1925, foi deposto por um golpe militar. Entre 1925 e 1926, uma junta militar formada por diferentes figuras, comandou o país (Nohlen e Pachano, 2005, p. 405).

Por se tratar de um golpe cívico-militar ocorrido em junho de 1925, o movimento foi batizado de Revolução Juliana.

Foi a partir da Revolução Juliana de 1925 que o Equador teve seus primeiros processos de modernização estatal. Durante os governos julianos (entre 1925 a 1931), os militares no poder assumiram um governo de caráter socialista, mas medidas intervencionistas foram instituídas, de modo que o Estado interferia na seara monetária e financeira, beneficiando alguns setores empresariais. Não obstante o catastrófico cenário econômico internacional por conta da quebra da bolsa de Nova York, em 1929, o Equador foi o primeiro país da América Latina que permitiu a participação feminina no sufrágio (Nohlen e Pachano, 2005, p. 365; Paz e Cepeda, 2006, p. 90).

Isidro Ayora ocupou o cargo provisoriamente entre 1926 a 1929. Após esse período, exerceu o cargo até 1931 de maneira constitucional. Entre 1931 e 1933, Luis Larrea Alba (Ministro em exercício) e Alfredo Baquerizo Moreno (Presidente do Senado), Carlos Freile Larrea, Alberto Guerrero Martínez, Juan de Dios Martínez Mera e Abelardo Montalvo ocuparam a presidência provisoriamente (Nohlen e Pachano, 2005, P. 405).

Diferentemente de outros países que compõem o bloco latino-americano, o Equador não foi capaz de correlacionar seu desenvolvimento industrial e um modelo de substituição de importações. Com uma grande dificuldade em se reerguer da crise de 1929, não conseguiu promover um efetivo desenvolvimento industrial no período (Guillén, 2021, p. 250).

José María Velasco Ibarra assumiu o cargo em 1933, tendo sido o presidente que marcou o princípio de um período personalista e populista na política nacional. Angariando muito apoio político de diversos setores e através de mecanismos autoritários, Velasco Ibarra figurou entre os políticos mais influentes no país por um período de mais de 40 anos. Apesar disso, seu mandato não foi muito longo. Após se afastar de setores que o ajudaram a se eleger e tendo flertado com medidas autoritárias e ditatoriais, renunciou em 20/08/1935 para a convocação de eleições e uma assembleia constituinte (Nohlen e Pachano, 2005, p. 366).

Com isso, novamente o Equador foi dominado pelos militares. Federico Páez comandou o país por dois anos (entre 1935 e 1937), com a anuência da alta cúpula militar, reprimindo os avanços progressistas intentados. Em 1937, Páez foi deposto pelo general Alberto Enríquez Gallo, que instituiu políticas nacionalistas e promulgou o Código do Trabalho, convocando uma Assembleia Constituinte antes de deixar o cargo. O presidente nomeado pela Constituinte foi

Aurelio Mosquera Narváez, que dissolveu a Assembleia sob o pretexto de acabar com a ameaça da esquerda. Narváez morreu logo após, em 1939, dando lugar a Andrés F. Córdova, que era presidente da Câmara dos Deputados. Após o fim do mandato de Córdova, Carlos Alberto Arroyo del Río, figura proeminente do capitalismo liberal no Equador foi eleito. O governo de Carlos Alberto Arroyo del Río teve de lidar com a invasão do Equador pelo exército peruano, tendo sido derrotado e perdido território para o Peru. Arroyo del Río renunciou em 28/05/1944 por pressão de um movimento contra seu governo, que se originou em Guaiaquil (Ayala Mora, 2008; Nohlen e Pachano, 2005, p. 406).

Com a saída de Arroyo del Río, Velasco Ibarra, que possuía uma enorme influência política, foi nomeado o Chefe Supremo do país durante dois meses. Após esse curto período, foi declarado o Presidente da República, tendo aplicado um autogolpe e exercido um governo ditatorial até meados de 1947, quando foi forçado a deixar o cargo pelo seu próprio Ministro da Defesa, Carlos Mancheno. Mancheno assumiu como Chefe Supremo, mas por não possuir apoio das forças armadas, logo deixou o cargo, dando espaço para o Presidente do Congresso, Mariano Suárez Veintimilla exercer o comando nacional. Em um curto período, Carlos Julio Arosemena Tola assumiu o poder até 1948, quando foram realizadas novas eleições Ayala Mora, 2008; Nohlen e Pachano, 2005, p. 406).

Com a produção voltada à exportação da banana, o país ganhou uma posição de destaque internacional nesse ramo, o que impulsionou não só as atividades ligadas a esse ramo, mas também de outros setores. O governo de Galo Plaza Lasso (entre 1948 e 1952) fomentou e incentivou o desenvolvimento de uma indústria agroexportadora de bananas (Ayala Mora, 2008; Paz e Cepeda, 2006, p. 90).

Com o fim do governo de Plaza Lasso, José María Velasco Ibarra novamente assumiu o poder no Equador em 1952. Velasco criou um plano educacional e desenvolveu um processo de construção de estradas, mas não realizou nenhuma reforma estruturante notável.

Com a eleição de Camilo Ponce, que comandou o país entre 1956 e 1960, direita tradicional retornou ao poder. Seu governo foi eminentemente liberal, mas ficou marcado pelo enfrentamento dos conflitos sociais e repressão contra os amotinados de Guaiaquil em meados de 1959 (Ayala Mora, 2008).

Na década de 1960, a exportação de banana decaiu consideravelmente, sendo o período marcado também por uma instabilidade política. José María Velasco Ibarra havia sido eleito

para exercer um quarto mandato à frente do país, mas acabou governando por apenas um ano, até 1961, quando foi obrigado pelo Exército a desocupar a cadeira. Com sua saída, Carlos Julio Arosemena Monroy, o vice-presidente à época, assumiu o cargo. Monroy exerceu um mandato de centro-esquerda, governando até 1963, quando também foi deposto pelas Forças Armadas e uma Junta Militar comandada pelo Almirante Ramón Castro Jijón, que governou o país até 1966 (Guillén, 2021, p. 255)

Posteriormente, Clemente Yerovi Indaburu foi declarado o presidente interino do país, governando de março a novembro de 1966. Com a sua saída, Otto Arosemena Gómez assumiu interinamente por nomeação da Assembleia Constituinte, governando de 1966 a 1968. Por fim, José Velasco Ibarra foi eleito em uma eleição apertada contra Andrés F. Córdova, tendo governado novamente o Equador durante os anos de 1968 a 1970. Em 1970, Ibarra se autoproclamou ditador do país, tendo sido expulso pelos militares novamente em fevereiro de 1972 (Nohlen e Pachano, 2005).

Durante os anos 1960, movimentos de integração dos países da América Latina foram surgindo e se consolidando. Nesse sentido, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) surgiu, mas não foi bem-sucedida. Já no final da década de 1960, mais precisamente em 1969, foi fundado o "Pacto Andino", que mudou seu nome para Comunidade Andina posteriormente em 1996 (Ayala Mora, 2008).

Após Ibarra ter sido deposto, o militar Guillermo Rodríguez Lara assumiu a presidência, governando até 1976, ano em que renunciou ao cargo. Com isso, uma Junta Militar presidida por Alfredo Poveda Burbano e intitulada *Consejo Superior de Gobierno*, governou o Equador durante os anos de 1976 a 1978 (Nohlen e Pachano, 2005, p. 407).

Após quase uma década de governos militares, em 1979 o Equador vivenciou o período constitucional mais longo de sua história. Esse ponto de inflexão representou a transição de um modelo desenvolvimentista para um modelo gerencialista de gestão pública. Somado a isso, novos atores surgiram no ambiente político e social, o multipartidarismo político foi instituído e novas alianças internacionais foram celebradas. Jaime Roldós Aguilera foi o presidente que capitaneou esse processo, governando até 1981, quando faleceu em um acidente aéreo. Com a morte de Aguilera, o vice-presidente Osvaldo Hurtado Larrea assumiu a cadeira presidencial, concluindo o mandato de 5 anos da chapa em 1984 (Nohlen e Pachano, 2005, p. 406; Paz e Cepeda, 2006, p. 89).

Em 1984, León Febres Cordero foi eleito presidente. Febres-Cordero era membro do Partido Social Cristão (PSC) e exerceu um governo liberal com base em um modelo de desenvolvimento empresarial. Cumpriu todo o seu mandato de quatro anos, governando até 1988 (Paz e Cepeda, 2006, p. 92).

O sucessor de Cordero foi Rodrigo Borja Cevallos, um político experiente que já havia ocupado cargos no Congresso e concorrido à presidência anteriormente. Cevallos era um político de esquerda, tendo auxiliado na criação do Partido Democrático de Esquerda. Sixto Durán Ballén foi eleito em 1992 e concluiu seu mandato em 1996, caracterizando o período de estabilidade política no país.

Durante o período de 1996 a 2006, ocorreram os governos de Abdalá Bucaram (1996 a 1997), Rosalía Arteaga (que ocupou a cadeira presidencial por apenas dois dias, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo), Fabián Alarcon (que governou de 1997 a 1998 após o Congresso com apoio das Forças Armadas destituir Rosália Arteaga), Jamil Mahuad (governando de 1998 a 2000), Gustavo Noboa (2000 a 2003), Lúcio Gutiérrez (2003 a 2005) e Alfredo Palácio (2005 a 2007). Dentre os sete governos que chefiram o país nesse lapso de dez anos, apenas Bucaram, Mahuad e Gutiérrez conquistaram o poder através do voto popular, sendo que coincidentemente, todos os três foram destituídos por mobilizações cidadãs (Nohlen e Pachano, 2005, p. 407; Paz e Cepeda, 2006, p. 91).

Em 2007, Rafael Correa, candidato do partido Alianza País (AP), em uma eleição contra o multimilionário Álvaro Noboa, foi eleito com um discurso de priorização da reforma política, enfoque em políticas sociais e guinada contrária ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país à época. A gestão de Correa adotou um caráter nacionalista, afastando-se de organismos multilaterais de fomento e com enfoque na participação no setor petrolífero. Sua gestão reduziu os níveis de pobreza de 37,6% para 22,5%, um crescimento médio do PIB de 4,3% ao ano e uma redução no Coeficiente de GINI, que mensura a desigualdade (Ripley, 2019; Paz e Cepeda, 2006, p. 97).

O sucessor de Rafael Correa foi Lenín Moreno, que havia sido vice-presidente no primeiro mandato de Correa. A vitória de Moreno foi estreita, tendo sido eleito com 51% dos votos. Sua vitória foi atribuída ao apoio de áreas ligadas ao ex-presidente Rafael Correa. Entretanto, durante seu mandato, Moreno acabou voltando-se à direita ideológica e coordenou a aprovação de reformas tidas como neoliberais, revogou reformas progressistas de Correa, mas

por não possuir apoio popular, esses atos geraram intensos protestos no país em 2019. (Ripley, 2019)

Desde 2021, Guillermo Lasso está chefiando o país, sendo eleito o 55º presidente do Equador. Lasso é empresário e governante de direita. Segundo matéria da Infobae de 2021, na eleição do mesmo ano, Lasso derrotou o socialista Andrés Arauz com mais de 52% dos votos válidos.

2.4.6 México

O México é um país com 127.504.125 de habitantes, possui uma extensão territorial de 1.964.375,0 Km²³ e é o único país da América Latina que está localizado América do Norte. Sua capital é Cidade do México. Segundo o artigo 115 da Constituição Política dos Estados Mexicanos de 1917, os Estados adotaram, para seu regime interior, a forma de governo republicano, representativo, popular, tendo como base da sua divisão territorial e da sua organização política e administrativa o município livre.

Ao final da primeira década do século XX, mais precisamente em 1910, findava o período chamado de “Porfirismo” e a situação econômica do México era bastante favorável, cenário esse em que os banqueiros da Europa disputavam entre si para poder realizar empréstimos ao país. No ano seguinte, o militar e chefe do executivo Porfirio Díaz juntamente à Limantour, que era o Secretário da Fazenda, deixaram mais de 62 milhões de pesos em caixa a seus sucessores após a renúncia de Porfírio Diaz ao cargo. Assumiu então Francisco I. Madero. Nesse mesmo tempo, a revolta armada popular já iniciava suas ações, o que findou na Revolução Mexicana que perduraria mais de 10 anos. Essa conjuntura positiva não perdurou por muito tempo e já em 1914, após diversos empréstimos de bancos dos Estados Unidos, o país encontrava dificuldades econômicas e suspendeu o pagamento da dívida externa. É válido mencionar que um empréstimo firmado em 1913 foi o último financiamento estrangeiro realizado pelo México até a Segunda Guerra Mundial (Bazant e Ortiz Mena, 1968).

No meio do caos econômico, a Revolução Mexicana piorava cada vez mais. Nesse tempo, diversos homens passaram pela chefia de Estado do país como presidentes interinos com mandatos que não chegaram a durar pouco mais de um ano, sendo que Venustiano Carranza foi o que perdurou mais tempo no poder, de 1915 a 1920. Vale ressaltar que nesse

³ Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2024).

meio tempo, foi promulgada a Constituição Política dos Estados Mexicanos em 1917, que vige até os dias atuais.

Após o mandato do último presidente interino do período, Adolfo de la Huerta, foram realizadas eleições nas quais o general Álvaro Obregón sagrou-se vitorioso, governando o México de 1920 a 1924. Entretanto, o mandato de Obregón não foi admitido como legítimo pelo governo dos Estados Unidos, o que dificultou a obtenção de novos empréstimos para financiar a reconstrução do país (Bazant e Ortiz Mena, 1968).

O que ainda sustentava a economia do México eram suas reservas de petróleo, commodity essa que via seu preço impulsionado pela Primeira Guerra Mundial. Isso fez com que o país firmasse com Estados Unidos em 13 de agosto de 1923, o Tratado de Bucareli, que outorgou direitos de propriedade ilimitados a estrangeiros às empresas de petróleo norte-americanas, o que permitiu o reconhecimento do governo de Obregón por parte dos estadunidenses.

Em 1924, Plutarco Elías Calles foi eleito presidente do México. Sua campanha foi a primeira de cunho populista em uma corrida eleitoral à presidência na história do país. Basicamente, o foco da campanha era ressaltar sua reputação de político radical do movimento trabalhista líder e agrário, apelando a pessoas mais humildes. Já empossado, Calles visou fazer um governo pautado em reformas, modernização do sistema financeiro, campanhas inflexíveis contra a Igreja Católica (que resultou na “Guerra Cristera”) e defesa da soberania nacional contra as intervenções dos Estados Unidos, ainda que não tenha obtido sucesso em erradicar o subdesenvolvimento, a corrupção e a injustiça social (Buchenau, 2007). Em uma das reformas constitucionais, Calles estendeu o mandato presidencial para seis anos.

No fim do mandato de Plutarco Elías Calles, ocorreu uma eleição bastante disputada, na qual Álvaro Obregón (presidente entre 1920 e 1924) disputou novamente o pleito à presidência, sagrando-se vitorioso. Entretanto, nem chegou a ser empossado, pois foi brutalmente assassinado em 17 de julho de 1928 por José de León Toral, um opositor das políticas contra a Igreja Católica que Obregón instituiu em seu mandato anterior. (Beller, 2008).

Sendo assim, o ministro do interior do governo progresso Emilio Portes Gil foi nomeado pelo Congresso como presidente interino unanimemente. Ainda que não tenha participado da derrubada do antigo regime de Porfirio Díaz, esse fato o encorajou a adentrar o sistema político. Tendo ele um mandato provisório, novas eleições presidenciais estavam previstas para 20 de

novembro de 1929, e o novo presidente tomaria posse em 5 de fevereiro de 1930. Como presidente, Emilio Portes Gil teve de lidar com a rebelião de março de 1929 comandada pelo General José Gonzalo Escobar, uma greve universitária buscando autonomia da Universidade Nacional do México (que foi conquistada graças à uma lei votada em sessão especial pelo Congresso) e com a formação de um pacto com a Igreja Católica que arrefeceu a rebelião dos Cristeros (Coerver; Pasztor; Buffington, 2004).

Nas eleições excepcionais que foram realizadas, Pascual Ortiz Rubio foi eleito, entretanto, logo no início do mandato sofreu um atentado contra a sua vida e alegou que Plutarco Elías Calles interferia em demasia nos assuntos do governo, o que o levou a deixar o cargo em 3 de setembro de 1932, e um militar novamente foi nomeado para comandar o executivo do país, seu nome era Abelardo L. Rodríguez. Rodríguez implementou uma grande reforma agrária, distribuindo diversos lotes, pressionou a aprovação de um salário-mínimo variável, trabalhou para a implantação de uma educação socialista e educação sexual nas escolas, ato esse que reverberou negativamente entre os líderes e praticantes do catolicismo (Coerver; Pasztor; Buffington, 2004).

Rodríguez apoiou a candidatura bem-sucedida do general Lázaro Cárdenas que ocupou o cargo de Ministro da Guerra em seu governo, e com o apoio de Plutarco Elías Calles, veio a se tornar o próximo presidente mexicano. O general encabeçou um governo revolucionário, que chegou a exilar o seu apoiador e ex-presidente Plutarco Elías Calles. Concomitante à chegada ao poder de Cárdenas, formava-se um movimento indígena mais organizado. A Revolução proveu algumas terras para o movimento, mas poucas mudanças foram implementadas (Delpar, 2010).

Durante os anos de 1940 a 1946, Manuel Avila Camacho exerceu um governo bastante moderado, afastando-se do nacionalismo e buscando pacificar o ambiente externo do país em busca de investimentos internacionais (Niblo, 1999). No final de 1946, Miguel Alemán Valdés foi eleito e assumiu a presidência do país, sendo uma figura de suma importância na história mexicana. A despeito da acentuada corrupção, seu governo alinhou os interesses do Estado aos interesses do capitalismo, buscando o capital estrangeiro e estimulando a industrialização do país (Sherman, 2010).

Durante os anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, o México viveu um “milagre econômico”, percebendo um crescimento extraordinário. Houve uma reaproximação com os Estados Unidos (devido à parceria durante a guerra), a indústria se profissionalizou, e o

agronegócio se desenvolveu. No período pós-guerra, com o PIB crescendo cerca de 3,5% ao ano, o país figurava entre as nações com as maiores taxas de crescimento do mundo. No período de 1950 a 1970, a produção nas plantações de trigo do México saltou de 300.000 para 2,6 milhões de toneladas, enquanto a produtividade do feijão quase dobrou. Entretanto, esse apogeu não durou para sempre. Já em 1965, o país tinha que lidar com a inflação dos alimentos e a ingestão calórica média do cidadão reduziu em 10% entre 1967 e 1976 (Sherman, 2010).

Também por volta de 1970, através de um Financiamento do Banco Mundial o Programa de Investimento para o Desenvolvimento Rural (PIDER) foi instituído no México (Pérez Yarahuán e Maldonado Trujillo, 2015).

No início da década de 1980, houve três grandes mudanças no contexto político mexicano que possibilitaram reformas constitucionais: diferentes reformas eleitorais entre o fim da década de 1960 e início da de 1980 e o aumento da oposição política; o declínio da legitimidade da liderança política e das instituições; e a proliferação de grupos populares filiados à Igreja após o terremoto na Cidade do México em 1985, que vitimou cerca de 10.000 pessoas. Nas eleições de 1988, foi instituído um sistema eletrônico para contagem de votos, contudo, no dia da votação houve uma falha no sistema, mas após a normalidade, Carlos Salinas de Gortari foi eleito o 60º (sexagésimo) presidente do México. Carlos Salinas de Gortari introduziu uma nova agenda nas relações entre Igreja e Estado, coordenou uma estratégia de conciliação e apaziguamento com alianças políticas tradicionais do México e tentou implementar uma política econômica neoliberal (Camp, 1997).

Em 1994, após algumas más decisões econômicas populistas de Salinas pré-eleições, a bolha econômica de crescimento acelerado estourou, dando espaço a uma depressão econômica. Naquele ano, após o assassinato de Luis Donaldo Colosio, Ernesto Zedillo Ponce de Leon, que chefiava a campanha eleitoral de Colosio, foi eleito para o cargo de presidente com 49% dos votos. Zedillo havia sido Secretário de Programas e Orçamento no governo de Salinas, e após um escândalo de corrupção do irmão mais velho de Carlos Salinas vir à tona, a gestão de Zedillo foi comprometida. Mesmo com as dificuldades, Ernesto Zedillo buscou avançar com as reformas econômicas buscadas há mais de uma década. Além disso, buscou-se uma reforma política, mas que ia de encontro à suas reformas econômicas (Coerver; Pasztor; Buffington, 2004). Também foi encampada uma reforma do judiciário, focalizando a eficiência em detrimento da qualidade, aumentando em parte a independência de atores externos, mas ainda com resoluções judiciais fracas, inconsistentes e defeituosas (Cantú, 2006, p. 375).

Mesmo com as reformas, Zedillo teve um mandato conturbado e decidiu por não indicar um sucessor, o que auxiliou a não reeleição de um membro de seu partido, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que já dominava o pleito há 70 anos, tendo a cadeira da presidência sido assumida por Vicente Fox, filiado ao *Partido Acción Nacional* (PAN) em 2000.

O governo de Fox iniciou com um bom índice de aprovação e com boas relações com os Estados Unidos, mas as mudanças propostas por ele não agradaram os opositores e logo sua popularidade se viu em queda. Em 2004, em um pronunciamento no Conselho de Segurança da ONU, Fox rechaçou a conduta estadunidense quanto à Guerra no Iraque, o que também dificultou a relação com os EUA.

Em 2006, Felipe Calderón também filiado ao PAN, foi eleito presidente. Segundo matéria do jornal *El Financero*, a dívida externa bruta do México durante o mandato de Calderón mais que dobrou, passando de 171,422 milhões de dólares no final de 2006 para 348,498 milhões de dólares em 2012.

Após os dois mandatos que cessaram a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional, em 2012 Enrique Peña Nieto foi eleito, filiado ao PRI. Sua eleição foi bastante conturbada e gerou uma série de protestos contrários a ela. Com um governo marcado por uma desvalorização cambial e altos preços de produtos, com destaque para a gasolina, escândalos de corrupção, desaparecimento de estudantes e escalada da violência, o presidente teve a pior taxa de aprovação da história do país segundo a BBC News. Em 2013, Peña Nieto propôs uma reforma no sistema educacional, que colocou a área da Educação em evidência e permitiu que diversos aspectos de melhoria fossem debatidos e implementados.

O último presidente da lista até o momento é Andrés Manuel López Obrador, eleito em 2018, com um discurso contrário aos privilégios do funcionalismo público e da classe política, tem previsão de encerrar seu mandato em 2024. Obrador já havia disputado a eleição de 2006, porém não obteve êxito. Segundo o jornal *The Guardian*, presidente chegou a cortar mais da metade de seu salário e limitou os ganhos dos funcionários públicos. Mesmo com os cortes de gastos, a economia do país não vai bem, ainda mais após a crise sanitária e econômica do novo Corona vírus, que causou a pandemia de COVID-19. Recentemente, em 2023, uma matéria da CNN Brasil divulgou que Obrador defendeu uma reforma à Constituição de 1917 para que os magistrados sejam eleitos pela população.

2.4.7 Peru

O Peru é um país com 34.049.588 de habitantes, com uma extensão territorial de 1.285.220 Km²⁴, localizado no oeste da América do Sul e sua capital é Lima. O sistema de governo é unitário, representativo e descentralizado, e é regido princípio da separação dos poderes. As municipalidades provinciais e distritais possuem autonomia administrativa, política e econômica no âmbito de sua competência (Peru, 1993).

A Revolução Cubana de 1959 afetou o Peru já nos anos 1960, no que diz respeito à sua influência na agenda da Aliança para o Progresso, pela influência ao avanço industrial e a reverberação de movimentos em prol da libertação nacional em diversos países do terceiro mundo. Nesse contexto, o Peru foi acometido por sucessivos golpes e governos autoritários, em combate a uma força política de esquerda que ameaçava chegar ao poder chefiada pela Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Em um primeiro momento, o general Pérez Godoy, que assumiu a cadeira de presidente, entretanto, sua permanência no cargo não durou muito tempo, uma vez que, ainda no primeiro ano, foi destituído por um novo golpe que levou Belaúnde Terry à presidência entre os anos de 1963 e 1968 (Barros e Hitner, 2010).

Como a maioria dos governos militares dos países latino-americanos dessa época, o principal foco era o desenvolvimento de processos de industrialização no país, movido à expansão do gasto público, geralmente por meio de financiamentos nacionais e internacionais. Esse crescimento dos gastos gerou uma certa crise fiscal e insatisfação popular, que culminou em um novo governo militar, dessa vez chefiado pelo General Velasco Alvarado durante os anos de 1968 e 1975 (Barros e Hitner, 2010).

Como grande parte dos países do bloco, a crise da dívida que impactou os países da América Latina na década de 1980 também assolou o Peru, com a inflação acumulada no período chegando a quatro dígitos. Com isso, os governos foram forçados a responder à crise com reformas liberalizantes, cortes de gastos e políticas de austeridade fiscal. Esse período marcou o Peru também por uma tentativa de retomada ao regime democrático, com os governos de Fernando Belaúnde Terry, que exerceu seu segundo mandato como presidente de 1980 a 1985 e Alan García, que governou o país entre 1985 e 1990. García teve um governo que, em síntese, pode ser dividido em três partes: o auge do curto prazo, de 1985 a 1986, a crise e a

⁴ Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2024).

nacionalização do sistema financeiro em 1987 e a administração dos desajustes macroeconômicos em 1989 (Parodi, 2000).

No ano de 1990, Alberto Fujimori, um homem que não figurava dentre as figuras mais conhecidas da política peruana, foi eleito presidente do país. Devida a forte crise que se escalonava desde os anos 1960, Fujimori iniciou seu mandato com um modelo de governança liberal, com estímulo à captação de recursos estrangeiros e programas para quitação da dívida, o que permitiu ao Peru uma reaproximação dos órgãos internacionais como o Banco Mundial e o BID.

Contudo, essa boa relação não perdurou muito tempo, uma vez que ao perceber o bom momento que o presidente figurava tanto nacional quanto internacionalmente e a fragilidade dos demais partidos políticos, Fujimori efetuou um “autogolpe” no ano de 1992, decretando o fechamento do Congresso e sustando todas as garantias constitucionais, o que resultou numa breve derrocada das relações internas e externas do governo. Mesmo com o golpe de 1992, o governo de Fujimori conseguiu reduzir a inflação do país e possibilitou um crescimento da economia, resultando na sua eleição em 1995 para um segundo mandato. O segundo mandato também foi repleto de políticas liberais, com privatizações de empresas públicas. No ano de 2000, por meio de um processo eleitoral fraudulento (amplamente divulgado na mídia), Fujimori foi eleito para um terceiro mandato consecutivo, mas devido ao vazamento de vídeos comprovando a corrupção de seu governo, Fujimori renunciou ao mandato (Visentini e De Oliveira, 2012).

Com a saída de Fujimori e a realização de uma nova eleição, Alejandro Toledo foi eleito em abril de 2001 para conduzir o Poder Executivo do país. Já em 2006, Alan García venceu as eleições novamente, uma vez que já conduzira o país de 1985 a 1990. No pleito seguinte, o militar nacionalista que fora derrotado em 2006, Ollanta Humala, venceu as eleições, com um discurso de esquerda contra Keiko Fujimori, filha de Alberto Fujimori.

Segundo o site da *Secretaría de Educación Pública* (SEP) do México (equivalente aos Ministério da Educação no país), o Plano Nacional de Avaliação das Aprendizagens (PLANEA), foi criado entre os anos de 2014 e 2015, e consiste em uma série de avaliações elaboradas pela SEP e pelo *Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación* (INEE). Seu objetivo principal é determinar em que medida os estudantes dominam um conjunto de aprendizagens fundamentais ao término dos estágios da escolaridade obrigatória (México, 2015).

Após o fim do governo de Ollanta Humala, o Peru passou por um período de extrema desordem política, visto que de 2017 a 2021, cinco homens ocuparam o cargo: Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018); Martin Vizcarra (2018-2020); Manuel Merino (que durou incríveis 5 dias, de 10 a 15 de novembro de 2020); Francisco Sagasti (17 de novembro a 28 de julho de 2021); Pedro Castillo (28 de julho de 2021 a 7 de dezembro de 2022), que foi destituído do cargo e preso, após tentar um “autogolpe”.

Atualmente, Dina Boluarte ocupa a cadeira de Presidente da República do Peru, tendo sido eleita como Vice-Presidente na chapa de Castillo e a primeira mulher a ocupar o cargo na história do país.

3 METODOLOGIA

Considerando os objetivos do presente estudo, a concepção metodológica empregada na pesquisa possui caráter **exploratório-descritivo** com uma abordagem qualitativa. Nesta senda, foi empreendida uma pesquisa documental visando categorizar os relatórios das duas áreas de política pública (Educação e Economia/Fazenda) em Ministérios ou Secretarias de governo, a nível nacional, dos sete maiores países da América Latina, propiciando a geração de um quadro comparativo. A natureza exploratória diz respeito à revisão e investigação de elementos, dados e informações fundamentais sobre o estado da arte do processo avaliativo na Administração Pública e os arquétipos avaliativos dos Ministérios/Secretarias do Poder Executivo nos governos nacionais dos países selecionados. A natureza descritiva concerne à categorização dos relatórios e a análise das duas áreas de política pública, visando identificar as nuances e peculiaridades de cada área e cada país analisados.

Não obstante, a pesquisa documental ambiciona examinar e interpretar aspectos mais complexos de forma detalhada acerca de procedimentos, condutas, atitudes, orientações e predisposições de comportamento de indivíduos ou grupos. Dado que o enfoque se dá na peculiaridade, seu intuito não é explicativo, e sim perceptivo, visando assimilar os fenômenos estudados e correlacioná-los ao contexto em que se situam.

Isto posto, ressalta-se que a escolha do acima descrito delineamento de pesquisa decorre do fato de que se pretende estudar e descrever o panorama latino-americano acerca dos modelos de avaliação *in itinere e ex post* de políticas públicas mais utilizados nos governos nacionais e a sua associação com a área de política a qual ele está inserido, dentre outros elementos pertinentes ao tema. As avaliações de política pública *ex ante* não serão consideradas no estudo, uma vez que ao incorporar a análise de políticas públicas antes da implementação, com diretrizes que ainda não tenham sido adotadas, existe um risco de se incorrer em uma avaliação pouco fidedigna e não haveria a possibilidade de compreensão da forma como é realizado o processo avaliativo das políticas e programas em andamento ou já finalizadas, no contexto latino-americano.

De modo a lograr êxito na consecução do objetivo específico de estudar o estado da arte da avaliação *in itinere e ex post* de políticas públicas, realizou-se a leitura e fichamento de artigos científicos, livros e publicações em revistas, procedimento esse que possibilita uma avaliação crítica por meio da busca e sintetização da literatura disponível acerca do tema de

enfoque, bem como permite uma análise conjunta dos resultados obtidos com a pesquisa e a bibliografia de apoio.

No que tange à escolha das unidades analisadas, a literatura recomenda que sejam definidos critérios de seleção com justificativa teórica e respaldo empírico, fugindo de amostras por conveniência. Dessa maneira, faz-se necessário evidenciar a homogeneidade ou heterogeneidade entre os casos determinados, de modo que os contrastes e as correlações dos fenômenos político-administrativos sejam constatáveis (Van De Walle e Brans, 2018; Geeva-May et al., 2018; Peters et al., 2018).

3.1 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTUDO E UNIDADES DE ANÁLISE

Uma vez que a pesquisa visa analisar e descrever como se dá o processo de avaliação de políticas públicas nos países abordados, as unidades de análise foram classificadas a fim de traçar um panorama geral do bloco. Para tal, realizou-se uma pesquisa documental pura, através da leitura, interpretação e análise de relatórios de avaliação de política pública em sete países da América Latina, percebendo os critérios de diversidade étnico-culturais, possuindo uma população maior que 15 milhões de habitantes, excluindo a Venezuela (28,3 milhões de habitantes) de maneira arbitrária, dada a maior dificuldade de acesso a dados e informações, conforme sondagem exploratória realizada nos sites do governo venezuelano e dos ministérios sobre a temática de avaliação de políticas públicas.

Destarte, a escolha dos casos teve como parâmetro a seleção dos sete maiores países da América Latina em termos populacionais, sendo eles⁵:

- a) Argentina: 46,2 milhões de habitantes;
- b) Brasil: 203 milhões de habitantes;
- c) Chile: 19,6 milhões de habitantes;
- d) Colômbia: 51,8 milhões de habitantes;
- e) Equador: 18 milhões de habitantes;

⁵ Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2024).

f) México: 127,5 milhões de habitantes;

g) Peru: 34 milhões de habitantes.

O conjunto de países abordados nesta pesquisa fornecem uma variedade de casos passíveis de comparações férteis no que tange a avaliação de políticas públicas, visto que eles partilham aspectos históricos e culturais similares, além de apresentarem distinções e contrastes importantes (como formas de composição de Estado diferentes), tornando válida a pesquisa. Vale salientar ainda que os países abordados perpassaram, em períodos análogos, por intensas e profundas crises sociais e econômicas, por regimes ditatoriais, governos oligárquicos, governos populistas, e ulteriormente, por políticas neoliberais de privatização. Nessa senda, esse complexo quadro de dinâmicas nacionais e regionais faz das análises comparativas um desafio enriquecedor.

Torna-se válido evidenciar que no presente trabalho, foi abordado apenas o nível ministerial da esfera do poder executivo, na administração direta dos governos nacionais. De princípio, foi realizado um estudo bibliográfico no que tange a avaliação de políticas públicas e seus assuntos correlatos, considerando como fonte os principais livros, artigos científicos e pesquisas, bem como os sítios eletrônicos oficiais dos órgãos supramencionados. Objetivou-se com isso, construir um sólido sustentáculo teórico da pesquisa.

A amostragem do estudo, preliminarmente, ocorreu através da leitura, interpretação e análise dos relatórios oficiais de avaliação de políticas públicas disponibilizados nos portais institucionais eletrônicos oficiais dos ministérios de governo, órgãos autônomos que se encontram no topo da estrutura administrativa federal ou nacional e são subordinados aos órgãos independentes. O processo de amostragem se deu por conveniência e ocorreu nos seguintes órgãos, em todos os países abarcados no estudo:

a) Ministério ou Secretaria da Fazenda/Economia/Finanças ou outro correlato;

b) Ministério ou Secretaria da Educação.

Um dos motivos pelos quais faz sentido abordar a área educacional é que segundo Guba e Lincoln (1989), apesar de já ser praticada de forma não institucionalizada anteriormente, a avaliação de políticas públicas como conhecemos atualmente advém da mensuração de vários atributos escolares de estudantes norte-americanos a partir do início do século XX. Dessa forma, para além da análise entre conteúdo técnico e político, foi possível também perceber se houve algum avanço na forma como eram realizados os estudos avaliativos nos Estados Unidos

no século XX e a forma como são conduzidos os estudos avaliativos na seara educacional latino-americana no século XXI.

Outro motivo que corrobora com a escolha é o fato de que as áreas de economia e educação são altamente importantes para o desenvolvimento de um país, o que torna imprescindível que possuam processos avaliativos robustos e que possam influenciar positivamente no desenvolvimento dessas áreas. Dessa forma, ao analisar essas duas searas, torna-se possível traçar um panorama latino-americano quanto ao desenvolvimento das metodologias de avaliação de maneira consistente e coerente.

3.2 ESTUDOS COMPARADOS

Um preceito relativamente recente no âmbito de políticas públicas é de que a tomada de decisão tem de ser baseada em evidências, passível de comprovação, avaliação, de modo transparente e responsável para atender às necessidades da população. A formulação de políticas públicas baseadas em evidências também implica, por definição, buscar evidências de fatos e eventos através de comparações cronológicas, históricas, transversais, longitudinais, disciplinares dentre outros, (Geva-May; Hoffman; Muhleisen, 2018).

A Administração Pública comparada tem por definição o estudo de conceitos, mecanismos e dispositivos administrativos entre instituições, organizações, nações e culturas. Para além da averiguação de divergências e semelhanças entre os objetos de análise, essa corrente de estudo tem por desígnio perceber padrões e boas práticas que possam servir de exemplo e aperfeiçoar as organizações confrontadas.

Nesse cenário, segundo Cardozo (2024), é impossível negar o papel das organizações internacionais. Entidades como Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI) elaboraram e fomentaram inúmeros artigos científicos, colóquios, congressos, dentre outras formas de pesquisas comparativas, que consubstanciaram uma comunidade epistêmica de análise comparativa na seara de políticas públicas.

Van de Walle & Brans (2018) ressaltam que a Administração Pública Comparada (APC) possui o enfoque comparativo é o objetivo do estudo. Todavia, regularmente notam-se coletas de dados em sistemas difusos e sem comparação explícita. Inúmeros trabalhos são embasados

em amostras de conveniência de países que possuem poucas razões teóricas para constarem em uma mesma análise". Segundo o princípio da comparabilidade, os objetos devem ser passíveis de comparação, partilhando de pontos comuns que os situem em uma mesma categoria de análise e ao mesmo tempo distinguindo-se a ponto de que a comparação seja profícua.

Como exposto por Fitzpatrick *et al* (2011), uma grande parte dos estudos comparativos são realizados em países da Europa, Ásia e América do Norte. Esse cenário vem mudando cada dia mais, porém, países em desenvolvimento como é o caso dos latino-americanos, ainda carecem de literatura acerca de seus sistemas de Administração Pública e Avaliação de Políticas Públicas. Nesse sentido, novos estudos visando suplantar essa lacuna devem ter enfoque em países onde reside essa necessidade.

3.3 PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Tendo em vista os desígnios que permeiam a pesquisa, a técnica de coleta de dados empregada é a pesquisa documental. Essa metodologia utiliza como fonte contratos, ofícios, relatórios, arquivos e demais documentos, digitais ou físicos, não sistematizados.

Partindo desse pressuposto, Rojas (2002) afirma que existem duas matrizes de fontes de informação, quais sejam: fontes primárias e fontes secundárias. Fontes primárias possuem informações na forma original em que foram concebidas. São uma coletânea de fatos, dados, ideias, informações e conhecimentos científicos. Esses conhecimentos encontram-se perpetuados em artigos, arquivos (públicos ou privados), revistas, jornais, livros, dissertações, teses, regulamentos, leis, dentre diversos outros. Por outro lado, as fontes secundárias são formadas por informações resumidas, motivo pelo qual devem ser utilizadas apenas de forma subsidiária e auxiliar. Tais fontes são encontradas em citações bibliográficas, resumos, fichas catalográficas, índices e resumos de periódicos.

Consoante ao disposto, Guba e Lincoln (1986) asseveram que essa técnica de coleta de dados compreende a análise sistemática de materiais que não foram examinados ou apreciados (ou ainda que sejam passíveis de reexaminação), visando prover diferentes interpretações ou angariar novas informações acerca do tema de estudo.

Como qualquer método, a pesquisa documental possui alguns desafios a serem observados quanto à sua aplicação. A capacidade que o pesquisador tem de acessar,

sistematizar, manejá e interpretar as informações contidas nos documentos é essencial. Essa minúcia permite um detalhamento e solidez à pesquisa, o que torna os resultados mais academicamente relevantes.

Não obstante, Bryman (2009) identifica diferentes vantagens na utilização do método: os dados não derivam de estudos em sujeitos que se percebem investigados (o que por vezes, impede uma percepção natural da realidade), possuem um longo lapso cronológico e possibilitam o acesso a dados e informações praticamente inacessíveis.

Os documentos que foram utilizados na pesquisa são relatórios de avaliação de política pública nos países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru. Os dados utilizados para a análise serão obtidos a partir de pesquisa documental com base nos dados oficiais disponíveis nos *sites* de internet dos Ministérios ou Secretarias dos governos nacionais dos países de interesse. Nesse sentido, visto que grande parte dos países continham uma quantidade significativa de relatórios de avaliação disponíveis, optou-se por não buscar documentos que estivessem disponíveis em outros *sites*, como por exemplo em órgãos de controle e institutos públicos, uma vez que a quantidade de relatórios impossibilitaria a análise.

Ao navegar pelos *sites* oficiais dos Ministérios ou Secretarias, é possível perceber que há uma grande variação na forma como são expostos os relatórios avaliativos. Enquanto alguns países demonstram grande facilidade para acessar os documentos, outros não seguem a mesma tendência. Ao encontrar a área correta de armazenamento dos relatórios, realizou-se um filtro para que apenas os documentos que compreendessem o lapso temporal analisado fossem baixados e categorizados.

No caso do Brasil, dada a quantidade exígua de relatórios disponíveis, tentou-se realizar um requerimento de acesso à documentos por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Contudo, passados seis meses do requerimento, nenhuma resposta foi obtida.

Isto posto, após a realização do *download* dos documentos, todos os relatórios foram reunidos por país e por área de política pública, de forma que a categorização pudesse ocorrer de maneira organizada.

Por fim, ainda que a pesquisa documental não envolva pessoas diretamente, Grant (2019) chama atenção para a conduta ética que o pesquisador deve adotar na realização de um estudo desse tipo. Uma das principais preocupações diz respeito à forma com que os autores

dos documentos reagirão com a utilização deles, ainda que sejam documentos públicos a serem analisados.

A escolha do acima descrito lapso temporal não se deu por acaso. A partir de 2013, vários países da América Latina começaram a implementar reformas importantes, tanto na seara da educação, quanto na seara na economia/fazenda. No Brasil, por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado em 2014, que estipulou diversas metas para a década seguinte.

No caso do Chile, por exemplo, o governo de Michelle Bachelet iniciou uma reforma abrangente em 2014, realizando profundas alterações na área da Educação, visando um aumento no acesso às escolas e a melhoria de outros aspectos correlatos. Essa tendência também ocorreu em outros países, como é o caso do México, que em 2013, implementou uma reforma na educação, proposta pelo presidente Enrique Peña Nieto. Para além disso, transições de governo em vários países da América Latina trouxeram novas abordagens e prioridades políticas, influenciando diretamente as políticas públicas e seus processos de avaliação.

Por fim, vale mencionar que a inclusão do ano de 2024 (ainda que não seja um ano completo), garante que a pesquisa esteja o mais atualizada possível, permitindo que a dissertação aborde os desenvolvimentos mais recentes e as tendências emergentes nas políticas públicas dos países latino-americanos.

Destarte, tendo em vista todos os elementos acima mencionados, a pesquisa documental se valeu da análise de todos os relatórios de monitoramento e avaliação de programas ou projetos de 2013 em diante (incluindo, portanto, o ano de 2024), encontrados nos *sites* oficiais de cada um dos Ministérios ou Secretarias de Economia/Fazenda e Educação dos países estudados, que foram analisados e categorizados conforme as tipologias de avaliação de política pública. Isto posto, o Anexo A expõe a lista dos sítios eletrônicos utilizados para obtenção dos relatórios de política pública.

3.4 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS DE ANÁLISE

A análise dos relatórios foi realizada com intuito de verificar as distinções entre as modalidades/ tipologias/ modelos de avaliação *in itinere e ex post* de políticas públicas adotados nas áreas de Educação e Economia/Fazenda nos países abordados. Para que seja viável conceber

um panorama comparativo, e visando a formulação de uma análise ampla, e que proporcione uma fácil assimilação acerca do cenário latino-americano, as informações e dados expostos nos relatórios de avaliação dos programas (variáveis dependentes), bem como os elementos encontrados na teoria dos autores Guba e Lincoln (1989) e Vedung (2010), tidas como as variáveis independentes neste estudo, foram compilados e analisados de forma cruzada.

É importante salientar que nenhuma das teorias acima descritas possuem qualquer sobreposição entre si, no que tange à realização desta pesquisa, ou seja, ambas as teses são utilizadas de forma complementar, de modo a facilitar a compreensão das áreas de educação e economia/fazenda nos sete países latino-americanos estudados, possibilitando então traçar o panorama atual acerca das tipologias e metodologias de avaliação utilizadas.

O tipo de avaliação definido e utilizado pelos governos em cada caso deve levar em consideração o nível de maturação dos programas, as informações necessárias para uma gestão qualificada, as áreas comuns a serem abordadas (para uma melhor convergência entre setores) e as condições de avaliabilidade. Os usuários potenciais da pesquisa avaliativa são inúmeros: Gestores públicos, funcionários públicos do alto escalão, profissionais terceirizados, detentores de cargos comissionados, políticos, burocratas, representantes do terceiro setor (sociedade civil organizada), pesquisadores, dentre muitos outros.

De modo a melhor compreender as diferenças entre as áreas de política e as tipologias utilizadas, e lograr êxito na consecução do objetivo de traçar um panorama latino-americano, foi concebido um **quadro geral de análise**, onde são examinados e computados os modelos de avaliação (*in itinere e ex post*) das políticas públicas encontradas e um epítome do processo histórico que culminou na adoção dos modelos em cada país estudado.

Para a concretização desta etapa de análise, foram utilizadas as referidas técnicas subscritas:

(a) Categorização e análise dos relatórios de avaliação de políticas públicas dos Ministérios/Secretarias de Economia/Finanças/Fazenda e Educação constantes nos sítios eletrônicos oficiais dos governos nacionais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru;

(b) Comparação entre os dados e informações obtidos nos relatórios, a análise das frequências de cada tipologia e a bibliografia estudada.

Tais técnicas de análise são suplementares, em razão de que unem a prática à teoria, sendo essenciais para ter uma ampla visão tanto teórico-metodológica quanto das técnicas e condutas que operacionalizam as políticas públicas na América Latina.

3.4.1 Protocolo de análise documental

O formato de realização das pesquisas documentais, como se dá a coleta e classificação de dados, assim como quaisquer outras formas de estudo, demandam um método de análise.

Para solucionar possíveis divergências conceituais, são abordadas abaixo, nos Quadros de 1 a 5, de maneira explícita, as definições operativas de cada tipologia de avaliação de política pública utilizadas como critério de categorização dos relatórios.

Quadro 1 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto à sua natureza

Tipologia de avaliação	Natureza	Definição operativa
Avaliação quanto à sua natureza	Formativa	Quando a natureza da avaliação não era expressamente informada no documento, a classificação da natureza dos relatórios em formativa ou somativa deu-se com base no mês e ano de publicação do relatório, quando comparados com a política analisada. Por exemplo, no presente estudo, entende-se que um relatório de avaliação de política educacional de crianças da sexta (6 ^a) série seja considerada no período letivo compreendido em um ano. Caso o ensino das crianças da sexta série no ano de 2016 esteja sendo analisado, um relatório da percepção dos alunos de junho de 2016, é classificado como formativo.
	Somativa	Quando a natureza da avaliação não era expressamente informada no documento, a classificação da natureza dos relatórios em formativa ou somativa deu-se com base no mês e ano de publicação do relatório, quando comparados com a política analisada. Portanto, um relatório somativo seria, por exemplo, a avaliação do ensino durante a Pandemia da Covid-19 (2020-2023), realizada em 2024.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 2 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto ao seu conteúdo

Tipologia de avaliação	Conteúdo	Definição Operativa
		Quanto ao seu conteúdo, relatórios que visavam averiguar o contexto de elaboração da política, a existência, frequência e características do problema,

Avaliação quanto ao seu conteúdo	Demanda	bem como a verificação das necessidades dos participantes-alvo do programa avaliado, foram classificados como de <i>demand</i> a. A título de exemplo, é possível citar um relatório que analisa o acesso e uso de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação entre estudantes e docentes.
	Desenho	Quanto ao seu conteúdo, relatórios que abordassem os conceitos e preceitos da intervenção pública, as diretrizes e as estratégias de implementação para aferir a congruência desses elementos para com o objetivo final, foram categorizados como de <i>desenho</i> . A título de exemplo, um relatório que aborda a proposta curricular de ciências matemáticas na educação obrigatória, ou seja, o desenho de como será implementada a política de ensino de ciências matemáticas no sistema educacional obrigatório (objetivo final).
	Insumos	Quanto ao seu conteúdo, relatórios categorizados como de <i>insumos</i> , foram aqueles que analisavam a eficácia de alocação de recursos (humanos e financeiros) com o intuito de avaliar a custo-benefício da política. Via de regra, esses relatórios são da seara da Fazenda, quando os orçamentos públicos são avaliados.
	Processo	Quanto ao seu conteúdo, relatórios que se baseiam na análise dos procedimentos e mecanismos de implementação, operacionalização, capacidade de cumprimento de diretrizes do programa/política e legislação vigente foram classificados como de <i>processo</i> . A título de exemplo, é possível citar uma avaliação que tenha por objetivo verificar se o processo de contratação de funcionários do Ministério da Fazenda foi realizado conforme a legislação estabelece.
	Resultado	Quanto ao seu conteúdo, relatórios que avaliam os efeitos de curto, médio e longo prazo, com a utilização de indicadores de impacto visando verificar os resultados alcançados em diferentes momentos da implementação da política ou programa, foram classificados como de <i>resultado</i> .
	Misto	Quanto ao seu conteúdo, relatórios que avaliam distintas tipologias reunidas em um único documento, foram classificados como de conteúdo <i>misto</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 3 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto ao seu método

Tipologia de avaliação	Método	Definição Operativa
Avaliação quanto ao seu método	Qualitativo	No tocante à metodologia, relatórios que visavam analisar a percepção dos atores envolvidos na política ou programa, valendo-se de entrevistas, questionários com perguntas abertas, análise documental, e outras metodologias não numéricas, foram categorizados como <i>qualitativos</i> .
	Quantitativo	No tocante à metodologia, relatórios que possuíam uma forte tendência à utilização de análises com base em fórmulas de regressão estatística, correlações e causalidades, questionários com perguntas fechadas, exposição e análises de custos e demais cálculos, foram considerados de cunho <i>quantitativo</i> .
	Misto	Relatórios categorizados como de caráter <i>misto</i> , foram aqueles que possuíam mais de uma etapa avaliativa ou mesclavam as duas formas metodológicas, como por exemplo relatórios que realizavam entrevistas ou questionários com perguntas abertas, mas que selecionavam suas amostras com base em métodos estatísticos como a amostragem aleatória simples (AAS).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 4 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto à sua responsabilidade

Tipologia de avaliação	Responsabilidade	Definição Operativa
Avaliação quanto à sua responsabilidade	Externa	No que diz respeito a responsabilidade, os relatórios foram classificados conforme os sujeitos participantes na avaliação (informação que geralmente consta no início do relatório). No caso de relatórios com indicação expressa de realização por uma entidade que não fosse ligada aos Ministérios ou Secretarias diretamente (institutos, universidades, <i>think tanks</i>), tanto da Educação quanto da Fazenda, a categorização empregada foi <i>externa</i> .
		No que diz respeito a responsabilidade, os relatórios foram classificados conforme os sujeitos participantes na avaliação (informação que

	Interna	geralmente consta no início do relatório). No caso de relatórios realizados pelos Ministérios e Secretarias da Educação e Fazenda (ainda que não pela mesma unidade executora da política pública), sem a participação de entidades externas (como universidades, <i>think tanks</i> , etc.), a categorização utilizada foi <i>interna</i> .
	Mista	Quando um relatório trazia membros realizadores tanto do Ministério/ Secretaria, bem como de outros organismos externos, o relatório foi categorizado como sendo de responsabilidade <i>mista</i> .
	Participativa	Relatórios com um viés mais pluralista de avaliação, onde diversos atores interessados na política ou programa avaliado eram citados como membros consultados ou participantes ativos da realização da avaliação, foram categorizados como de responsabilidade <i>participativa</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 5 - Definições operativas das tipologias de avaliação quanto à sua justificativa

Tipologia de avaliação	Justificativa	Definição Operativa
Avaliação quanto à sua justificativa	Instrumental	No que diz respeito à sua utilização, relatórios que possuíam simplesmente o intuito de ampliar a área de abrangência do programa, modificar a forma como é executado ou quem o executa (sem expressar outro tipo de utilização aparente), foram categorizados como de cunho <i>instrumental</i> .
	Conceitual	No que diz respeito à sua utilização, relatórios com foco na mudança ou melhoria da compreensão e percepção dos envolvidos na temática do programa, foram categorizados como de caráter <i>conceitual</i> . A título de exemplo, relatórios de avaliação que tenham por intuito alterar a percepção de tomadores de decisão (ainda que haja uma divergência política) sobre a forma como um problema deve ser abordado, seria categorizado dessa maneira.
		No que diz respeito à sua utilização, relatórios com propósito de aprofundar o entendimento de indivíduos que já apoiam as alterações e propostas, de modo a angariar ainda mais apoiadores para pressionar a

	Persuasiva	implementação das prescrições, foram classificados como de utilização <i>persuasiva</i> . Nesse caso, os relatórios que indicavam expressamente a necessidade de que organizações deveriam se unir em prol da divulgação de uma determinada maneira de encarar a política ou programa avaliado, foram categorizados dessa forma.
	Meta-analítica	No que diz respeito à sua utilização, relatórios realizados como forma de influenciar outras instituições que não estão no escopo de abrangência do programa avaliado, compilando informações de diversos programas que abordam a mesma temática, foram categorizados como <i>meta-analíticos</i> . Nesse sentido, relatórios que reuniam expressamente informações de diversos programas correlatos em um único documento, foram assim categorizados.
	Mista	No que diz respeito à sua justificativa de utilização, relatórios que abordavam de forma nítida, duas ou mais tipologias de avaliação quanto à sua utilização, foram classificados como de utilização <i>mista</i> . Essa categorização não consta na literatura científica que embasa este trabalho, sendo, portanto, uma qualificação utilizada para facilitar a compreensão do quadro de análise.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com base nas tipologias acima dispostas, realizou-se a categorização dos relatórios em uma planilha do *Google Sheets*, de modo que todos os documentos possam ser identificados e averiguados, para que sejam conferidos ou caso futuros estudos sejam empreendidos valendo-se do mesmo material.

Nesse sentido, todos os relatórios de avaliação de política pública que constam no acima descrito lapso temporal, nos respectivos sítios eletrônicos dos Ministérios ou Secretarias de governo da Economia (ou Fazenda/Finanças) e da Educação dos sete países escolhidos, foram averiguados e examinados, de modo que haja uma maior robustez na análise, sendo possível caracterizar e perceber realmente a forma como se dá o processo avaliativo em cada órgão no período, bem como traçar o panorama do bloco latino-americano de maneira concisa.

Em um primeiro momento, os relatórios foram categorizados por país e divididos por área de política pública (Educação e Fazenda), para que, posteriormente, fossem agrupados em um único bloco, representando assim, o panorama latino-americano. Destarte, o quadro de

classificação e de análise dos relatórios de avaliação de política pública dar-se-á da seguinte maneira:

Quadro 6 – Quadro geral de análise

Tipologias							
País	Área de Política Pública	Relatório	Natureza (formativa ou somativa)	Conteúdo (demanda, desenho, insumo processo, resultado)	Método (Quali, Quanti, misto)	Responsabilidade (externa, interna, mista, participativa)	Justificativa de utilização (Instrumental, conceitual, persuasiva, meta-analítica)
Argentina	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
Brasil	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
Chile	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
Colômbia	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
Equador	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
México	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					

	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
Peru	Educação	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					
	Fazenda	Relatório 1 Relatório 2 Relatório 3 ...					

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A análise dos relatórios foi realizada com o intuito de classificar, sintetizar e condensar os documentos, de forma que relatórios com mais de um volume (ou *tomo*, em espanhol), foram agrupados em uma única célula de análise, evitando assim, repetições desnecessárias.

Ao longo da classificação, quando identificados relatórios com mais de duas metodologias de avaliação quanto ao seu conteúdo os mesmos foram classificados como “*mistas*”, visto que reuniam distintas formas de avaliação em um único documento.

4 RESULTADOS

Visando facilitar a compreensão e com base nos objetivos elencados, optou-se por subdividir os resultados em termos exploratórios e descritivos, possibilitando uma maior percepção dos produtos obtidos por intermédio deste estudo.

4.1 RESULTADOS EXPLORATÓRIOS

Para que fosse possível expor como se dá o processo avaliativo de políticas públicas no espaço latino-americano, foram analisados e categorizados, ao todo, 284 relatórios de avaliação de políticas públicas entre os anos de 2013 e 2024. Todos os referidos relatórios, bem como o link de acesso à pasta que contém todos eles, encontram-se no Anexo B do presente trabalho. Do total, 165 relatórios eram da área de Educação e 119 da seara de Economia/Fazenda.

A variação na quantidade de relatórios em cada área e em cada país se deu pela disponibilidade deles em cada sítio eletrônico oficial dos Ministérios ou Secretarias analisados. Alguns países demonstravam uma grande facilidade no que tange a obtenção deles, no entanto, outros países revelaram uma certa dificuldade na obtenção dos documentos, o que certamente é tido como um ponto negativo para o desenvolvimento deste estudo. A título de exemplo, na Argentina, na página inicial dos Ministérios da Educação e da Economia, há uma subdivisão em áreas, e a primeira delas diz respeito à avaliação das políticas de cada pasta. Ao clicá-la, o indivíduo é direcionado a uma outra página, onde estão contidos os relatórios, pesquisas, boletins, informativos, bem como as avaliações dos principais programas de cada área, possuindo filtros por área e ano de publicação.

Na verdade, dentre todas as unidades de análise, o Brasil foi o país que mais apresentou dificuldade na obtenção dos relatórios de avaliação. Os *sites* oficiais dos Ministérios da Educação e Fazenda brasileiros possuem um padrão na forma como são expostos os tópicos referentes a cada área, contudo, a exposição dos resultados das avaliações não se dá de maneira clara como nos *sites* dos outros países. Visto que o escopo metodológico deste estudo visava categorizar e analisar os relatórios obtidos através dos sítios eletrônicos oficiais de cada Ministério/Secretaria, e apenas o Brasil demonstrou uma baixa quantidade de relatórios obtidos dessa maneira, optou-se por manter o escopo de análise dessa forma, sem ampliar ou modificar

a forma de obtenção dos documentos. Seria possível, por exemplo, valer-se de outros órgãos e instituições para angariar relatórios avaliativos no país, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), porém, como esses órgãos possuem um enfoque maior na produção de relatórios avaliativos, novamente o Brasil possuiria um número discrepante de avaliações analisadas, o que também dificultaria a comparação (pela grande disparidade) e macularia a análise de certa maneira, uma vez que a aquisição dos relatórios não teria sido feita de maneira equânime.

Possivelmente, essa variação pode ter ocorrido por alguns aspectos, a saber: (I) disponibilidade de dados e transparência governamental; (II) capacidade institucional e recursos disponíveis; (III) importância política e cultura de avaliação; (IV) diferentes padrões e critérios de avaliação; (V) diferentes áreas prioritárias; e (VI) diferentes formas de interação com Organizações Internacionais.

Entende-se que países com maior tradição em transparência governamental tendem a disponibilizar mais relatórios. Para exemplificar, tanto o Brasil quanto o México possuem leis de acesso à informação relativamente bem implementadas, o que em tese, levaria a uma maior disponibilidade e facilidade de acesso à dados. Entretanto, no caso brasileiro, a presença de leis de acesso à informação não foi parâmetro para a existência de um maior número de relatórios a serem analisados.

Na mesma linha, os países que possuem instituições mais robustas e com maior capacidade de financiamento são capazes de realizar um número maior avaliações. O Chile possui uma agência governamental específica focada em monitoramento e avaliação de políticas públicas, resultando em uma maior produção de relatórios avaliativos. O país conta ainda com um sistema de avaliação bastante consolidado (*Sistema de Evaluación y Control de Gestión de Resultados*), incentivando a elaboração e conferindo uma maior efetividade aos relatórios.

Outro ponto que pode ter afetado a discrepância entre os países é a variação nos critérios e padrões utilizados para realizar o processo avaliativo. Enquanto alguns países podem considerar notas técnicas ou estudos de caso como sendo ferramentas suficientes para avaliar uma política, outros podem concentrar seus esforços na realização de estudos e produção de relatórios de impacto mais extensos e rigorosos. Deste mesmo modo, as prioridades de cada contexto (a nível de país e a nível de governo) também podem influenciar na ênfase dada a cada

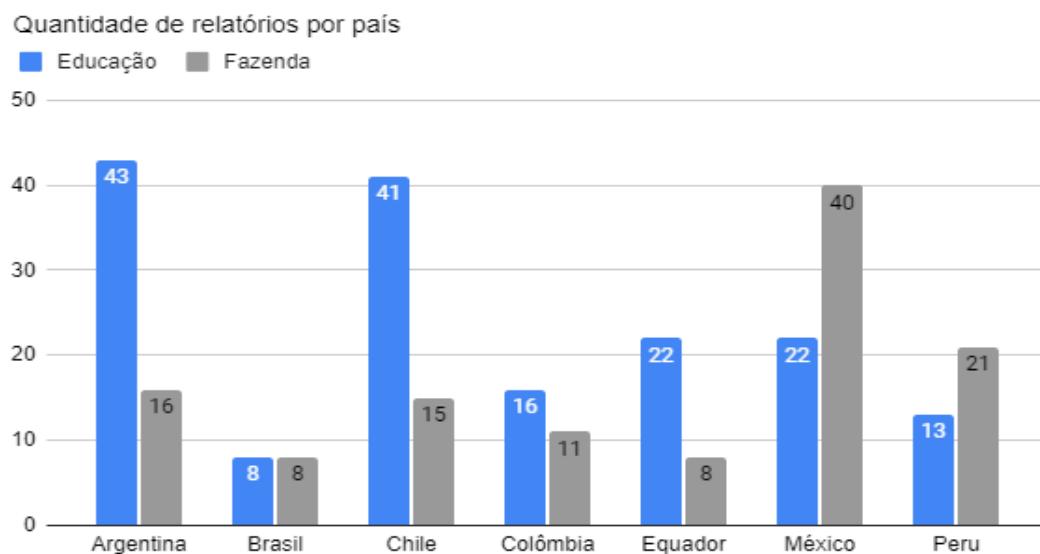
área. Ou seja, enquanto alguns países podem dar mais importância à educação, outros priorizam a área da economia/finanças.

Os dois últimos pontos mencionados claramente possuem lastro na realidade, uma vez que com a realização da pesquisa documental, percebe-se que na seara da Fazenda (em diversos países como Brasil, Colômbia e Peru), diferentemente da área da Educação, há uma produção massiva de diversos documentos como boletins e informes (que não são relatórios de avaliação propriamente), que trazem dados e indicadores econômicos e orçamentários. Por não se tratar de relatórios de avaliação, eles não foram utilizados na análise, contudo, essa prática pode ter sido um dos fatores que determinaram a menor quantidade de relatórios desta pasta, quando em comparação com a Educação.

Por fim, Organizações Internacionais como a OCDE, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento podem impulsionar a produção de relatórios em países com maior participação nesses organismos, ou seja, países com uma maior relação com esses organismos multilaterais, podem apresentar um número maior de relatórios produzidos.

Nesse sentido, se faz necessário averiguar a quantidade de relatórios em cada país, fato determinante na análise, uma vez que, países com uma amostra de poucos relatórios, não implicam em uma mesma robustez analítica do que países que possuem uma amostra maior. Destarte, a distribuição de frequência dos relatórios ocorreu da seguinte maneira:

Gráfico 1 - Distribuição de frequência dos relatórios em cada país estudado



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Destarte, é possível perceber a discrepância na quantidade de relatórios presentes nas duas áreas de política pública. Embora alguns países tenham uma menor disparidade, as únicas unidades de análise que apresentaram mais relatórios na área da Fazenda do que na Educação, foram o México (com 18 relatórios a mais) e o Peru (com apenas 8 relatórios a mais).

De forma geral, as tipologias mais utilizadas nos países latino-americano estudados podem refletir uma intenção de utilização instrumental com vistas à melhoria contínua das políticas públicas, com uma preferência por métodos quantitativos e um aspecto de responsabilidades internas e externas. Em contraste, as tipologias menos valorizadas indicam uma menor ênfase em avaliações que se concentram em métodos estritamente qualitativos e justificativas puramente conceituais. Com a análise desses padrões, é possível elencar as abordagens e prioridades nos processos de avaliação de políticas públicas implementadas nos países estudados.

Para determinar quais variáveis (tipologias) são mais valorizadas e menos valorizadas nos relatórios no bloco latino-americano, é necessário refletir sobre as frequências e os padrões observados nas categorias de Natureza, Conteúdo, Método, Responsabilidade e Justificativa, em relação às áreas de Educação e Fazenda. A valorização de uma variável pode ser interpretada pela sua prevalência nos relatórios, enquanto a menor valorização pode ser deduzida pela sua menor ocorrência ou ausência. Os arquétipos identificados nos tópicos expostos em sequência, oferecem uma visão sobre as prioridades e abordagens metodológicas de preferência em cada contexto.

É claro que as diferentes abordagens e métodos utilizados em cada país depende da legislação que rege o processo avaliativo, questões culturais, envolvimento de diferentes setores e agentes, bem como aspectos político-ideológicos dos tomadores de decisão. Porém, ao unir os resultados em um único grupo, torna-se possível mitigar essas variações.

4.2 RESULTADOS DESCRIPTIVOS

Ao examinar os relatórios produzidos nos países, considerando todas as tipologias de avaliação (Natureza, Conteúdo, Método, Responsabilidade e Justificativa) e agregando os dados por área (Educação e Fazenda), é possível obter uma visão abrangente das particularidades e tendências que caracterizam os esforços de avaliação no bloco latino-

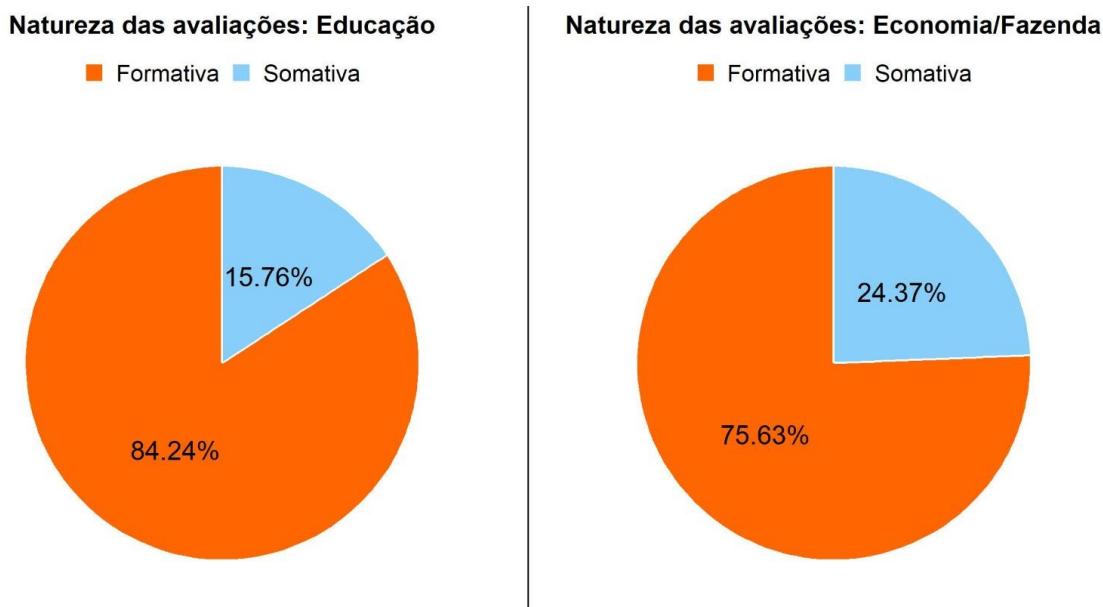
americano. Essa análise multifacetada revela não apenas as prioridades temáticas e metodológicas dos países, mas fornece também percepções de grande valia sobre o contexto político e institucional no qual estão inseridos. Isto posto, o estudo, visa não apenas quantificar, mas também qualificar as abordagens metodológicas predominantes, proporcionando assim um entendimento aprofundado das práticas de avaliação adotadas nos países da América Latina.

No que tange à avaliação das políticas públicas implementadas pelos Ministérios/Secretarias da Educação em países da América Latina, é possível observar uma vasta gama de abordagens de conteúdo, metodológicas e quanto às responsabilidades atribuídas. Para a apresentação descritiva dos resultados, optou-se por realizá-la através da exposição de figuras para cada tipologia de avaliação em cada área de política pública (Educação e Economia/Fazenda), resultando então em uma figura, composta por dois gráficos, para cada tipologia. Dessa forma, torna-se possível comparar de maneira simples, como se dá o processo avaliativo em cada área, de modo a responder à pergunta de pesquisa que permeia este estudo.

4.2.1 Natureza das avaliações

A Figura 1 refere-se à natureza dos relatórios em ambas as áreas estudadas.

Figura 1- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto à sua natureza nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com os dados agregados por área de política pública, a análise dos relatórios da educação revela que quase a totalidade das avaliações realizadas são de natureza formativa, sugerindo um enfoque predominante em avaliações *in itinere*, com vistas à realização de

melhoramentos contínuos e ajustes durante o período de implementação das políticas públicas educacionais. Uma possível explicação para esta tendência é o fato de que os contextos educacionais atuais requerem uma maior adaptação e otimização, visto que estão sujeitos às rápidas mudanças tecnológicas presentes, influências externas de organizações multilaterais e *benchmarks* de *cases* de sucesso internacionais.

No Ministério da Educação do Peru, diferentemente da tendência observada no bloco, predomina a **natureza somativa** (10) sobre a *formativa* (3), indicando um foco nas avaliações de desempenho ao final de um período de estudo. Isso sugere uma ênfase em medir o aprendizado acumulado e os impactos nos indivíduos afetados pelas políticas educacionais. Os únicos relatórios *formativos* categorizados no país são o de número 13, que versa sobre uma avaliação de desenho das intervenções públicas em andamento, realizadas pelo Ministério da Educação em prol da prevenção da gravidez adolescente e os de número 1 e 2, que abordam a Execução do Plano Anual de Contratação no primeiro semestre dos anos de 2013 e 2016.

Na mesma linha, ao examinar o conjunto de dados dos relatórios da Fazenda, também se observa uma prevalência de avaliações *formativas* (com 90 registros), em contraste às avaliações *somativas* (com 29 incidências). Da mesma forma que nos Ministérios/Secretarias da Educação, esse predomínio manifesta uma inclinação para avaliações destinadas a orientar o aprimoramento contínuo de políticas ou programas em curso. Ainda que menos frequentes, a presença de algumas avaliações de natureza *somativa* indicam uma abordagem voltada para a avaliação dos impactos das políticas estabelecidas, visando dar continuidade ou alterar alguns pontos que não estejam produzindo os resultados esperados.

Dentre os países categorizados, o Peru foi o que demonstrou um maior equilíbrio na distribuição dos relatórios por natureza, na área da Fazenda. No país, tanto as avaliações *somativas* (11) quanto as *formativas* (10) são utilizadas, manifestando uma abordagem equilibrada que avalia tanto o progresso contínuo quanto os impactos das políticas e programas. Para exemplificar, traz-se à baila os relatórios de número 6 e 16, de natureza *formativa* e *somativa*, respectivamente. O relatório 6 é um “Relatório Fiscal Trimestral de Monitoramento Das Regras Macrofiscais Quarto Trimestre de 2022”. Já o relatório 16 é um “Relatório Anual de Avaliação sobre o Cumprimento das Regras Fiscais dos Governos Regionais e Locais a partir de 2021”.

Ao analisar a natureza dos relatórios no bloco latino-americano de forma conjunta (agregando as duas áreas de política pública), percebe-se uma predominância de avaliações de

natureza formativa (229 ocorrências), em comparação com as somativas (que somam apenas 55 ocorrências). Nesse sentido, é possível perceber que os países da América Latina possuem uma tendência à promoção de avaliações com uma ênfase substancial no aperfeiçoamento contínuo das políticas, buscando melhorias e ajustes que possam impactar de forma mais momentânea as políticas públicas em desenvolvimento. A natureza formativa, sendo orientada a melhoria da gestão de forma mais imediata e com foco direto nos resultados almejados, permite ajustes regulares que são cruciais para o dinamismo e a adaptação necessária nas políticas públicas educacionais e fiscais/orçamentárias.

O relatório categorizado como de número 4 na área da educação da Argentina, é um típico caso de avaliação *formativa*, pois traz os resultados de uma pesquisa realizada com as equipes de gestão do ensino secundário, referente ao encerramento do ano de 2020 e início do ano de 2021, ou seja, realiza a avaliação em um processo simultâneo à implementação da política, permitindo a melhoria e o aprimoramento da política pública de forma mais imediata (Scriven, 1991). Por se tratar de um relatório entre 2020 e 2021, o tema da pandemia da COVID-19 conduz os fatos narrados, e é um dos principais motivos para a realização deste relatório. Em seu conteúdo, o referido relatório inicia com a caracterização da amostra utilizada, no capítulo 2. No capítulo 3, aonde os resultados da pesquisa são apresentados, os itens 3.1 ao 3.6 abordam o acompanhamento dos estudantes e suas famílias, as condições de trabalho e tarefas de gestão, o desenvolvimento de atividades na segunda metade do ano de 2020, a organização da escola para o retorno dos alunos no ano seguinte e o início das atividades em 2021.

Por outro lado, o relatório de número 7 da área da educação no Brasil, é um caso representativo de avaliação *somativa*, pois seu conteúdo é utilizado como um alicerce na promoção de uma maior responsabilidade à alocação dos recursos, bem como para alicerçar o processo de tomada de decisão acerca da adoção ou expansão da política (Ala-Harja e Helgason, 2000). No referido documento, é avaliado o Programa Professores para o Futuro (Finlândia) do ano de 2014. O relatório é composto de 3 capítulos, sem contar as considerações finais. No primeiro capítulo, é realizada a apresentação do programa, no segundo a metodologia é explanada e o terceiro contém a análise dos questionários. Na conclusão, é versado que o programa atingiu os seus objetivos originalmente elencados.

Com a análise dos relatórios como um todo, é possível assinalar que a natureza das avaliações no bloco tende a ser *formativa*, indicando uma predisposição geral para o desenvolvimento contínuo e a melhoria dos processos de aprendizagem e fiscais/orçamentários.

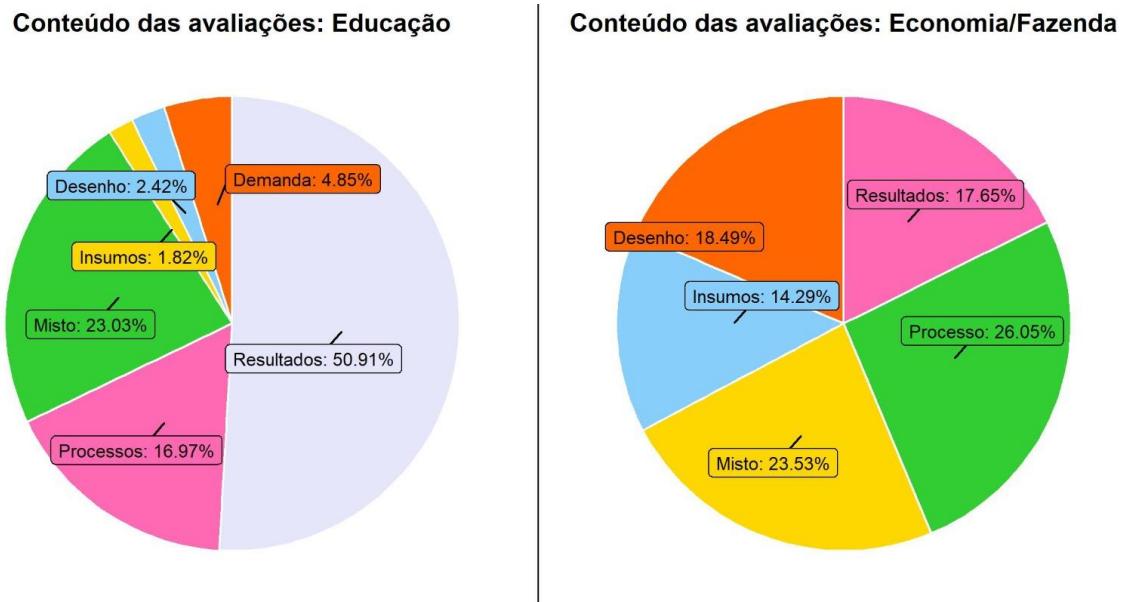
Contrasta-se, nesse panorama, o Peru, que se destaca pela sua inclinação para avaliações *somativas* na educação, sugerindo uma valorização dos resultados de aprendizagem como medida de sucesso educacional, e o México, que também valoriza as avaliações somativas na Fazenda.

Segundo Wholey (1996), esta tendência *formativa* é bastante positiva, uma vez que o autor oferece a visão de que esta natureza de avaliação é normalmente mais útil do que a *somativa* na seara governamental, asseverando que a medição do desempenho é mais útil do que avaliações pontuais (tanto as de natureza *formativa* quanto as *somativas*). Nesta toada, o autor defende ainda que há raros momentos em que as avaliações *somativas* serão suficientemente oportunas, relevantes e conclusivas para influenciar o processo de tomada de decisões políticas ou orçamentárias.

4.2.2 Conteúdo das avaliações

A Figura 2 aborda o conteúdo das avaliações em ambas as áreas no período estudado.

Figura 2- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto ao seu conteúdo nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao verificar os dados sobre o conteúdo das avaliações na Educação, percebe-se uma ênfase significativa nos relatórios de *resultado*, que figuram em um número maior que o dobro dos relatórios referentes à segunda maior frequência registrada. Nesse sentido, verifica-se um grande interesse do bloco latino-americano na mensuração dos impactos de curto, médio e longo prazo gerados pelas políticas educativas implementadas (Januzzi, 2011; Rossi; Lipsey;

Freeman, 2004). Não obstante, também é percebida uma preocupação relativamente relevante com avaliações de *processo* e de conteúdo *misto* das políticas. Essa abordagem multifacetada é essencial para que seja possível compreender não apenas os efeitos gerados pela política pública, mas também de que maneira, por qual motivo, e quais recursos foram necessários para que esses impactos tenham sido alcançados, de modo a permitir que intervenções mais precisas e melhor fundamentadas sejam engendradas.

No que diz respeito ao conteúdo, a Educação na América Latina demonstra uma variação significativa nos tipos de conteúdo avaliado, com alguns países (como o Chile) enfatizando conteúdos *mistas*, *desenho* (como é o caso do México) e outros focando em *processo* e *resultado* (como o Peru). Na área da Fazenda, o *processo* é frequentemente avaliado, mas há uma diversidade no foco das avaliações. Essa variação no conteúdo avaliado sublinha a complexidade das abordagens à educação e à fazenda, refletindo diferentes prioridades e objetivos dentro de cada contexto nacional.

Um caso interessante que vale ser citado é o do Peru, uma vez que no *site* oficial do Ministério da Educação do país, não foram encontrados relatórios de avaliação que tratavam do impacto do ensino. O que mais foi observado, foram relatórios de avaliação de *processo* (9 relatórios dos 13 categorizados), visando verificar a conformidade legal das contratações com o Plano Anual de Contratação Docente (relatórios 1 e 2, por exemplo). Obviamente, isso não indica que o país não afere os níveis de aprendizagem de seus alunos, apenas que a amostra compreendida pelos relatórios obtidos no *site* oficial do Ministério da Educação, não possuía nenhum documento com esse conteúdo.

No caso do Chile, é possível perceber uma significativa atenção dada a relatórios com conteúdo *misto*. Na área da Educação, 28 dos 41 relatórios analisados no país possuem esta tipologia. Geralmente, os relatórios de cunho *misto* nos países reuniam avaliações de *resultado*, *processo*, *demandas* e/ou *desenho* em um mesmo documento.

A análise do conteúdo das avaliações na Fazenda, por outro lado, revela uma maior diversidade nas tipologias utilizadas, com destaque para *processo*, *desenho* e *resultado*, que apresentam 31, 22 e 21 incidências respectivamente. Esses dados exprimem uma preocupação com diversos aspectos das políticas públicas, visando uma avaliação que engloba tanto a eficácia operacional quanto à conformidade com objetivos estratégicos.

Nesse sentido, os Ministérios/Secretarias da Fazenda da América Latina, refletem uma preocupação maior com a alocação dos recursos e os procedimentos administrativos e

financeiros de implementação. Diferentemente da tendência observada, no caso do Chile, os relatórios focalizam mais em *resultados* do que outras tipologias (8 relatórios de 15), demonstrando uma tendência e enfoque à um processo avaliativo da eficiência e eficácia das políticas fiscais e orçamentárias. Em contraste, no Equador, há uma clara divergência com o caso chileno, visto que nenhum relatório de *resultado* foi encontrado. No referido país, apenas relatórios de *insumos* e *processos* foram categorizados, indicando uma preocupação com avaliar a relação custo-resultado da política, bem como os mecanismos de implementação e conformidade legal dos programas públicos.

No que tange aos dados agrupados (Educação e Fazenda), observa-se que *resultado* é a categoria mais presente, com 105 registros (mais de 36% dos relatórios analisados). Em seguida, as avaliações de conteúdo *misto* (66 relatórios) e de *processo* (59 relatórios) são as mais encontradas (que somadas, equivalem a quase metade dos relatórios categorizados). Esse cenário sugere que a América Latina possui uma maior preocupação com os impactos das políticas e sua eficácia em atingir os resultados estabelecidos, bem como com os mecanismos de implementação envolvidos na promoção dessas políticas e sua conformidade com a legislação positivada no ordenamento jurídico de cada país, sem dar tanta importância para outras formas de avaliação como de *desenho*, *insumos* e *demandas*.

No entanto, essa tendência não encontra eco no caso da Secretaria da Fazenda e Crédito Público (*Secretaría de Hacienda y Crédito Público*) do México, visto que dos 26 relatórios de *desenho* encontrados no bloco latino-americano, 22 pertencem ao órgão mexicano, indicando uma preocupação com a estruturação das políticas financeiras. De acordo com o parágrafo vigésimo segundo das Diretrizes Gerais para Avaliação de Programas Federais da Administração Pública Federal do México, programas que se encontram no primeiro ano de funcionamento ou que apresentem mudanças substanciais são obrigados a realizar uma avaliação de desenho, fato esse que contribui para a quantidade de avaliações deste tipo encontradas na análise (México, 2007).

Para exemplificar, o relatório número 11 do México, é um típico caso de avaliação de *resultado*, pois analisa os resultados da prova do *Plan Nacional para la Evaluación de los Aprendizajes* (PLANEA) 2015: A aprendizagem dos alunos do sexto e terceiro ano do ensino médio no México em Linguagem, Comunicação e Matemática”. Sem contar a introdução e as conclusões, o relatório é dividido em seis capítulos, onde em cada um deles, são abordados os resultados das provas em linguagem e comunicação, os resultados em matemática e os fatores

associados ao desempenho escolar em cada uma das duas séries. Cada capítulo analisa os resultados gerais, resultados por tipo de escola, as diferenças na aprendizagem de acordo com o sexo dos alunos, as diferenças na aprendizagem de acordo com a idade dos alunos, os resultados por nível de marginalização e tamanho da cidade, os resultados por ente federal, a equidade no desempenho educacional dos entes federativos, o que os testes PLANEA avaliaram, os exemplos de reagentes da sexta série e a síntese dos resultados de desempenho educacional.

Um relatório categorizado como de conteúdo *misto* é o de número 1 da área da educação na Colômbia. O relatório aborda a “Avaliação institucional e de resultados do Programa Centros Regionais de Ensino Superior (CERES)” no ano de 2014. O primeiro capítulo é dedicado exclusivamente a expor os resultados da avaliação institucional, que versa sobre os *processos* do programa, isto é, a sua capacidade de cumprir com as diretrizes estabelecidas e respeitar a legislação vigente, bem como a alocação dos *insumos*, onde a eficiência dos créditos estudantis e das bolsas de estudo ofertadas foram analisadas. Já o segundo capítulo, aborda a avaliação de resultados do Programa CERES, informando a metodologia utilizada para o processo avaliativo, os critérios para a determinação de êxito, e os resultados qualitativos obtidos. O último capítulo traz as conclusões do relatório, as debilidades e recomendações de modificação e melhoria, bem como os aspectos relevantes encontrados no decorrer do estudo. Com a multiplicidade de aspectos avaliados em um único relatório, de acordo com a metodologia empregada na categorização dos relatórios, o acima descrito documento foi categorizado como *múltiplo*.

Um caso característico de relatório unicamente focado em *processos* é o do relatório de número 1 da área da Fazenda no Equador. O relatório aborda o monitoramento trimestral e avaliação das regras fiscais para o segundo trimestre de 2022. O principal objetivo do relatório é verificar a capacidade operacional dos gastos realizados de cumprir com as diretrizes estabelecidas e se está consoante à legislação vigente. O relatório está subdividido em três seções, que por sua vez, também são compostas de outros subtópicos. Basicamente, os itens do relatório apresentam as metas pré-estabelecidas, as regras vigentes e como está o cumprimento dos gastos públicos no trimestre em questão, verificando a conformidade da implementação da política em contraste com o que foi estipulado.

Em matéria de *desenho*, o relatório de número 13 no âmbito da Fazenda no México é um clássico exemplo, por avaliar os preceitos e conceitos, estratégias e objetivos do Programa

de Avaliação de Projetos de Direitos Indígenas (PRODEI) em 2015. Como já mencionado, o país conta com uma normativa que obriga a realização de avaliações de *desenho* em programas que se encontram no primeiro ano de funcionamento ou que apresentem mudanças substanciais. O relatório inicia com uma descrição detalhada do PRODEI, indicando o ano de início, seus principais objetivos, programas correlacionados, dentre outros aspectos. Nos itens 4 e 5 do relatório, se inicia a avaliação propriamente, que através de uma metodologia qualitativa, é realizada através de perguntas a serem respondidas, de modo a verificar o alinhamento da justificativa de criação do programa e o desenho da política pública. Por se tratar de uma avaliação de *desenho* “pura”, após o item 4, os principais pontos fortes, oportunidades, pontos fracos, ameaças e recomendações (item 6), bem como as conclusões (item 7) são apresentadas.

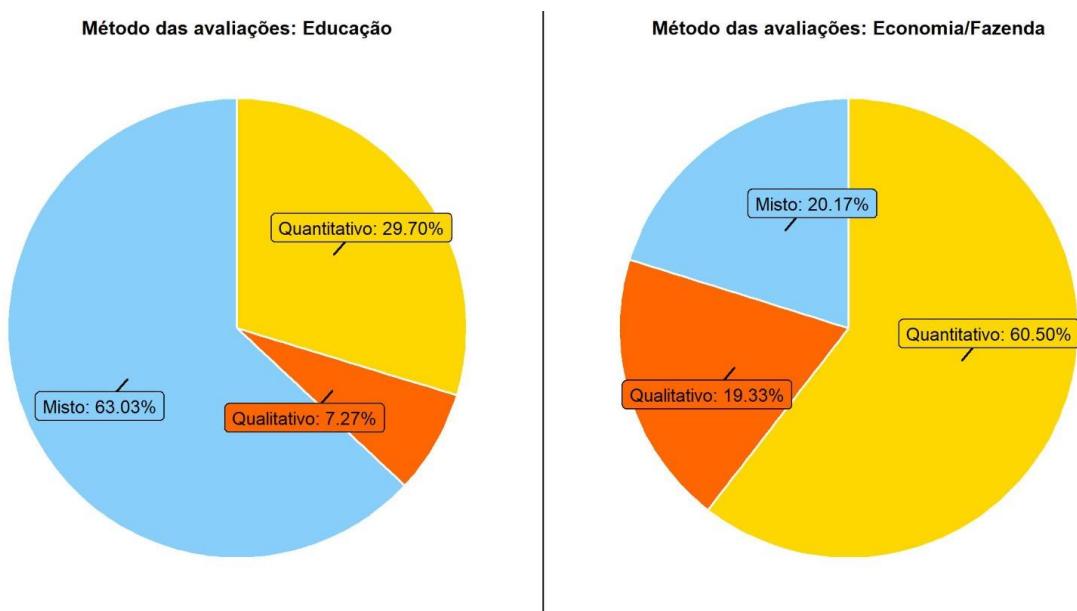
No caso de um documento que caracterize bem as avaliações de *insumos*, traz-se à baila o caso do relatório de número 27 da educação na Argentina, que é um demonstrativo comparado dos salários dos professores por região no país. O estudo foi desenvolvido pela *Coordinación General de Estudio de Costos del Sistema Educativo* (CGECSE), que tem por objetivo melhorar a qualidade da informação que é gerada e processada no domínio dos custos educativos de forma a colaborar com um melhor conhecimento do setor através da produção e sistematização de dados. Com a realização do relatório, os salários dos docentes podem ser confrontados com os níveis de desempenho dos alunos por região, de modo que a eficácia da alocação dos recursos possa ser analisada.

Um documento tido como um arquétipo representativo de um relatório de *demandas*, é o caso do número 8 na educação da Argentina, que aborda as condições de acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dos alunos e professores em 2016. Visto que avaliação de *demandas* visa verificar a existência, frequência e as características do problema, bem como aprimorar a forma como os serviços são disponibilizados, este relatório que aborda a estrutura informática na educação argentina, certamente se enquadra nesse quesito. Sem computar a introdução e a conclusão, o relatório conta com dois capítulos. No primeiro, são avaliados o acesso às TIC's nos lares dos alunos e o acesso às TIC's nos estabelecimentos de ensino. Já em seu segundo capítulo, o relatório aborda a utilização das TIC's na esfera pessoal e a utilização das TIC's nas atividades escolares. O relatório conclui que tanto os docentes quanto os estudantes, possuem níveis satisfatórios de acesso a ferramentas de tecnologia da informação, ainda que o primeiro grupo possua um nível maior de acesso do que o segundo.

4.2.3 Método das avaliações

A Figura 3 apresenta o método utilizado nas avaliações em ambas as áreas estudadas.

Figura 3- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto ao seu método nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quanto à metodologia de avaliação, o método que prevalece na área da educação é o *misto*, representando 63% das avaliações realizadas. A predominância desta metodologia reflete uma abordagem que busca integrar a objetividade das avaliações quantitativas com as vantagens das qualitativas para captar a totalidade dos impactos de políticas educacionais. Possivelmente, o bloco latino-americano reconhece a complexidade que permeia a promoção de políticas educacionais, onde dados estatísticos precisos são tão necessários quanto *insights* qualitativos sobre as experiências e *feedbacks* de alunos, professores e administradores que são afetados pelas diretrizes avaliadas.

No Ministério da Educação do Equador, a utilização de métodos de cunho *quantitativo* (12 relatórios) e *misto* (10 relatórios) sugere uma abordagem mais equilibrada do que os demais, valorizando levemente mais os dados numéricos, mas sem relegar completamente a importância de aspectos qualitativos nas avaliações (apesar de que os dados agregados revelem essa tendência).

Diversamente dos Ministérios/Secretarias da Educação no que tange ao método utilizado, na área da Fazenda há uma predominância de avaliações *quantitativas*, frente às *mistas* e *qualitativas*. Esse fato revela uma forte inclinação para a análise numérica e das

políticas públicas, com um menor apreço por abordagens que possam captar uma gama mais ampla de variáveis e impactos menos tangíveis, como percepções e experiências dos envolvidos.

Em compensação, o âmbito da Fazenda do México possui uma peculiaridade que se distingue dos demais Ministérios/Secretarias analisados até o momento, dado que há uma predominância do método *qualitativo* (23 incidências) quando em comparação aos de caráter *misto* (16) e *quantitativo* (1), destacando uma preferência por abordagens mais subjetivas e integradas na avaliação das políticas. Essa distinção pode ter ocorrido pela maior incidência de avaliações de *desenho*, que podem ter sido majoradas pelo recorte temporal adotado nesta pesquisa.

Quanto aos dados agregados, os países da região latino-americana analisados apresentam uma diversidade metodológica em suas práticas avaliativas. A utilização de diferentes métodos de avaliação ilustra as diversas estratégias empregadas para averiguar de forma ampla os elementos sobre o contexto e desempenho no âmbito da Educação e da Fazenda.

A metodologia empregada nos relatórios de avaliação categorizados assevera uma forte tendência de utilização de abordagens mistas (128 relatórios) e quantitativas (121 relatórios), com uma pequena ocorrência de avaliações qualitativas (35 relatórios). A prevalência da utilização de avaliações com método *misto* pode ser interpretada como um reconhecimento da importância e complexidade das políticas públicas da Educação e Fazenda, onde a combinação de dados quantitativos e qualitativos é entendida como sendo a melhor opção para oferecer uma compreensão mais holística. Embora exista também uma boa quantidade de métodos quantitativos, percebe-se que há uma propensão dos avaliadores de realizarem relatórios complementados por *insights* qualitativos, que possam capturar aspectos mais subjetivos e menos tangíveis, como percepções dos stakeholders e de sujeitos afetados direta ou indiretamente pela implementação da política, bem como a diferença dos resultados em diferentes nichos culturais.

Para tornar mais tangível, para exemplificar o tipo de relatório mais utilizado quanto à metodologia, é possível elencar o relatório de número 1 do Ministério da Educação do Chile, que aborda a Avaliação de Impacto dos Programas Alimentares da JUNAEB em 2013. Este relatório de caráter *misto* é um dos mais completos dentre todos os categorizados neste estudo, visto que possui mais de 500 páginas e realiza uma avaliação de insumos, desenho e resultados em um único documento. Para tanto, o mesmo conta com distintas modalidades de avaliação,

desde entrevistas, questionários abertos e *focus groups* (referentes a metodologias qualitativas), que são mencionados na página 75 do referido relatório para a realização da avaliação de desenho, bem como técnicas quantitativas de avaliação, como *Propensity Score Matching* (PSM), mencionado na página 305 e utilizado para realizar a mensuração dos impactos e resultados do programa. Essencialmente, o PSM estima a probabilidade de um indivíduo receber um tratamento com base em critérios pré-definidos. Este método é empregado para avaliar o impacto de programas, políticas ou outras intervenções, mediante uma estimativa que incorpora diversas variáveis responsáveis por classificar os indivíduos potencialmente elegíveis para o tratamento.

Como exemplo de relatório de avaliação *quantitativo*, é possível citar o relatório de número 1 do Ministério da Educação da Argentina, que aborda questionários “fechados” para compreender a opinião docente sobre o processo de ensino no ano de 2021. A pesquisa foi aplicada a uma amostra aleatória de professores do ensino fundamental, representativos da educação obrigatória em todo o país, e os resultados foram apresentados em forma de gráfico de pizza, demonstrando os principais aspectos verificados nas perguntas do questionário.

Em contrapartida, um relatório claramente de cunho *qualitativo*, é o de número 3 do Ministério da Educação argentino. O relatório intitulado “*Fortalecimiento del uso de la información educativa: experiencias jurisdiccionales*” oferece, sob uma perspectiva federal, um olhar sobre os esforços que cada jurisdição realiza no desenvolvimento de políticas públicas e ações governamentais destinadas a fortalecer o uso da informação educacional nos diferentes níveis de gestão do sistema. Para a construção do relatório, foi empregada uma metodologia colaborativa online, onde cada Unidade de Avaliação Jurisdicional revisou a secção correspondente à sua jurisdição (elaborada com informações presentes em um documento anteriormente disponibilizado), e incorporou as ações e desafios propostos para o ano de 2023.

O Peru se distingue por sua preferência quase exclusiva por métodos quantitativos em ambos os setores, valorizando dados objetivos e mensuráveis, como é o caso do relatório 2 do país, que aborda a Execução do Plano Anual de Contratação no primeiro semestre de 2016. Em contraste, o México demonstra uma preferência por métodos qualitativos na fazenda, indicando uma valorização da análise subjetiva e contextual na pasta, como no caso do relatório 14, que aborda a avaliação de desenho do Programa para a Melhoria da Produção e Produtividade Indígena em 2015.

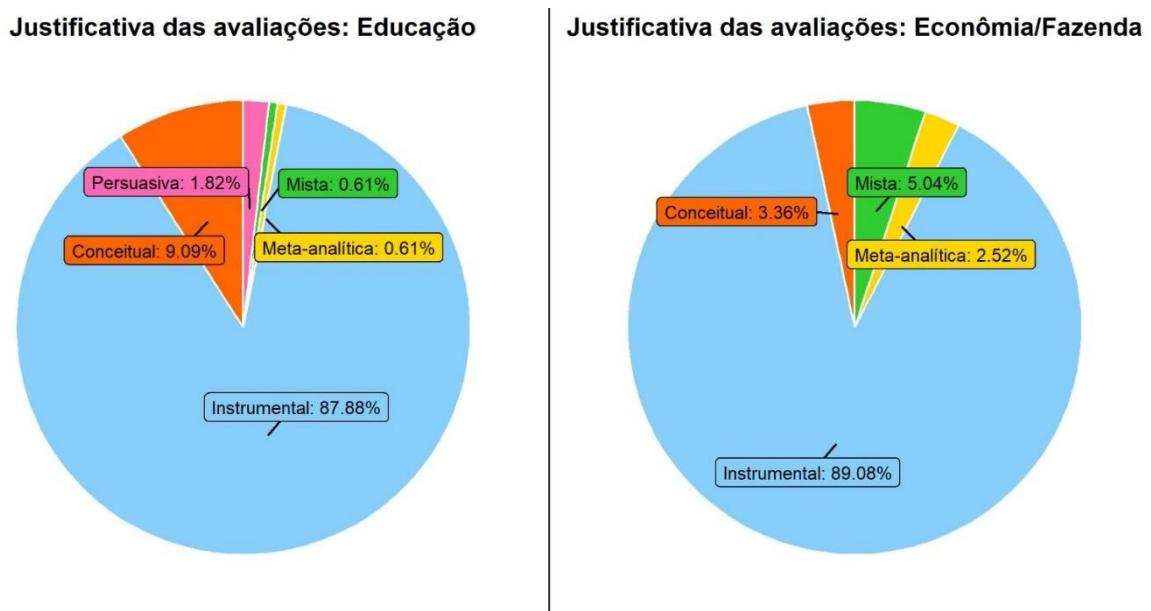
Por outro lado, a adoção de métodos mistos na Secretaria de Educação do México, reflete um esforço para integrar diferentes dimensões avaliativas, oferecendo uma visão mais completa do desempenho das políticas públicas avaliadas.

É possível dizer que a presença de uma diversidade metodológica (em primazia avaliações *mistas* e *quantitativas*) é salutar. Segundo Amann (2000), os *policymakers* (formuladores de políticas públicas) necessitam de dados e informações de ambas as abordagens, e certamente são beneficiados por um campo avaliativo que tenha um elo sólido entre esses métodos.

4.2.4 Responsabilidade das avaliações

A figura 4 demonstra a distribuição da responsabilidade das avaliações.

Figura 4- Distribuição de frequência relativa dos relatórios quanto à sua responsabilidade nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Em relação à responsabilidade na condução das avaliações, há uma notável preponderância das avaliações *externas* sobre as demais (em ambas as áreas), o que pode ser interpretado como uma busca pela terceirização das avaliações, fato que pode culminar em uma maior objetividade e minimização de vieses políticos internos, que possam afetar negativamente o processo. No entanto, não se pode negar a existência de uma considerável parcela de avaliações *internas*, que também possuem vantagens como a facilidade de acesso a documentos, bem como um olhar mais próximo dos percalços presentes na implementação da política avaliada.

Em um movimento contrário à tendência observada na América Latina, no setor da educação da Argentina, há um predomínio de relatórios de responsabilidade *interna* (27 dos 43 relatórios categorizados). Da mesma maneira, no Peru, a responsabilidade pelas avaliações educacionais também é majoritariamente *interna* (12 relatórios), com uma ocorrência de responsabilidade externa (1 relatório). Coincidemente, o único relatório de responsabilidade *externa* no Peru também é o de número 13, que versa sobre uma avaliação de desenho das intervenções públicas realizadas pelo Ministério da Educação em prol da prevenção da gravidez adolescente. É possível que essa distinção encontrada no referido relatório se dê pelo fato de que foi realizado por outro órgão que não o Ministério da Educação peruano.

Nesse sentido, destoando da tendência encontrada no bloco latino-americano, a maioria das avaliações da educação na Argentina e no Peru são geridas dentro das próprias instituições participantes na promoção de políticas e programas educacionais, o que pode indicar que se por um lado, os dados e informações necessários para a realização das avaliações são de mais fácil acesso, por outro, há uma maior possibilidade de intervenções políticas no processo avaliativo.

Quanto à responsabilidade pela condução das avaliações na Fazenda, é possível perceber uma distribuição quase equânime entre avaliações *internas* (59 registros) e *externas* (58 registros). Quanto às avaliações de responsabilidade *mista* (2 relatórios) e *participativas* (nenhum relatório categorizado), percebe-se que não há um interesse da área da Fazenda em utilizar tais tipologias. O equilíbrio na origem dos avaliadores mencionado, combinando perspectivas *internas*, que podem oferecer *insights* mais detalhados devido à familiaridade com o programa, com visões *externas*, que tendem a proporcionar uma análise mais objetiva e desvinculada, é crucial para aumentar a credibilidade dos processos avaliativos.

No setor da Fazenda da Argentina, a responsabilidade é unicamente *interna* (16 relatórios), não havendo indicação de responsabilidade *externa*, *mista* ou *participativa*, o que constitui uma predileção por avaliações conduzidas por entidades ou departamentos próximos à execução da política. Em consonância com a tendência da área educacional, mas em contraste com a Argentina e a tendência do bloco, a pasta da Fazenda do México também demonstra uma diferença no que tange a responsabilidade das avaliações, uma vez que todos os relatórios são de responsabilidade *externa* (com 40 relatórios).

Ao tomar em conta os dados agregados, a responsabilidade das avaliações no bloco varia entre entidades internas e externas, fato esse que demonstra as diferentes preferências de abordagens adotadas pelos países. Enquanto o Chile e o México recorrem predominantemente

a avaliadores externos no setor da Educação, o Peru mostra uma predileção pela responsabilidade interna. Na Fazenda, a tendência é de que as avaliações sejam feitas internamente, possivelmente pela facilidade de acesso às informações e dados necessários para a realização delas. Essas distinções assentam uma multiplicidade de graus de abertura e controle no processo avaliativo, positivados ou não nas normas internas que regem cada país.

A análise dos relatórios categorizados quanto à sua responsabilidade mostra uma preponderância de avaliações externas (153 ocorrências) quando em comparação com as internas (110), o que possivelmente assinala uma busca pela terceirização do serviço, prezando pela objetividade e minimizando os riscos de influência negativa proveniente dos vieses de avaliadores internos. A bibliografia que embasa o presente estudo sugere que a utilização de avaliações externas, geralmente, é benéfica, visto que amplia a credibilidade dos resultados e tende a garantir uma maior isonomia no processo avaliativo das políticas, mitigando influências internas que possam comprometer a integridade da avaliação.

Dentre todas as tipologias, certamente a responsabilidade dos relatórios foi a de mais fácil categorização. Uma vez que a esmagadora maioria dos documentos indicava em suas primeiras páginas os responsáveis pela elaboração dos mesmos, não se fez necessário nenhuma busca muito aprofundada para categorizá-los.

Para exemplificar, é possível citar o relatório de responsabilidade *externa* categorizado como de número 17 da educação na Argentina, onde são avaliadas as escolas técnicas, suas características institucionais e desempenho. Logo nas primeiras laudas do relatório, mais precisamente na página subsequente à apresentação das autoridades, encontra-se a sessão de créditos, onde é informado que o documento foi elaborado pelo Centro de Estudos Populacionais (CENEP) em nome da Secretaria de Avaliação Educacional do Ministério da Educação da Nação no âmbito do Convênio nº 26/16.

No caso das avaliações *internas*, tidas como a segunda responsabilidade mais encontrada nos relatórios de avaliação latino-americanos, um exemplo típico é o de número 2 do Ministério de Economia e Finanças do Peru. No documento, é avaliada a gestão orçamentária do ano de 2020, onde logo na capa, é possível perceber que foi realizado por membros que participam da execução da política pública de forma direta ou indireta, ou seja, há uma relação de proximidade entre o avaliador e o operador da política. Na primeira página, consta que a Direção Geral do Orçamento Público - DGPP, enquanto órgão dirigente do Sistema Orçamental Nacional, em cumprimento da regulamentação em vigor, apresenta o Relatório Global de

Gestão Orçamento correspondente ao ano fiscal de 2020, logo, não há dúvidas que o relatório classificado é de cunho *interno*.

A respeito das avaliações de responsabilidade *mista*, percebe-se uma queda brusca de frequência de ocorrência quando em comparação às *externas* e *internas*. Diferentemente dos outros relatórios, onde nas primeiras páginas havia a indicação de um único órgão responsável por realizar a avaliação, no caso das avaliações *mistas*, existiam tantos órgãos relacionados à execução da política, como que não estavam relacionados. Para exemplificar, traz-se o caso do relatório de número 1 do Ministério da Economia do Brasil, onde é realizada a avaliação dos empréstimos realizados pela União ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que é uma empresa pública do país. Na introdução, mais precisamente na página 12, o relatório indica que a avaliação foi supervisionada pela Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP/ME), coordenada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e teve como instituições executoras, além da STN, a Controladoria-Geral da União (CGU).

Com base na amostra utilizada para a análise, no caso das avaliações *participativas*, os países latino-americanos parecem não realizar uma quantidade significativa delas, uma vez que apenas dois casos foram encontrados dentre os 284 relatórios coletados e categorizados. Como já mencionado, existe uma possibilidade de a amostra selecionada não ser totalmente fidedigna à realidade, ou seja, não é possível afirmar categoricamente que há uma inexistência de avaliações participativas na área de Economia/Fazenda na América Latina, por exemplo.

Entretanto, o baixo índice de avaliações *participativas* identificadas chama a atenção. Stufflebeam (2001) assevera que esse tipo de avaliação visa gerar oportunidades de empoderamento através da produção de aprendizados comuns. Em suma, a avaliação *participativa* viabiliza a construção de uma consciência crítica acerca de um dado contexto. Tendo isso em conta, Furtado (2012) afirma que avaliações desse tipo tendem a requerer uma maior paciência, tempo e recursos, do que em avaliações convencionais. Não obstante, a realização de uma maior quantidade de avaliações participativas em países da América Latina poderia suscitar uma maior inclusão de múltiplas perspectivas, aumento da legitimidade e aceitação das recomendações e empoderamento e capacitação das partes interessadas no processo.

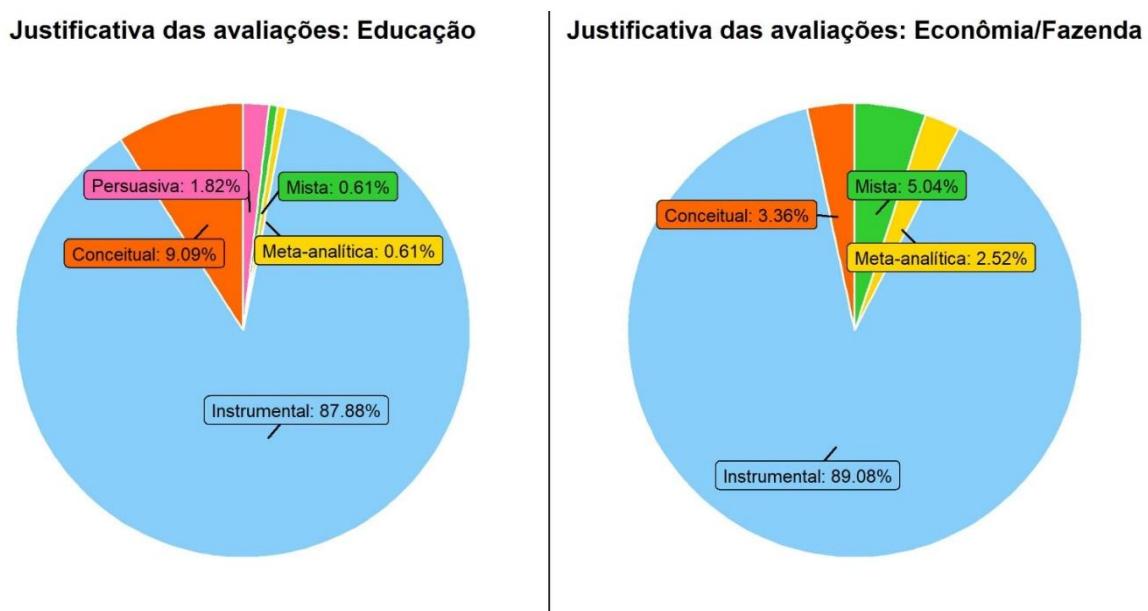
O relatório de número 18 no Ministério da Educação da Argentina, é um caso típico que ilustra de forma excepcional o cenário, uma vez que em sua página 4, traz a equipe responsável

pela avaliação, que é formada por pessoas do *Sistema de Información, Evaluación y Monitoreo de Programas Sociales* (SIEMPRO), uma consultora externa, como é o caso de Viviana Ceresani, equipes de diversas áreas do Ministério da Educação (Direcção Nacional de Avaliação, Informação e Estatísticas Educacionais e Coordenação da Educação Especial, por exemplo), bem como equipes provinciais ligadas à área de educação. Nesse sentido, é válido mencionar que a literatura (já mencionada na fundamentação teórica deste estudo) indica que este método se fundamenta na colaboração entre os diversos agentes envolvidos na política ou programa em avaliação, visando obter percepções dos participantes por meio de uma metodologia predominantemente qualitativa, o que certamente é percebido ao decorrer do relatório.

4.2.5 Justificativa das avaliações

Por fim, a Figura 5 apresenta a Distribuição de frequência dos relatórios quanto à sua justificativa de utilização nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina. Ressalta-se uma vez mais que a categorização *mista* dos relatórios quanto à sua justificativa foi uma opção metodológica deste estudo, visando possibilitar uma melhor categorização dos relatórios. Em geral, os relatórios categorizados como de justificativa *mista* combinavam avaliações de justificativa *instrumental*, *conceitual* ou *persuasiva* em um único documento, fato esse que ensejou a criação da categoria de justificativa *mista*.

Figura 5- Distribuição de frequência dos relatórios quanto à sua justificativa de utilização nos Ministérios/Secretarias da Educação e Fazenda na América Latina



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Finalmente, a justificativa de utilização das avaliações na área da Educação e Fazenda mostra uma predominância esmagadora do uso *instrumental*. Isso sugere que a principal função desses relatórios é fornecer ferramentas ou meios concretos para a execução de políticas públicas ou a gestão financeira do país, onde o pragmatismo e a aplicabilidade direta das informações prevalecem sobre outras discussões.

No caso da Colômbia, diferentemente de todos os outros países (que seguem a tendência do bloco), a justificativa mais presente na área da Fazenda foram as *mistas* (6 relatórios). As avaliações *mistas* de todo o bloco são oriundas do Ministério da Fazenda colombiano, e eram em sua maioria de cunho *instrumental*, *meta-analítica* e *conceitual*, refletindo um foco em utilizar as avaliações como forma de influenciar outras instituições, expandir o conhecimento de atores já envolvidos, bem como para fins práticos e de melhoria.

Por fim, percebe-se que a esmagadora maioria das justificativas de utilização das avaliações na América Latina é majoritariamente *instrumental*, com 251 ocorrências (o que representa 88,38% dos relatórios). Essa dominância do uso *instrumental* das avaliações enfatiza a tendência do bloco para a utilização prática dos resultados das avaliações, buscando impactar de forma positiva e direta a formulação (ou reformulação) e a execução de políticas públicas avaliadas.

Como um típico exemplo de relatório *instrumental*, é possível citar o caso do relatório de número 21 da educação na Argentina. O referido documento trata da avaliação de resultados nacionais de aprendizagem e suas condições, realizado através da prova APRENDER, que é o dispositivo nacional de avaliação da aprendizagem dos alunos e de sistematização de informações sobre algumas das condições em que eles se desenvolvem, no país. Uma vez que a utilização da avaliação para amparar a tomada de decisão, ampliar sua área de abrangência, modificar a forma como é executado ou quem o executa é categorizada como *instrumental*, e o a prova APRENDER tem por objetivo sistematizar informações sobre aprendizagem, fica claro que o intuito do referido relatório de resultados possui esse caráter. Ao avaliar o desempenho dos alunos, certamente emergem pontos fortes e pontos fracos no processo de ensino, que amparam os tomadores de decisão e podem resultar em mudanças na forma de lecionar, por exemplo.

No que diz respeito às avaliações de cunho *conceitual*, é possível citar o exemplo da educação na Argentina, de número 33, onde é avaliada a opinião dos estudantes da educação primária sobre a sua aprendizagem no ano de 2021. Uma vez que a utilização *conceitual* ocorre quando há uma mudança na compreensão e melhora da percepção dos envolvidos na temática

do programa, e o intuito do referido relatório, como consta na introdução (página 8) é, além de outras coisas, “promover, através da aplicação do questionário, um processo de reflexão, nomeadamente sobre a própria aprendizagem e os efeitos subjetivos da emergência sanitária no contexto escolar” (tradução livre), torna-se perceptível que trata-se de um relatório de caráter *conceitual*.

No que diz respeito aos relatórios de justificativa *mista*, um bom exemplo que caracteriza essa catalogação é o caso do relatório de número 35 na área da educação da Argentina, onde um dos aspectos da prova APRENDER no ano de 2021 é abordado, mais especificamente, a partir da análise dos questionários complementares dos alunos e dos diretores, foram abordados aspectos relacionados à convivência escolar e à Educação Sexual Integral. Vale ressaltar que a figura *mista* não faz parte do rol de justificativas elencadas pela literatura científica na seara de avaliação de políticas públicas, mas sim, uma forma de categorização criada para melhor tratar os dados coletados na pesquisa documental da presente pesquisa.

O capítulo dois (2) do relatório 35 investiga a dimensão da vida escolar a partir das percepções e opiniões dos alunos e dos gestores. Na perspectiva dos alunos, foram analisados o prazer de frequentar a escola, os vínculos que mantêm com os colegas e a existência de situações de violência e discriminação vivenciadas na sua escola. Na perspectiva dos diretores das escolas, foram desenvolvidas a análise das situações de violência e discriminação, dos fatores de convivência que afetam os processos de ensino e aprendizagem e dos mecanismos institucionais para enfrentá-los. Nesse sentido, fica nítido que há um enfoque na mudança da compreensão e melhora da percepção dos envolvidos na temática do programa, característica da utilização *conceitual*. Não obstante, esses dados foram catalogados e transformados em informações úteis para os tomadores de decisão, onde aspectos de convivência estudiantil foram cruzados com informações de desempenho dos alunos, de modo que modificações na forma como são executadas as políticas estudiantis poderiam ser empregadas, sendo um aspecto clássico de utilização *instrumental* da avaliação.

Para exemplificar o caso dos relatórios *meta-analíticos*, um que não poderia ser mais icônico é o de número 21 da educação no Equador. Neste relatório, ocorre a Sistematização das boas práticas de avaliação educacional no Sistema Nacional de Educação do país durante a pandemia da COVID-19, que por meio da geração de dados e informações compiladas de diversos programas que abordam a temática avaliativa no âmbito da educação, possibilita um

acúmulo de conhecimento que pode ser utilizado posteriormente, bem como influenciar outras instituições a realizarem práticas semelhantes. Sem contar a introdução, metodologia e conclusões, o relatório está dividido em três (3) seções, que abordam respectivamente experiências avaliativas na educação inicial, básica e superior. Logo na introdução, o relatório dispõe que a iniciativa procura demonstrar práticas com impacto na aprendizagem dos alunos, e promover a melhoria da qualidade educativa a partir de experiências concretas, promovidas por professores do país.

Finalmente, para exemplificar os casos de relatórios como *instrumento persuasivo* (ou de avaliação *persuasiva*, como foi categorizada no quadro de análise), traz-se o exemplo do relatório de número 8 da educação na Colômbia, que é uma avaliação realizada através de um estudo acadêmico (portanto, externo) do Programa de Incentivo aos Professores. Uma descoberta paralela durante a realização da categorização dos relatórios, é que todos os quatro (4) documentos categorizados como *persuasivos*, são de origem externa, o que possivelmente se explica pelo fato de que avaliadores desvinculados à implementação da política têm uma maior autonomia para buscar apoiadores e pressionar a implementação das prescrições propostas no relatório. Utilizando-se de citações de estudos anteriores, os próprios resultados encontrados e defendendo que existem opiniões contrárias e favoráveis à forma como o programa é realizado, os autores do estudo avaliativo asseveram que o programa deveria implementar algumas prescrições indicadas. Por se embasarem em outras referências, bem como por trazerem opiniões de senso comum, os autores buscam trazer uma maior legitimidade às mudanças prescritas, o que indica ainda mais essa utilização *persuasiva* da avaliação.

Embora a justificativa *instrumental* para as avaliações seja predominante no bloco, ressaltando uma visão pragmática das mesmas como ferramentas para aprimoramento prático das políticas e programas públicos ofertados, a presença de algumas justificativas *conceituais* no México e no Equador sugere um reconhecimento da importância da mudança da compreensão e melhora da percepção dos envolvidos na temática do programa e da clarificação de conceitos e processos no desenvolvimento e na avaliação das políticas públicas. Essa diversidade nas justificativas para as avaliações reflete um equilíbrio entre a busca por resultados práticos e um interesse no desenvolvimento teórico e conceitual subjacente às práticas de avaliação.

De forma geral, as tipologias mais valorizadas pelo grupo latino-americano refletem um prisma voltado para a melhoria contínua das políticas públicas, com uma preferência por

métodos quantitativos e um aspecto de responsabilidades internas e externas, realizando avaliações eminentemente instrumentais e visando resultados. Em contraste, as tipologias menos valorizadas indicam uma menor ênfase em avaliações que se concentram em métodos estritamente qualitativos e justificativas puramente conceituais. Com a análise desses padrões, é possível elencar as abordagens e prioridades nos processos de avaliação de políticas públicas implementadas nos países estudados.

4.3 PANORAMA COMPARADO

Nesta seção, é abordado um panorama comparado das áreas nos países estudados, de modo a perceber as peculiaridades de cada país e identificar se existe alguma variação na forma como são realizados os processos avaliativos em cada um deles, bem como nas duas áreas de política estudadas.

Para que fosse possível traçar um panorama latino-americano acerca das tipologias e metodologias de avaliação utilizadas e relacioná-lo com as Ondas de Difusão de Avaliação de Vedung (2010) e nas Cinco Gerações de Avaliação de Guba e Lincoln (1989), todos os resultados já apresentados foram levados em consideração, de modo que uma visão holística do cenário avaliativo na América Latina fosse engendrada.

Esta seção traz algumas das principais peculiaridades de cada país, de modo que seja possível comparar como cada um realiza suas avaliações e qual Onda de Difusão de Avaliação ou Geração de Avaliação melhor se encaixa no perfil de cada unidade de análise.

Dentre os sete países estudados nesta pesquisa, o Peru é o único país que apresentou mais avaliações de natureza *somativa* do que *formativa*.

O México foi o país que mais demonstrou avaliações de *desenho*. De todos os relatórios (284), o México apresentou 25 das 26 avaliações de *desenho* categorizadas. O outro único país que empreendeu uma avaliação de *desenho* no período analisado e que constasse no site oficial dos Ministérios foi o Peru (que possuiu apenas uma avaliação deste tipo).

Os relatórios de conteúdo *misto* (denominação adotada nesta pesquisa para processos que reúnem distintas avaliações em um único documento) ocorreram em todos os países estudados, à exceção do Equador e do Peru. Nesta seara, o Chile foi a unidade de análise que mais conteve relatórios, com 33 dos 56 documentos categorizados no país.

Ainda no tocante ao conteúdo, Argentina e México foram os países que mais demonstraram uma maior variação nos métodos de avaliação utilizados, possuindo relatórios que abarcam quase todas as categorias.

Quanto ao método, o Chile e o Peru foram os países que mais apresentaram uma discrepância nas distribuições de frequência. Enquanto países como a Argentina, Colômbia e México apresentam distribuições mais equilibradas entre os três métodos (*qualitativo*,

quantitativo e *misto*), a esmagadora maioria das avaliações chilenas se utilizam de uma metodologia de caráter *misto*, enquanto a maior parte das avaliações peruanas (no que tange ao método), são de caráter *quantitativo*.

De todos os países estudados, apenas a Argentina conteve relatórios com responsabilidade *participativa*. Entretanto, o país apresentou apenas dois (2) relatórios deste tipo, ou seja, apenas dois (2) dos 284 relatórios que compõem a amostra deste estudo, possuem uma elaboração *participativa*. Nesse sentido, pode-se perceber que falta um viés mais pluralista e coparticipativo nas avaliações de políticas públicas empregadas em países latino-americanos.

Como já aludido anteriormente, a maioria das avaliações de políticas públicas no bloco são de responsabilidade *externa* (cerca de 54%), contudo, dois países demonstraram uma diferença nessa tendência. No caso da Argentina e do Peru, a grande maioria das avaliações são realizadas de maneira interna. Também é válido mencionar que as 62 avaliações que compõem a amostra deste estudo no México, são de responsabilidade *externa*, ou seja, o país não apresentou nenhuma outra forma de avaliação nesta seara.

Por fim, a justificativa de utilização das avaliações se distribuiu de maneira bastante equânime entre os países. A categoria *instrumental* ocorreu em quase 90% das avaliações, sendo um dado bastante chamativo, visto que dentre todas as tipologias de avaliação, apenas a justificativa possuiu maioria tão significativa. Ainda assim, é possível chamar atenção para alguns aspectos, como por exemplo o fato de que a Argentina demonstrou um número considerável de avaliações de justificativa *conceitual* (12 das 59 observadas no país). Nesse mesmo sentido, a Colômbia apresentou uma justificativa *mista* em 6 das 27 avaliações categorizadas.

Traçado este cenário, partir-se-á para a relação entre os resultados obtidos ao longo de toda a pesquisa (desde a categorização dos relatórios até os cálculos das ocorrências de cada tipologia estudada), as Ondas de Difusão de Avaliação de Vedung (2010) e as Quatro Gerações de Avaliação de Guba e Lincoln (1989). Com isso, tem-se por intuito posicionar cada país e cada área em uma das ondas ou gerações, enriquecendo ainda mais o panorama latino-americano traçado.

A análise dos relatórios na **Argentina** destaca uma abordagem pragmática e orientada para resultados, tanto na Educação, quanto na Economia/Fazenda. Contudo, dentre todos os países estudados, a Argentina é a que mais apresenta avaliações de justificativa *conceitual* (que

representam 20% dos relatórios do país), principalmente na área da educação. Uma vez que, segundo Weiss (1998), esse tipo de avaliação visa alterar a compreensão e melhorar a percepção dos envolvidos na temática do programa, é possível dizer que o país foi o que mais demonstrou aspectos referentes à segunda onda (orientada ao diálogo), devido aos aspectos mais plurais envolvidos nas justificativas das avaliações. Não obstante, a quarta onda de difusão de avaliação de Vedung (2010) dá a tônica no país, visto que o conteúdo avaliado é, geralmente, utilizado para aferir os resultados das políticas e diretrizes e a justificativa de utilização da avaliação alicerça-se no amparo da tomada de decisão.

No que tange às Gerações de Avaliação (Guba e Lincoln, 1989), posto que o país é o único que conta com a presença de relatórios com responsabilidade participativa (ainda que essa presença seja irrisória), bem como uma boa taxa de relatórios de justificativa *conceptual*, percebe-se aspectos da quarta geração de avaliação, que valoriza uma participação mais ativa dos stakeholders.

Como já mencionado, visto que no **Brasil** não foi possível angariar uma quantidade considerável de relatórios, é nítido que todas as análises empregadas possuem um claro desvio da realidade, levando em consideração a exígua amostragem. Entretanto, com base nos resultados do país em ambas as áreas de política pública, o Brasil demonstra claras características da quarta onda de difusão de avaliação (onda da evidência: o retorno da experimentação) e da segunda geração de avaliação, uma vez que se percebe um enfoque em compreensão mais ampla e descritiva dos processos (visto que há mais avaliações de conteúdo *misto, insumos e processos* do que de *resultado*).

No **Chile**, as duas áreas se valem de um método *misto*, e há uma prevalência de relatórios de *resultado* e de conteúdo *misto* (que como aludido anteriormente, combinam avaliações de *resultado* com outros tipos). Da mesma forma, as avaliações *instrumentais* são as mais presentes, sugerindo uma abordagem que pode estar na quarta onda de difusão de avaliação (onda da evidência), focada em revisões sistemáticas e baseadas em evidências. Vale ressaltar que em ambas as áreas, o país demonstrou um equilíbrio na responsabilidade (possuindo apenas avaliações *internas e externas*).

Quanto às gerações de avaliação, a abordagem mista tanto na metodologia quanto no conteúdo pode indicar aspectos da segunda geração, com ênfase na alteração do foco de uma mera medição, para uma maior percepção dos processos que envolvem a seara avaliativa.

A **Colômbia** apresenta uma distribuição equilibrada entre métodos *quantitativos* e *mistas* (possuindo apenas 1 relatório *qualitativo*), tal qual o Chile. Quanto ao seu conteúdo, 21 relatórios são de *resultado* (que representam 70% dos relatórios do país). Em suma, a educação colombiana destaca-se pelo uso exclusivo de avaliadores externos e uma abordagem diversificada aos métodos de avaliação, enquanto na área de Economia/Fazenda, a preferência por métodos quantitativos e uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades de avaliação refletem uma abordagem mais pragmática. Destarte, é possível sugerir que o país denota aspectos correlatos à quarta onda de difusão de avaliação.

A Colômbia ostenta uma grande presença de justificativas *instrumentais* e *mistas* na amostra estudada, entretanto, a área da educação no país também apresentou dois relatórios com justificativa *persuasiva* (avaliação como instrumento de persuasão). Segundo Weiss (1998), a avaliação *persuasiva* possui o propósito de aprofundar o entendimento de indivíduos que já apoiam as alterações e propostas de melhoria no programa avaliado, o que claramente encontra eco nas características da quarta geração de avaliação. Como já mencionado, Guba e Lincoln (1989) expõem que a quarta geração de avaliação é alicerçada em um modelo naturalista e construtivista, que requer uma abordagem mais inclusiva e participativa. Destarte, há uma maior participação dos *stakeholders* e demais atores afetados pela avaliação, o que a torna um processo de negociação contínua entre todas as partes interessadas (visando a construção de uma compreensão consensual).

A área da Economia/Fazenda na Colômbia possui um enfoque de conteúdo *misto* em sua avaliação, demonstrando a busca pela mensuração dos resultados obtidos como enfoque principal, mas aliando aspectos de *processo* e *insumos*. Com uma preponderância metodológica *quantitativa*, a referida área possui aspectos análogos à quarta onda de difusão de avaliação e a primeira geração de avaliação.

No **Equador**, tanto na educação quanto na economia, há uma preponderância de relatórios de *resultado* e um alto índice de avaliações *instrumentais* (que figuram em 96% dos relatórios). Nesse sentido, ambas as áreas demonstram características essenciais da quarta onda, com uma ênfase em avaliações mais simples e menos integradas. Uma vez que, segundo Vedung (2010), adeptos da quarta onda demandam que os serviços e programas governamentais sejam balizados no sucesso e no êxito deles, ou seja, com base em evidências que comprovem esse resultado, os dados do Equador claramente indicam uma boa presença de aspectos deste movimento.

O foco em avaliações *quantitativas* e a falta de uma abordagem mais inclusiva sugerem que o país se encontra na segunda geração de avaliação, com ênfase nos métodos quantitativos e quase-experimentais.

Apesar do México se destacar pela realização de avaliações de *desenho*, o país também possui avaliações de *resultado*, *processo* e de conteúdo *misto*. Visto que as avaliações das duas áreas sejam em sua grande maioria de justificativa *instrumental* (88%, com os dados agregados), certamente o México possui claros aspectos relativos a quarta onda de difusão de avaliação. Entretanto, a área da educação do país conta com algumas avaliações *conceituais* (totalizando cerca de 22,8%), o que certamente também denota características da segunda onda de difusão (orientada ao diálogo), visto que a avaliação de justificativa *conceitual* detém um viés mais pluralista no desenvolvimento do processo avaliativo. Não obstante, a área da educação do país também conta com a presença de um relatório *persuasivo*, o que reforça ainda mais o panorama descrito.

A diversidade de conteúdos avaliados, aliada à presença preponderante de uma responsabilidade eminentemente *externa* das avaliações tanto na educação quanto na economia, são elementos passíveis de serem relacionados à segunda geração de avaliação, que enfatiza aspectos mais descritivos dos processos e resultados, ampliando as perspectivas do processo avaliativo. Apesar disso, como já mencionado, a presença de justificativas *conceituais* e *persuasivas* (ainda que em menor número), também podem significar a presença de aspectos referentes a quarta geração de avaliação, que requer uma abordagem mais inclusiva e participativa na produção da avaliação.

Por fim, como já mencionado, o **Peru** apresenta mais avaliações de natureza *somativa* do que *formativa*, sendo o único país a apresentar esse aspecto. Possuindo uma menor presença de avaliações de *resultado*, e um alto índice de avaliações *instrumentais*, as duas áreas de política pública do Peru também demonstram uma maior presença de aspectos da quarta onda de difusão de avaliação.

Diferentemente das outras unidades de análise, o país também foi o único que demonstrou uma maioria de relatórios de avaliação de *processo* (representando 70% das avaliações empreendidas no período). Com a predominância de avaliações quantitativas e tendo em vista o cenário descrito, é possível perceber uma aproximação do país com a segunda geração, que segundo Guba e Lincoln (1989), valoriza a contextualização dos processos e resultados no desenvolvimento das avaliações, reconhecendo a importância do ambiente e do

contexto no qual os programas são implementados. Neste aspecto, o processo avaliativo se torna não apenas uma mera ferramenta de medição como na primeira geração, mas um instrumento capaz de identificar as condições que influenciam na obtenção dos resultados de uma política ou programa.

O panorama das avaliações de políticas públicas na América Latina revela uma certa propensão significativa nas abordagens e metodologias adotadas pelos países da região. Embora exista uma tendência predominante de avaliações de natureza *formativa*, com conteúdo *misto*, de *processos* ou de *resultado*, com responsabilidades que variam entre *interna* e *externa*, e de justificativa *instrumental*, alguns países como Argentina e México se destacam por uma maior diversidade de métodos utilizados, enquanto Chile e Peru apresentam uma concentração mais específica. A Argentina, por ser o único país a incluir relatórios *participativos* e o que mais apresentou relatórios de conteúdo *conceptual*, demonstra uma presença de aspectos da segunda onda de difusão de avaliação, bem como a quarta geração de avaliação, refletindo uma abordagem mais pluralista, mas ainda muito orientada para resultados. Por outro lado, países como Equador e Peru estão mais alinhados com a primeira e segunda geração de avaliação, priorizando métodos quantitativos e quase-experimentais. Este cenário aponta para uma evolução homogênea das práticas avaliativas na região, indicando a necessidade de uma maior integração e desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e contextualizadas para fortalecer a eficácia das políticas públicas no contexto latino-americano.

Como já mencionado, Vedung (2010) afirma que a quarta onda de difusão de avaliação intitulada pelo autor de “onda da evidência: o retorno da experimentação” influenciou principalmente os países nórdicos e do Atlântico Norte. Entretanto, como asseverado na presente pesquisa, no que tange às áreas de Educação e Economia/Fazenda, boa parte dos maiores países latino-americanos se valem de processos de avaliação racionalistas e *instrumentais*, com base em evidências que comprovem esse resultado, de modo que seja mais fácil verificar se os programas avaliados devem ser alterados ou descontinuados.

Destarte, torna-se possível verificar que, através de uma forte presença de períodos ditoriais, que ocorreram em todos os países elencados, e influência de organismos internacionais, há uma preponderância de tipos de avaliação orientadas por análises custo-benefício e visando projeções de resultados. Outrossim, foi percebido que, uma vez que aspectos das diferentes ondas de difusão de avaliação e gerações terem sido identificados, é possível dizer que os mesmos ocorrem de forma tautócrona, isto é, simultaneamente, visto que

é possível identificar traços de várias das teorias mencionadas. Nesse sentido, ainda que em uma proporção maior ou menor, boa parte das características das ondas de difusão e gerações de avaliação encontram-se de alguma maneira presentes na administração pública latino-americana. Portanto, não é possível afirmar categoricamente que certa área ou certo país encontra-se em uma determinada onda ou geração de avaliação.

Contudo, é possível afirmar que há uma clara falta de incentivo à participação dos beneficiários ou usuários na avaliação das políticas públicas tanto na educação quanto na área de economia/fazenda em países latino-americanos. Este estudo não visa invalidar o método positivista, pois entende-se que avaliações pautadas nesse viés são de extrema importância, entretanto, comprehende-se que um maior número de avaliações que envolvam a plena participação dos atores envolvidos no processo poderia trazer outros pontos de vista que por vezes, não são considerados em metodologias mais tradicionais.

Segundo Freitas (2015), o entusiasmo gerado pela relevância da participação popular em processos de descentralização político-administrativa e pela ampliação das oportunidades de democratização na gestão das políticas sociais pertence ao passado. Hoje em dia, os desafios estão ligados à sua implementação, devido às controvérsias teóricas, práticas e político-ideológicas que permeiam essa questão.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar como ocorrem os processos avaliativos de políticas públicas nos governos nacionais da América Latina. Com isso, visou contribuir para o campo de estudos da administração pública e avaliação de políticas públicas, dando ênfase às tipologias de avaliação empregadas. Destarte, delimitou-se como campo de pesquisa, os sete maiores países latino-americanos (com exceção da Venezuela, por motivos já mencionados), compostos por uma diversidade de elementos e passíveis de múltiplas possibilidades de análise.

Este estudo revela um precioso mosaico de abordagens no âmbito da avaliação de políticas públicas nos setores da Educação e Economia/Fazenda dos países latino-americanos. É senso comum que as avaliações devem ser utilizadas como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua dos programas públicos. Da mesma maneira, é sabido que cada país adota um modelo a ser utilizado, baseado em sua cultura, crenças ideológicas, questões políticas e influências externas. Este estudo não apenas contribui para o entendimento das práticas de avaliação como manifestações de contextos socioculturais específicos, mas também destaca a riqueza decorrente da análise comparada dessas realidades.

Primeiramente, ao estudar o estado da arte acerca da avaliação de políticas públicas na América Latina através da leitura de artigos científicos e livros, foi possível identificar e compreender as principais características dessas modalidades avaliativas, bem como suas distinções e peculiaridades. Nesse sentido, foi elaborada uma fundamentação teórica capaz de detalhar os conceitos essenciais do campo avaliativo e destacar a importância dos distintos tipos de avaliação existentes.

De modo a analisar comparativamente a diferença na adoção das diferentes tipologias de avaliação de políticas públicas nos Ministérios ou Secretarias de Educação e Economia/Fazenda dos governos nacionais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru, foi realizada uma pesquisa documental nos *sites* oficiais dos referidos órgãos e todos os relatórios encontrados entre os anos de 2013 e 2024 foram categorizados em um quadro, de modo que fosse possível obter uma visão comparativa das modalidades de avaliação utilizadas nos diferentes países e Ministérios ou Secretarias.

Ao todo, foram analisados 284 relatórios, sendo que destes, 165 eram sobre educação (o que resulta em um total de 119 relatórios da Fazenda). Um achado secundário da pesquisa decorre da análise dessa conjuntura, posto que, ao que parece, há uma maior ênfase na realização de avaliações da seara educacional quando comparada com a econômica. Isso pode se dar por múltiplos motivos: (I) o recorte temporal da pesquisa (uma vez que essa realidade pode não se comprovar quando outros períodos são analisados); (II) a pasta de Economia/Fazenda geralmente é responsável por realizar avaliações de outras políticas e programas de outros Ministérios, o que prejudica a realização de um número maior de avaliações focalizadas na área; (III) os estudos de avaliação de políticas públicas em áreas sociais pautam-se muito nos estudos de avaliação na área da educação, fato que certamente também pode contribuir para essa disparidade.

Cabe citar que em um primeiro momento, o trabalho objetivava analisar de forma censitária todos os relatórios de avaliação de política pública constantes nos sítios eletrônicos dos Ministérios/Secretarias de governo a nível nacional dos sete países abordados, contudo, no momento da coleta dos documentos, foi percebida uma extensa quantidade de relatórios, fato que impossibilitaria a consecução do objetivo, dado o tempo disponível para esta etapa. Portanto, optou-se por realizar um recorte temporal de 10 (dez) anos, entre 2013 e 2024 (apenas alguns meses), de modo que houvesse material suficiente para análise, mas sem comprometer o desenvolvimento do estudo.

Visando compreender quais são as tipologias de avaliação mais utilizadas nas duas áreas estudadas, foi utilizado um conjunto de ferramentas qualitativas que proporcionassem essa constatação. Coadunando a pesquisa documental e categorização dos relatórios, foi possível criar um banco de dados com todos os documentos relacionados, de modo que as frequências de ocorrência de cada tipologia foram aferidas, o que provedu um alicerce sólido para a análise.

Assim como em vários países ao redor do mundo, a influência dos organismos internacionais no cenário atual da América Latina também é evidente. Tanto o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento quanto o Banco Mundial tiveram um papel proeminente, resultando em impactos visíveis na infraestrutura e no desenvolvimento de programas. Desde os anos 1980, a dívida externa dos países tem sido negociada diretamente com organismos internacionais de financiamento, por meio de empréstimos condicionados e diretrizes de reforma impostas por essas organizações. A título de exemplo, um dos maiores empréstimos já concedidos pelo FMI foi para a Argentina. Além disso, de acordo com

Rodriguez-Acosta e Rosenbaum (2020, p. 86), os países latino-americanos ainda recebem apoio massivo dessas instituições, bem como de agências nacionais, como forma de ampliar e melhorar a implementação de políticas públicas. Além dos organismos citados, é possível destacar o papel crucial de entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No tocante às tipologias de avaliação mais utilizadas, ainda que a pasta tenha demonstrado um número maior de avaliações de conteúdo conceitual, percebe-se a área de Educação demonstra uma clara preferência por realizar avaliações de *resultado* (mais de 50% das avaliações realizadas no período). Nesse sentido, ao contrário do que se esperaria, a pasta da Educação em países latino-americanos tende a relegar justamente a importância ressaltada por Guba e Lincoln (1989) de captar elementos humanos, políticos, sociais e culturais, para além dos aspectos tradicionalmente averiguados nos processos avaliativos.

O panorama das avaliações de políticas públicas na América Latina demonstra uma boa variação nas abordagens e metodologias utilizadas pelos países da região. Nota-se que, apesar da predominância de avaliações *formativas*, com conteúdo *misto*, de *processos* ou *resultados*, responsabilidades distribuídas entre *internas* e *externas* e uma justificativa de utilização eminentemente *instrumental*, existem algumas particularidades e desvios de tendência como nos casos da Argentina e do México. Em contraste, Chile e Peru mostram uma concentração metodológica mais específica. A Argentina destaca-se pela inclusão de relatórios *participativos* e de conteúdo conceitual, sinalizando aspectos que remontam à quarta onda de difusão e à quarta geração de avaliação, o que reflete uma abordagem mais pluralista, ainda que não se possa negar o pujante enfoque na mensuração de resultados (típicos das primeiras ondas e gerações). Em oposição, Equador e Peru tendem a demonstrar uma predominância de características da primeira e a segunda gerações de avaliação, dando preferência a métodos quantitativos e quase-experimentais. Este quadro revela uma evolução desigual das práticas de avaliação na região, indicando a necessidade de maior integração e desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e adaptadas ao contexto local, visando fortalecer a eficácia das políticas públicas na América Latina.

Como já mencionado, já é senso comum que a participação nos processos avaliativos é extremamente importante. Nesse sentido, o desafio atual reside em como viabilizar a efetiva participação dos sujeitos impactados diretamente por esses processos, o que certamente já é

discutido no meio acadêmico, mas que, ao que parece, não se reflete de forma pujante na realidade latino-americana.

É possível perceber, portanto, que tanto as Ondas de Difusão de Avaliação de Vedung (2010) quanto as Gerações de Avaliação (Guba e Lincoln, 1989) não se desenvolveram de forma equânime em países latino-americanos, visto que as ondas (em especial a terceira e quarta) e as gerações posteriores (mais especificamente a terceira e quarta) não foram muito verificadas (ainda que seja possível perceber alguns tipos de avaliação que apresentem características dessas teorias).

Além da já mencionada restrição temporal, outras limitações do estudo que podem ser mencionadas são: A pequena quantidade de relatórios em ambos os Ministérios no Brasil e no Ministério da Fazenda do Equador; a restrição de acesso a dados, pois alguns documentos necessitavam de login e senha com base nas informações pessoais constantes nos documentos de identificação de cada cidadão nos respectivos países. Ainda nesse mesmo sentido, é possível assinalar que alguns sites não possuem um fácil acesso aos relatórios, fato esse que, para além de dificultar estudos como este, também são um complicador de processos de transparência e controle social nas democracias analisadas. Inúmeras vezes, ao clicar em um relatório de avaliação de política pública no Brasil, o *site* era redirecionado a uma página que informava nenhum resultado encontrado, ou ainda, que o documento era de acesso restrito. O trabalho abordou apenas a relação entre as áreas de política pública e os processos avaliativos a nível nacional, ou seja, não abarcam de forma ampla os processos de avaliação de políticas públicas em diferentes níveis. Nesse sentido, futuros estudos poderiam compreender esse aspecto, de modo a tornar os achados ainda mais relevantes.

Vale ressaltar que, visto a forma como os relatórios foram categorizados, pode haver alguma variação, por se tratar de um aspecto por vezes, interpretativo. Neste sentido, sugere-se que futuros estudos revisem e/ou recategorizem os relatórios, ou ainda, ampliem o lapso temporal estudado, de modo a confirmar ou alterar os achados desta dissertação e verificar se houve uma relação escorreita ou se os países podem ser posicionados em outras ondas e gerações de avaliação.

Esta dissertação certamente não esgota as lacunas teóricas identificadas na literatura e asseveradas na introdução da pesquisa, tampouco visa enquadrar os países estudados em modelos teóricos de forma limitada. Nesse sentido, o intuito do estudo é de ampliar as perspectivas e possibilidades de contribuição para o campo da Administração Pública. Esses

aspectos parecem longe de um entendimento fleumático e a produção de conhecimento acadêmico-científico será capaz de solucioná-los adequadamente se combinar múltiplos aspectos teóricos e práticos sobre políticas públicas e os processos avaliativos que as envolvem, através da elaboração de estudos comparativos nas áreas de administração pública em distintos países ao redor do globo.

6 REFERÊNCIAS

- AGRESTI, Alan. **An Introduction to Categorical Data Analysis**. 3rd ed. Wiley, 2018.
- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ALUJAS, Alvaro Vicente Ramírez. **Modernizacion de la gestion publica: El caso chileno (1994 - 2000)**. Universidad de Chile. p. 3-49, 2001.
- AMANN, Ron. Foreword, 2000. In: DAVIES, Huw TO; NUTLEY, Sandra M.; SMITH, Peter. Introducing evidence-based policy and practice in public services, 2000. In: DAVIES, Huw TO; NUTLEY, Sandra M. (Ed.). **What works?: Evidence-based policy and practice in public services**. Policy Press, 2000.
- ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Quantitative Methods for Business**. Cengage Learning, 2016.
- ANDERSON, Scarvia B.; BALL, Samuel. **The Profession and Practice of Program Evaluation**. 1^a edição. 1978.
- ANDRENACCI, Luciano; FALAPPA, Fernando; LVOVICH, Daniel. Acerca del Estado de Bienestar en el peronismo clásico (1943-1955). Bertranou, Julián, et al. Compiladores. **El país del no me acuerdo.(Des) memoria institucional e historia de la política social en Argentina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.
- ARGENTINA. [Constituição (1995)]. Constitucion De La Nacion Argentina, 1995 Disponível em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm> >. Acesso em: 07 de julho, 2023.
- ARIAS TRUJILLO, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Ediciones Uniandes-Universidad de los Andes, 2011.
- ARRETCHE, Marta. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- AYALA MORA, Manuel Enrique. **Resumen de historia del Ecuador**. Corporación Editora Nacional, 2008.

BAGARANI, Massimo. **Applying multicriteria analysis in on-going evaluation of EU structural programmes.** Yildiz Social Science Review, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2015.

BARROS, Antônio. Os presidentes da República Velha. **Agência Câmara de Notícias**, 2006. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/93698-os-presidentes-da-republica-velha/>>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

BARROS, Pedro Silva; HITNER, Verena. **A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos.** Oikos, v. 9, n. 2, 2010.

BAZANT, Jan; ORTIZ MENA, Antonio. **Historia de la deuda exterior de México.** México, El Colegio de México, 1968.

BELLER, Susan Provost. **The aftermath of the Mexican Revolution.** Twenty-First Century Books, 2008.

BISHOP, Yvonne M.; FIENBERG, Stephen E.; HOLLAND, Paul W. **Discrete Multivariate Analysis: Theory and Practice.** Cambridge, MA: MIT Press, 1975.

BIZZARRO, Salvatore. **Historical dictionary of Chile.** Rowman & Littlefield, 2005. p. 253-399.

BOZEMAN, Barry; PANDEY, Sanjay K. **Public management decision making: Effects of decision content.** Public administration review, v. 64, n. 5, p. 553-565, 2004.

BOZZI, Sonia O. **Evaluación de la Gestión Pública: conceptos y aplicaciones em el caso latinoamericano.** Brasília, Revista do Serviço Público, ano 52, n.1, jan./mar., 2001.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 11 de julho, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 de julho, 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, nov. 1995.

BROOME, André; HOMOLAR, Alexandra; KRANKE, Matthias. **Bad science: International organizations and the indirect power of global benchmarking.** European journal of international relations, 2018, vol. 24, no 3, p. 514-539.

BUCHENAU, Jürgen. **Plutarco Elias Calles and the Mexican Revolution**, 2007.

BUENO, Eduardo. **Brasil, uma história**. Rio de Janeiro. Leya, 2012.

CAMP, Roderic Ai. **Crossing swords: Politics and religion in Mexico**. Oxford University Press, USA, 1997.

CANTÚ, Hugo Alejandro Concha. The Justice System: Judiciary, Military, and Human Rights, 2006. In: RANDALL, Laura (Ed.). **Changing structure of Mexico: Political, social, and economic prospects**. ME Sharpe, 2006.

CARDOZO, Nelson; CURTI, Guillermina (Compiladores). **Políticas públicas comparadas em América Latina: discussões teóricas e ação governamental em tempos turbulentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Ciência Política: UNR Editora, 2024.

CARVALHO, Thales Leonardo; FERNANDES, Jéssica Silva; DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **Organizações Internacionais e Políticas Públicas Nacionais variáveis organizacionais e instrumentos de difusão**. 2021.

CHILE. [Constituição (1980)]. Constitución Política De La República De Chile, 1980. Disponível em: <https://www.camara.cl/camara/doc/leyes_normas/constitucion_politica.pdf>. Acesso em: 07 de julho, 2023.

COERVER, Don M.; PASZTOR, Suzanne B.; BUFFINGTON, Robert. **Mexico: an encyclopedia of contemporary culture and history**. ABC-CLIO, 2004. p. 403-408.

COHEN, Jacob. **Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences**. 2nd ed. Routledge, 2013.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **A garbage can model of organizational choice**. Administrative Science Quarterly, v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

COLÔMBIA. [Constituição (1991)]. Constitución Política de la República de Colombia, 1991. Disponível em: <<http://www.secretariosenado.gov.co/constitucion-politica>>. Acesso em: 07 de julho, 2023.

COLOMBO, Sylvia. Quatro anos depois, Sebastián Piñera reassume Presidência do Chile. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/quatro-anos-depois-sebastian-pinera-reassume-presidencia-do-chile.shtml>>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto. **La economía argentina bajo los Kirchner: una historia de dos lustros**. 2013.

DANIELS, Joe Parking. Colombia tribunal reveals at least 6,402 people were killed by army to boost body count. **The Guardian**, 2021. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2021/feb/19/colombia-farc-tribunal-false-positives>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

DAVIES, Huw TO; NUTLEY, Sandra M.; SMITH, Peter. Introducing evidence-based policy and practice in public services, 2000. In: DAVIES, Huw TO; NUTLEY, Sandra M. (Ed.). **What works?: Evidence-based policy and practice in public services**. Policy Press, 2000.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. Planeta, 2010.

DELPAR, Helen. Mexican Culture, 1920–45, 2010. In: BEEZLEY, William H.; MEYER, Michael (Ed.). **The oxford history of Mexico**. Oxford University Press, 2010.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em:<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/461/%20historia%20social_da%20argentina%20contemporanea>. Acesso em: 04/07/2023.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. New Jersey: Prentice Hall, 1972.

EQUADOR. [Constituição (2008)] Constitucion de la Republica del Ecuador 2008. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf. Acesso em: 20 de julho, 2023.

FARIA, Carlos A. P. de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out. 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1994.

FEINSTEIN, O. **La institucionalización de la evaluación de políticas públicas en América Latina.** Presupuesto y Gasto Público, 68, p. 41-52, 2012.

FERREIRA, Juliana Carvalho; PATINO, Cecilia Maria. O que realmente significa o valor-p?. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 485-485, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-37132015000000215>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FIELD, Andy. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics.** 5th ed. Sage Publications, 2017.

FITZPATRICK, J et al. **A New Look at Comparative Public Administration: Trends in Research and an Agenda for the Future.** Public Administration Review, University of Colorado Denver, v. 71, 6, p. 821-830, nov. 2011.

FITZPATRICK, Jody L.; SANDERS, James R.; WORTHEN, Blaine R. **Program evaluation: Alternative approaches and practical guidelines.** 4^a edição, 2012.

FREITAS, Leana Oliveira. **Políticas públicas, descentralização e participação popular.** Revista Katálysis, v. 18, n. 1, p. 113-122, 2015.

FURTADO, Juarez Pereira. **A avaliação participativa.** Otero MR, organizador. Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil: temas atuais. São Paulo: Fundação Peirópolis, p. 21-41, 2012.

GARBARINO, Sabine; HOLLAND, Jeremy. **Quantitative and qualitative methods in impact evaluation and measuring results.** 2009.

GAZMURI, Cristián. **Historia de Chile 1891-1994: política, economía, sociedad, cultura, vida privada, episodios.** RIL editores, 2012.

GEVA-MAY, Iris; HOFFMAN, David C.; MUHLEISEN, Joselyn. Twenty years of comparative policy analysis: A survey of the field and a discussion of topics and methods. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 20, n. 1, p. 18-35, 2018.

GHIANO, María Celeste. **Capacidades individuales en Evaluación de políticas públicas: Aportes para la profesionalización de la Evaluación con enfoque en América Latina y el Caribe**, 2021.

GOOD, Phillip I.; HARDIN, James W. **Common Errors in Statistics (and How to Avoid Them)**. Wiley, 2012.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Fourth Generation Evaluation**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

GUILLÉN, Claudio Creamer. **Historia de la industria del Ecuador: 1920-2020**. Boletín Academia Nacional de Historia, v. 99, n. 205, p. 245-283, 2021.

GUILLERMO LASSO DERROTÓ A ANDRÉS ARAUZ Y FUE ELECTO PRESIDENTE DE ECUADOR. Infobae, 11 abr, 2021. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/america-latina/2021/04/12/guillermo-lasso-derroto-a-andres-arauz-y-fue-electo-presidente-de-ecuador/>>. Acesso em: 21 de julho, 2023.

HAIR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E. **Multivariate Data Analysis**. 8th ed. Cengage, 2019.

HASTIE, Trevor; TIBSHIRANI, Robert; FRIEDMAN, Jerome. **The Elements of Statistical Learning: Data Mining, Inference, and Prediction**. 2nd ed. Springer, 2017.

HIRABAHASI, Gabriel; AMARAL, Luciana. TCU abre processo de auditoria dos gastos do cartão corporativo de Lula. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tcu-abre-processo-de-auditoria-dos-gastos-do-cartao-corporativo-de-lula/>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

HOGWOOD, B.; GUNN, L. **Policy analysis for the real world**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HORTON, Douglas; MACKAY, Ronald. **Evaluation in developing countries: an introduction**. Knowledge, technology & policy, v. 11, n. 4, p. 5-12, 1999.

HOWLETT, M., RAMESH, M. **Studying Public Policy Policy Cycles and Policy Subsystems**. 2 ed. Canadá. Oxford Press, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Países. Disponível em: <<https://paises.ibge.gov.br/#/mapa>>. Acesso em: 13 de Abril de 2023.

IPEA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>>. Acesso em: 19 de Julho de 2023.

JANUZZI, Paulo M. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 36, jan./jul., 2011, p. 251-275.

JARAMILLO, Juan. FRANCO-CUERVO, Beatriz. Colombia. In: NOHLEN, Dieter (Ed.). **Elections in the Americas A Data Handbook Volume 2: South America**. Oxford. p. 295-364, 2005.

JREISAT, Jamil E. Commentary-comparative public administration: a global perspective. **Public Administration Review**, v. 71, n. 6, p. 834-838. 2011.

LAMOUNIER, Bolívar; NETO, Octavio Amorim. Brazil. In: NOHLEN, Dieter (Ed.). **Elections in the Americas A Data Handbook Volume 2: South America**. Oxford. p. 295-364, 2005.

LASSANCE, Antonio. **Análise ex ante de políticas públicas: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática**. 2022.

LASSANCE, Antonio. **Pelas mãos dos presidentes: construção do Estado e desenvolvimento em uma perspectiva comparada das presidências de Campos Salles e Getúlio Vargas**. 2013.

LASSWELL, H. (1943). **On The Policy Sciences in 1943**. IN.: Policy Sciences, v. 36, n. 01, p. 71-98, 2003.

LASSWELL, H.; LERNER, D. **The Policy Sciences**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon E. **Research, evaluation, and policy analysis: Heuristics for disciplined inquiry.** Review of Policy Research, v. 5, n. 3, p. 546-565, 1986.

LÓPEZ, G., MACKAY, K., KRAUSE, P. (eds.). **Building Better Policies: The Nuts and Bolts of Monitoring and Evaluation Systems.** Washington, D. C.: Banco Mundial, 2012.

MADAUS, George F.; SCRIVEN, Michael; STUFFLEBEAM, Daniel L. (Ed.). **Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation.** 10^a edição, 1993.

MALLOY, James. **Authoritarianism and Corporatism in Latin America.** University of Pittsburgh Press, 1977

MANDRY, Kylie. Presidente do México propõe reforma para que juízes e magistrados sejam eleitos. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/presidente-do-mexico-propoe-reforma-para-que-juizes-e-magistrados-sejam-eleitos/>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais.** São Paulo: Atlas, 2008.

MCDONALD, John H. **Handbook of Biological Statistics.** 4th ed. Sparky House Publishing, 2019.

MEJÍA, Alvaro Tirado. **Introducción a la historia económica de Colombia.** Universidad de Antioquia, 2019.

MELO, Jorge Orlando. **Historia mínima de Colombia.** El Colegio de México AC, 2017.

MELO, Marcus A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

MÉXICO. [Constituição (1917)]. Constitución Política De Los Estados Unidos Mexicanos, 1917. Cidade do México. Disponível em:<<https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/CPEUM.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

MÉXICO. Lineamientos generales para la evaluación de los Programas Federales de la Administración Pública Federal. Diário Oficial do México, 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/rw/resource/coneval/eval_mon/361.pdf. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.

MÉXICO. Secretaría de Educación Pública. ¿Qué es el Plan Nacional para la Evaluación de los Aprendizajes? [Ciudad de México]: Secretaría de Educación Pública, 07 sept. 2015. Disponível em: <<https://www.gob.mx/sep/articulos/que-es-el-plan-nacional-para-la-evaluacion-de-los-aprendizajes>>. Acesso em: 11 maio. 2024.

MEXICO'S PRESIDENT-ELECT AMLO TO TAKE 60% PAY CUT IN AUSTERITY PUSH. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jul/16/mexicos-president-elect-to-take-60-per-centpay-cut>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

MORENO, Javier; MANETTO, Francisco. Iván Duque: “As FARC têm armas e dinheiro escondidos, que são uma afronta às vítimas”. **El País**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032_580973.html>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

NAJAR, Alberto. Enrique Peña Nieto: 5 razones que lo convirtieron en el presidente más impopular en la historia reciente de México, 2018. **BBC News Mundo**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46313984>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

NEF, Jorge. **The culture of distrust in Latin American public administration**. In: Proceedings of the International Association of Schools and Institutes of Administration Conference, Miami, septiembre. 2003.

NEIROTTI, N. BRISSÓN, María E., MATTALINI, Matías. **Tiempo de retorno del Estado: Realidades y desafíos del seguimiento y la evaluación de políticas y programas en Argentina**. In: PÉREZ YARAHUÁN, G - MALDONADO TRUJILLO, C. (editoras) : Panorama de los sistemas nacionales de monitoreo y evaluación en América Latina - Ciudad de

México, Centro de Investigación y Docencia Económicas-Centro CLEAR para América Latina, 2015.

NIBLO, Stephen R. **Mexico in the 1940s: modernity, politics, and corruption**. Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

NOHLEN, Dieter (Ed.). **Elections in the Americas A Data Handbook Volume 2: South America**. Oxford. p. 253-293, 2005.

NOHLEN, Dieter; PACHANO, Simon. Ecuador. In: NOHLEN, Dieter (Ed.). **Elections in the Americas A Data Handbook Volume 2: South America**. Oxford. p. 253-293, 2005.

O GLOBO. **Piñera assume no Chile hoje com cenário de PIB menor, inflação maior**. O Globo, Rio de Janeiro, 11 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pinera-assume-no-chile-hoje-com-cenario-de-pib-menor-inflacao-maior-3041700>. Acesso em: 1 ago. 2024.

OLIVEIRA, Lilian Ribeiro de; PASSADOR, Claudia Souza. **Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas**. Cadernos EBAPE, v. 17, n. 2, 2019, p. 324-337.

OQUENDO, Catalina. Helicóptero em que viajava o presidente Iván Duque é atacado a tiros na Colômbia. **El País**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-25/helicoptero-em-que-viajava-o-presidente-ivan-duque-e-atacado-a-tiros-na-colombia.html>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

PARDO, Rodrigo. **La política exterior del presidente César Gaviria Trujillo**. Colombia Internacional, n. 12, p. 3-9, 1990.

PARODI, C. **Perú 1960-2000: Políticas Económicas y Sociales en entornos cambiantes**. Lima: Centro de Investigación de la Universidad Del Pacífico. 2000.

PAZ, Juan J.; CEPEDA, Miño. **Ecuador: Una democracia inestable**. Historia Actual Online, n. 11, p. 89-99, 2006.

PÉREZ YARAHUÁN, G. MALDONADO TRUJILLO, C. (editoras): **Panorama de los sistemas nacionales de monitoreo y evaluación en América Latina**. Ciudad de México, Centro de Investigación y Docencia Económicas-Centro CLEAR para América Latina, 2015.

PERU. [Constituição (1993)]. Constitución Política del Peru, 1993. Lima. Disponível em:<<https://www.congreso.gob.pe/Docs/constitucion/constitucion/index.html>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

PETERS, B. G., FONTAINE, G., MENDEZ, J. L. **Substance and methods in the comparative study of policy change.** *Journal of Comparative Policy Analysis*, vol. 20, No. 1, p. 133–141, 2018.

QUEM É SEBASTIAN PIÑERA, PRESIDENTE DO CHILE QUE ENFRENTA PROCESSO DE IMPEACHMENT. **Estadão**, 2021. Disponível em:<<https://www.estadao.com.br/internacional/quem-e-sebastian-pinera-presidente-do-chile-que-enfrenta-processo-de-impeachment/>>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil.** Revista de Administração Pública, 46, 5, p. 1271-1294, setembro/outubro, 2012.

RIPLEY, Charles G. From Rafael Correa to Lenín Moreno: **Ecuador's Swing to the Right.** Council on Hemispheric Affairs, 02, jul, 2019. Disponível em:<<https://coha.org/from-rafael-correa-to-lenin-moreno-ecuadors-swing-to-the-right/>>. Acesso em: 21 de julho, 2023.

RITCHIE, J., SPENCER, L. 2002. Qualitative data analysis for applied policy research. In: Huberman, A. M. and Miles, M. B. eds. **The qualitative researcher's companion.** London: Sage, p. 305–329.

RODRÍGUEZ-ACOSTA, Cristina A.; ROSENBAUM, Allan. **Decentralization, Local Government and Democratic Political and Economic Development in Latin America: An Overview and Assessment.** Journal of Public Administration of LAGPA. Vol. 4. No. 6. p. 85-100, 2020.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **América Latina: história e presente.** Papirus Editora, 2004.

ROJAS, Esteban H. Deuda externa de México se duplica en 6 años. **El Financero**, 2014. Disponível em: <<https://www.elfinanciero.com.mx/economia/deuda-externa-de-mexico-se-duplica-en-anos/>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

ROJAS, Yolanda Jurado. **Técnicas de investigación documental: manual para la elaboración de tesis, monografías, ensayos e informes académicos.** Editora Thomson, 2002.

- ROSSI, Peter H.; LIPSEY, Mark W.; FREEMAN, Howard. **Evaluation: A systematic approach.** 7^a edição. Sage publications, 2004.
- ROSSI, Peter H.; LIPSEY, Mark W.; HENRY, Gary T. **Evaluation: A systematic approach.** Sage publications, 2019.
- SALAZAR VERGARA, Gabriel; VALLEJOS, Julio Pinto. **Historia contemporánea de Chile.** III. La economía (mercados, empresarios y trabajadores). Santiago, Lom, 1999.
- SATER, William; COLLIER, Simon. **Historia de Chile, 1808-2017.** Ediciones Akal, 2019.
- SCHABENBERGER, Oliver; GOTWAY, Carol A. **Statistical Methods for Spatial Data Analysis.** Chapman and Hall/CRC, 2017.
- SCHNEIDER, Anne L.; INGRAM, Helen M. **Policy design for democracy.** 1997.
- SCHNEIDER, Anne Larason. **The evolution of a policy orientation for evaluation research: a guide to practice.** Public Administration Review, vol. 46, n. 4, p. 353-363, jul./ago. 1986.
- SCHWANDT, Thomas A.; CASH, Timothy J. The origins, meaning, and significance of qualitative inquiry in evaluation. In: **Qualitative inquiry in evaluation: From theory to practice.** Jossey-Bass, 2014. p. 3-24.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** Editora Companhia das Letras, 2015.
- SCRIVEN, M. **Evaluation Bias and Its Control.** In: GLASS, G. V. (Ed.). Evaluation Studies Review Annual. Vol. I. Beverly Hills. Calif Sage, 1976.
- SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In: TYLER, R. W; GAGNE, R. M; SCRIVEN, M. (Eds.). **Perspectives of curriculum evaluation.** Chicago: Rand-McNally, 1967. p. 39-83.
- SCRIVEN, Michael. **Evaluation thesaurus.** 4^a edição. Sage, 1991.
- SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** Cengage Learning Brasil, 2016.
- SECCHI, Leonardo. Painel Latino-Americano de Administração Pública (PLAAP). CALIOPOLIS - Grupo de pesquisa: ESAG/UDESC. Florianópolis, 2019.

- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning, 2013.
- SHADISH, William R.; COOK, Thomas D.; LEVITON, Laura C. **Foundations of program evaluation: Theories of practice.** Sage, 1991.
- SHERMAN, Jhon, W. The Mexican “Miracle” And Its Collapse, 2010. In: BEEZLEY, William H.; MEYER, Michael (Ed.). **The oxford history of Mexico.** Oxford University Press, 2010.
- SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. **A Avaliação de Programas Público: reflexões sobre a experiência brasileira.** Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.
- SILVA, Ricardo Toledo. **Eficiência e Eficácia da Ação Governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação.** Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.
- SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).** Novos estudos CEBRAP, p. 39-67, 2015.
- STUFFLEBEAM, D. L. **Models for program evaluations.** New directions for evaluation, n. 89. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2001.
- SUBIRATS, J. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración.** Madrid: Inap, 1989.
- TORRADO, Santiago; MOLEIRO, Alonso. Congressos tentam reaproximar Colômbia e Venezuela, mas Duque barra, **El País**, 2021. Disponível em:<<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-21/congressos-tentam-reaproximar-colombia-e-venezuela-mas-duque-barra.html>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.
- TORRES, M. D. de F. **Agências, contratos e OSCIPs: A experiência brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- VAN DE WALLE, Steven; BRANS, Marleen. **Where comparative public administration and comparative policy studies meet.** Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice, v. 20, n. 1, p. 101-113, 2018.
- VEDUNG, Evert. **Four Waves of Evaluation Diffusion.** Sage Journals, 3, p. (263-277), 2010.
- VEDUNG, Evert. **Public policy and program evaluation.** Routledge, 2017.

VIEIRA, Eli. Quem é Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda eleito na Colômbia. **Gazeta do Povo**, 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/quem-e-gustavo-petro-primeiro-presidente-de-esquerda-eleito-na-colombia/>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

VILLALOBOS, Sergio. **Chile Y Su Historia**. Editorial Universitaria, 1995.

VISENTINI, Paulo; DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. **A Política Interna e a Diplomacia do Peru: da incerteza à estabilidade do projeto de integração da América do Sul**. Conjuntura Austral, v. 3, n. 13, p. 84-102, 2012.

WEISS, Carol H. **Have we learned anything new about the use of evaluation?** American Journal of Evaluation, vol. 19., n. 1, 1998, p. 21-33.

WHOLEY, Joseph S. **Formative and summative evaluation: Related issues in performance measurement**. Evaluation practice, v. 17, n. 2, p. 145-149, 1996.

WHOLEY, Joseph S.; WHITE, Bayla F. **Evaluation's impact on Title I elementary and secondary education program management**. Urban Institute, 1973.

WORTHEN, B. Program evaluation. In: H. Walberg & G. Haertel (Eds.), **The international encyclopedia of educational evaluation** (p. 42-47). Toronto, ON: Pergamon Press. 1990.

**ANEXO A: SITES OFICIAIS DOS MINISTÉRIOS OU SECRETARIAS DE
EDUCAÇÃO E ECONOMIA/FAZENDA**

ARGENTINA

Educação: <https://www.argentina.gob.ar/educacion/evaluacion-e-informacion-educativa/publicaciones>

Economia/Finanças: <https://www.economia.gob.ar/ont/evaluacion/2023>

BRASIL

Educação:

[https://eaud.cgu.gov.br/relatorios?apenasAbertas=false&exibirColunaPendencias=false&apenasModificadasNosUltimos30Dias=false&colunaOrdenacao=dataPublicacao&direcaoOrdenacao=DESC&tamanhoPagina=15&offset=0&dataPublicacaoInicio=2013-01-29&dataPublicacaoFim=2024-05-29&tipoServico=2568&avaliacaoPoliticaPublica=2582&idsUnidadesOrgao=493&fixos=#lista](https://eaud.cgu.gov.br/relatorios?apenasAbertas=false&exibirColunaPendencias=false&apenasModificadasNosUltimos30Dias=false&colunaOrdenacao=dataPublicacao&direcaoOrdenacao=DESC&tamanhoPagina=15&offset=0&dataPublicacaoInicio=2013-01-29&dataPublicacaoFim=2024-05-29&tipoServico=2568&avaliacaoPoliticaPublica=2582&idsUnidadesOrgao=493&fixos=#lista;);

Economia/Finanças: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias>

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/relatorio-anual-de-avaliacao-de-politicas-publicas>; <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/air/relatorios-de-air/ministerio-da-economia-2019-2022>

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/air/relatorios-de-arr>;

CHILE

Educação: <https://centroestudios.mineduc.cl/evaluaciones-de-la-direccion-de-presupuestos/>

Economia/Finanças: <https://www.dipres.gob.cl/597/w3-propertyvalue-23076.html>

COLÔMBIA

Educação:

<https://www.dnp.gov.co/Paginas/Buscador.aspx#k=informes%20evaluaci%C3%B3n>

Economia/Finanças:

https://www.minhacienda.gov.co/webcenter/portal/EntidadesdeOrdenTerritorial/pages_programa_evaluacionese

EQUADOR

Educação: <https://www.evaluacion.gob.ec/>

Economia/Finanças: <https://www.finanzas.gob.ec/informes-evaluacion-presupuestaria-institucional/>

MÉXICO

Educação: <https://seduc.edomex.gob.mx/pae>

Economia/Finanças: <https://www.transparenciapresupuestaria.gob.mx/Sistema-Evaluacion-Desempeno>

PERU

Educação: <https://www.gob.pe/institucion/minedu/informes-publicaciones>

Economia/Finanças: <https://www.gob.pe/institucion/mef/informes-publicaciones>

ANEXO B: RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO POR PAÍS E POR ÁREA DE POLÍTICA PÚBLICA

Link de acesso a todos os relatórios:

<https://drive.google.com/drive/folders/1PKsAutDHIJSke505Jbu6bY-Yrrdg7CYd?usp=sharing>

ARGENTINA

Educação

Relatório 1: Encuesta a docentes Evaluación Integral de la Educación Primaria 2021 INFORME DE RESULTADOS
Relatório 2: Dispositivos de evaluación de aprendizajes de estudiantes: experiencias jurisdiccionales
Relatório 3: Fortalecimiento del uso de la información educativa: experiencias jurisdiccionales
Relatório 4: INFORME DE RESULTADOS Encuesta a equipos directivos de escuelas secundarias Segundo relevamiento Ciclos lectivos: Cierre 2020 - Inicio 2021
Relatório 5: INFORME DE RESULTADOS Encuesta a docentes de escuelas secundarias Segundo relevamiento Ciclos lectivos: Cierre 2020 - Inicio 2021
Relatório 6: Mirar a la escuela desde los datos Reporte de datos e indicadores
Relatório 7: Informe Preliminar Encuesta a Equipos Directivos Continuidad pedagógica en el marco del aislamiento por COVID-19
Relatório 8: APRENDER 2016 ACCESO Y USO DE TIC EN ESTUDIANTES Y DOCENTES
Relatório 9: APRENDER 2016 ANÁLISIS DE DESEMPEÑOS POR CAPACIDADES Y CONTENIDOS NIVEL PRIMARIO
Relatório 10: APRENDER 2016 ANÁLISIS DE DESEMPEÑOS POR CAPACIDADES Y CONTENIDOS NIVEL SECUNDARIO
Relatório 11: LOS APRENDIZAJES DE LOS ESTUDIANTES EN LAS ESCUELAS RURALES: NIVEL PRIMARIO Y SECUNDARIO
Relatório 12: APRENDER 2018 REPORTE POR ESCUELA Y GUÍAS DE APOYO INFORME FINAL DE LA EVALUACIÓN EXTERNA
Relatório 13: Aprender 2019. Análisis comparativo de los niveles de desempeño en Ciencias Naturales.
Relatório 14: APRENDER 2018 INFORME NACIONAL DE RESULTADOS 6º AÑO NIVEL PRIMARIO
Relatório 15: APRENDER 2016 CARACTERÍSTICAS Y VOCES DE LOS DOCENTES

Relatório 16: Encuesta a docentes Evaluación Integral de la Educación Primaria 2021 INFORME DE RESULTADOS
Relatório 17: Escuelas técnicas Características institucionales y desempeños 2017
Relatório 18: Evaluación diagnóstica de ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INCLUIDOS EN ESCUELAS DE NIVEL PRIMARIO en contexto de continuidad pedagógica y reapertura de las actividades educativas presenciales 2020-2021.
Relatório 19: Evaluación de la educación secundaria en Argentina 2019
Relatório 20: Factores condicionantes de los aprendizajes Primaria y secundaria
Relatório 21: Aprender 2021 - Informe nacional de resultados Análisis sobre los logros de aprendizaje y sus condiciones
Relatório 22: Aprender 2021 - Las trayectorias escolares de las y los estudiantes de escuelas de nivel primario
Relatório 23: INFORME DE RESULTADOS Encuesta a equipos directivos de escuelas secundarias Segundo relevamiento Ciclos lectivos: Cierre 2020 - Inicio 2021
Relatório 24: EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL EN LA ESCUELA PRIMARIA Voces de estudiantes, docentes y directivos en Aprender 2018
Relatório 25: Aprender 2022: Informe nacional de resultados Análisis sobre los logros de aprendizaje y sus condiciones
Relatório 26: Investigación evaluativa del plan FinEs 2 - 2018
Relatório 27: Informe indicativo del salario docente - Septiembre 2022
Relatório 28: Informe Nacional de Indicadores Educativos Situación y evolución del derecho a la educación en Argentina - 2021
Relatório 29: Informe Preliminar Encuesta a Docentes Continuidad pedagógica en el marco del aislamiento por COVID-19 Agosto 2020
Relatório 30: Informe Preliminar Encuesta a Hogares Continuidad pedagógica en el marco del aislamiento por COVID-19 Julio 2020
Relatório 31: LOS APRENDIZAJES DE NIÑAS Y NIÑOS EN LA ESCUELA PRIMARIA: Aportes para disminuir las brechas de género - 2018
Relatório 32: Aprender 2018: Desafíos de la diversidad cultural en la escuela primaria LOS APRENDIZAJES DE NIÑOS Y NIÑAS INDÍGENAS
Relatório 33: La voz de las y los estudiantes sobre sus aprendizajes Informe de resultados Educación Primaria - 2021
Relatório 34: Informe Preliminar Encuesta a Equipos Directivos Continuidad pedagógica en el marco del aislamiento por COVID-19 Julio 2020
Relatório 35: Aprender 2021: La convivencia escolar y la ESI en la escuela primaria
Relatório 36: LA EVALUACION DE ENTORNOS EDUCATIVOS INFANTILES - Diciembre de 2019
Relatório 37: Aprender 2018: LOS APRENDIZAJES EN ESCUELAS RURALES DEL NIVEL PRIMARIO
Relatório 38: Desafíos de la diversidad cultural en la escuela primaria LOS APRENDIZAJES DE NIÑOS Y NIÑAS MIGRANTES
Relatório 39: APRENDER 2016 - INFORME DE RESULTADOS
Relatório 40: APRENDER 2017 INFORME DE RESULTADOS PRIMARIA

Relatório 41: APRENDER 2017 INFORME DE RESULTADOS SECUNDARIA
Relatório 42: Evaluación diagnóstica 2017 Estudiantes avanzados de carreras docentes
Relatório 43: Resultados Aprender 2023

Economia/Fazenda

Relatório 1: Seguimiento Físico Financiero INVERSION PUBLICA NACIONAL Presupuesto de la Administración Nacional Primer Trimestre 2019
Relatório 2: Ejecución Físico Financiera Presupuesto de la Administración Nacional Primer Trimestre 2019
Relatório 3: Informe resumen físico-financiero orientado al ciudadano Primer Trimestre Ejercicio 2019
Relatório 4: SÍNTESIS EJECUTIVA Subsecretaría de Presupuesto - Oficina Nacional de Presupuesto - Dirección de Evaluación Presupuestaria Acumulado al Primer Trimestre Desempeño de los programas de mayor relevancia financiera en el Presupuesto 2019
Relatório 5: Seguimiento Físico Financiero INVERSION PUBLICA NACIONAL Presupuesto de la Administración Nacional Segundo Trimestre 2019
Relatório 6: Informe resumen físico-financiero orientado al ciudadano Segundo Trimestre Ejercicio 2019
Relatório 7: SÍNTESIS EJECUTIVA Desempeño de los programas de mayor relevancia financiera en el Presupuesto Acumulado al Segundo Trimestre
Relatório 8: INVERSION PUBLICA NACIONAL Presupuesto de la Administración Nacional Acumulado Tercer Trimestre 2019
Relatório 9: Presupuesto de la Administración Nacional Tercer Trimestre 2019
Relatório 10: Informe resumen físico-financiero orientado al ciudadano Tercer Trimestre Ejercicio 2019
Relatório 11: SÍNTESIS EJECUTIVA Desempeño de los programas de mayor relevancia financiera en el Presupuesto Acumulado al Tercer Trimestre 2019
Relatório 12: INVERSIÓN PÚBLICA NACIONAL Presupuesto de la Administración Nacional Acumulado al Cuarto Trimestre 2019
Relatório 13: Presupuesto de la Administración Nacional Cuarto Trimestre 2019
Relatório 14: Informe resumen físico-financiero orientado al ciudadano Cuarto Trimestre Ejercicio 2019
Relatório 15: SÍNTESIS EJECUTIVA Desempeño de los programas de mayor relevancia financiera en el Presupuesto Acumulado al Cuarto Trimestre 2019
Relatório 16: CUENTA DE INVERSIÓN 2019 TOMO II - Evaluación de Resultados de la Gestión Gubernamental

BRASIL

Educação

Relatório 1: BNCC ENSINO MÉDIO - RELATÓRIO DA 1ª APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA
Relatório 2: BNCC EI/EF - Relatório da 2ª Aplicação dos Instrumentos de Pesquisa
Relatório 3: RELATÓRIO DA 1ª ETAPA DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

Relatório 4: RELATÓRIO DA 1ª APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA AOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Relatório 5: RELATÓRIO DA 1ª APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA COM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
Relatório 6: Relatório de Avaliação Chamada MEC/SETEC/CNPq N° 94/2013 Fases 1, 2 e 3
Relatório 7: Chamada SETEC/MECCNPq n° 15/2014 Programa Professores para o Futuro (Finlândia)
Relatório 8: RELATÓRIO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA SETEC/MEC-CNPq N° 41/2014

Economia/Fazenda

Relatório 1: Relatório de Avaliação Empréstimos da União ao BNDES
Relatório 2: Relatório de Avaliação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO)
Relatório 3: Relatório de Avaliação dos Fundos Constitucionais de Financiamento - 2018
Relatório 4: RELATÓRIO DE RESULTADOS - LEI DE INFORMÁTICA APLICADA À ZONA FRANCA DE MANAUS: PERÍODO 2014-2017
Relatório 5: Relatório de Avaliação do Gasto Direto: Avaliação Executiva do Seguro Defeso
Relatório 6: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS: 1º Bimestre de 2017
Relatório 7: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS: 2º Bimestre de 2017
Relatório 8: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS: 1º Bimestre de 2016

CHILE

Educação

Relatório 1: Evaluación de Impacto de los Programas de Alimentación de la JUNAEB, del Ministerio de Educación - Informe Final 2013
Relatório 2: INFORME FINAL PROGRAMA APLICACIÓN DISEÑO CURRICULAR Y PEDAGÓGICO INTERCULTURAL BILINGÜE CORPORACIÓN NACIONAL DE DESARROLLO INDÍGENA - MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL y PROGRAMA EDUCACIÓN INTERCULTURAL BILINGÜE MINISTERIO DE EDUCACION SUBSECRETARÍA DE EDUCACIÓN - 2013

Relatório 3: INFORME FINAL PROGRAMA FONDO NACIONAL DE INVESTIGACION CIENTIFICA Y TECNOLOGICA (FONDECYT) - 2013
Relatório 4: INFORME FINAL PROGRAMA HOGARES Y BECAS RESIDENCIA JUNAEB (2014)
Relatório 5: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN FONDO DE FOMENTO AUDIOVISUAL (2014)
Relatório 6: INFORME FINAL PROGRAMA BECA VOCACIÓN DE PROFESOR (2014)
Relatório 7: INFORME FINAL PROGRAMA DE EQUIPAMIENTO DE ESTABLECIMIENTOS DE EDUCACIÓN MEDIA TECNICO PROFESIONAL (2014)
Relatório 8: Análisis del Estado de Implementación del Programa “Liceos Bicentenario de Excelencia” (2014)
Relatório 9: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA JARDÍN INFANTIL JUNJI (2015)
Relatório 10: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA RED CULTURA (2015)
Relatório 11: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA FOMENTO A LA CALIDAD DE LA FORMACIÓN INICIAL DOCENTE (PFID) (2015)
Relatório 12: INFORME FINAL PROGRAMAS DE INFRAESTRUCTURA ESCOLAR: - INFRAESTRUCTURA LICEOS TRADICIONALES -INFRAESTRUCTURA ESTABLECIMIENTOS ESCOLARES SUBVENCIONADOS (2015)
Relatório 13: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA BECA DE APOYO A LA RETENCIÓN ESCOLAR (2015)
Relatório 14: Informe Nacional EVALUACIÓN NACIONAL DIAGNÓSTICA DE LA FID 2016
Relatório 15: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA RED DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, BIBLIOREDES 2017
Relatório 16: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA FONDO DE FOMENTO AL DESARROLLO CIENTIFICO Y TECNOLÓGICO (FONDEF) 2017
Relatório 17: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA REINSERCIÓN ESCOLAR 2017
Relatório 18: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA EDUCACIÓN PARA PERSONAS JÓVENES Y ADULTAS (EPJA) 2017
Relatório 19: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA SALUD ORAL 2017

Relatório 20: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA BECA PRESIDENTE DE LA REPUBLICA 2017
Relatório 21: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA EDUCATIVO ALTERNATIVO DE ATENCIÓN DEL PÁRVULO 2017
Relatório 22: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMAS: BECAS NACIONALES DE POSGRADO Y BECAS CHILE 2017
Relatório 23: Informe Nacional SISTEMATIZACIÓN CUENTA PÚBLICA DE EDUCACIÓN 2017
Relatório 24: Resultados Nacionales Evaluación Nacional Diagnóstica de la Formación Inicial Docente 2017
Relatório 25: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) BECAS TICS PROGRAMAS: YO ELIJO MI PC y ME CONECTO PARA APRENDER 2018
Relatório 26: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA DE BECA DE APOYO A LA RETENCIÓN ESCOLAR 2018
Relatório 27: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA DE APOYO A LA RETENCIÓN ESCOLAR “ENRIQUECIMIENTO A LA EXPERIENCIA EDUCATIVA” (PAREPeeE) 2018
Relatório 28: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) SUBVENCIÓN ESCOLAR PRO RETENCIÓN 2018
Relatório 29: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN FOCALIZADA DE ÁMBITO (EFA) FONDO NACIONAL DE FOMENTO DEL LIBRO Y LA LECTURA DEL CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES 2018
Relatório 30: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) CENTRO DE RECURSOS PARA EL APRENDIZAJE (BIBLIOTECAS CRA) 2018
Relatório 31: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) FORMACIÓN PARA EL DESARROLLO DE LOS PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN 2018
Relatório 32: Resultados Nacionales Evaluación Nacional Diagnóstica de la Formación Inicial Docente 2018
Relatório 33: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA DE JARDINES INFANTILES Y SALAS CUNAS CONVENCIONALES DE INTEGRA 2019
Relatório 34: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN DE PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA ÚTILES ESCOLARES 2019

Relatório 35: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA INFRAESTRUCTURA PARA LA EDUCACIÓN PÚBLICA DEL SIGLO XXI 2019
Relatório 36: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA BECA ARANCEL VOCACIÓN DE PROFESOR 2019
Relatório 37: Informe Resultados Nacionales Evaluación Nacional Diagnóstica de la Formación Inicial Docente 2019
Relatório 38: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMA FONDO DE DESARROLLO INSTITUCIONAL 2020
Relatório 39: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN EVALUACIÓN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES (EPG) PROGRAMAS HABILIDADES PARA LA VIDA I, HABILIDADES PARA LA VIDA II y HABILIDADES PARA LA VIDA III - 2020
Relatório 40: INFORME RESULTADOS NACIONALES Evaluación Nacional Diagnóstica de la Formación Inicial Docente 2021
Relatório 41: INFORME FINAL PROGRAMA HOGARES Y RESIDENCIAS ESTUDIANTILES

Economia/Fazenda

Relatório 1: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA CHILE COMPRA
Relatório 2: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN PROGRAMA PROYECTO ISIDORA
Relatório 3: Chile: Estudio de Evaluación de Impacto del Programa de Evaluación de Programas Evaluaciones de Impacto y Evaluaciones de los Programas del Gobierno Volumen I – Informe Principal
Relatório 4: Evaluación Comprehensiva del Gasto Dirección Nacional del Servicio Civil
Relatório 5: CHILE: ESTUDIO DE EVALUACIÓN EN PROFUNDIDAD DEL PROGRAMA DE MEJORAMIENTO DE LA GESTIÓN (PMG)
Relatório 6: Informe Final: Evaluación del Gasto Institucional de la Dirección de Compras y Contratación Pública
Relatório 7: EVALUACION Y FORMULACION DEL PRESUPUESTO 2021
Relatório 8: PUBLICACIÓN DE RESULTADOS DE MONITOREO Y SEGUIMIENTO DE PROGRAMAS GUBERNAMENTALES 2022
Relatório 9: PUBLICACIÓN DE RESULTADOS DE MONITOREO Y SEGUIMIENTO DE PROGRAMAS GUBERNAMENTALES 2021

Relatório 10: PUBLICACIÓN DE RESULTADOS DE MONITOREO Y SEGUIMIENTO DE PROGRAMAS GUBERNAMENTALES 2020
Relatório 11: PUBLICACIÓN DE RESULTADOS DE MONITOREO Y SEGUIMIENTO DE PROGRAMAS GUBERNAMENTALES 2019
Relatório 12: MONITOREO Y SEGUIMIENTO OFERTA PÚBLICA 2022 - PROGRAMA DE FISCALIZACIÓN ADUANERA DEL TRÁFICO ILÍCITO DE MERCANCÍAS DE COMERCIO EXTERIOR
Relatório 13: MONITOREO Y SEGUIMIENTO OFERTA PÚBLICA 2022 - PROGRAMA DE AUDITORÍA A POSTERIORI A AGENTES ECONÓMICOS DE COMERCIO EXTERIOR
Relatório 14: MONITOREO Y SEGUIMIENTO OFERTA PÚBLICA 2022 - COMITÉ DE INNOVACIÓN EN EL SECTOR PÚBLICO (LABORATORIO DE GOBIERNO) - RED DE INNOVADORES PÚBLICOS
Relatório 15: MONITOREO Y SEGUIMIENTO OFERTA PÚBLICA 2022 - COMITÉ DE INNOVACIÓN EN EL SECTOR PÚBLICO (LABORATORIO DE GOBIERNO)

COLÔMBIA

Educação

Relatório 1: Evaluación Institucional y de resultados del Programa Centros Regionales de Educación Superior (CERES) 2014
Relatório 2: DOCUMENTO CEDE ISSN 1657-7191 (Edición Electrónica) "HACIA UNA MEJOR EDUCACIÓN RURAL: IMPACTO DE UN PROGRAMA DE INTERVENCIÓN A LAS ESCUELAS EN COLOMBIA"
Relatório 3: Evaluación de impactos tempranos del Programa Escuela de Fútbol Informe Final
Relatório 4: EVALUACIÓN DE LOS MODELOS IMPLEMENTADOS POR EL PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN Y EDUCACIÓN BÁSICA DE JÓVENES Y ADULTOS DEL MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL
Relatório 5: EVALUACIÓN DE IMPACTO DEL PROGRAMA JÓVENES RURALES EMPRENDEDORES DEL SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE (SENA) - INFORME FINAL
Relatório 6: Evaluación de impacto del crédito ACCES del ICETEX en el acceso a educación superior, el desempeño académico y el mercado laboral formal Informe final revisado - Mayo de 2014
Relatório 7: Evaluación de Mediano Plazo del programa Ser Pilo Paga y movilidad social: impactos de mediano plazo en educación y empleo
Relatório 8: Programa de Incentivos Docentes: Impactos y recomendaciones en el corto plazo
Relatório 9: Efectos de corto plazo de la estrategia Jornada Única en variables de calidad y permanencia educativa
Relatório 10: Evaluación de operaciones y de resultados del programa Jornada Única que permita analizar el proceso de implementación y los resultados generados en los beneficiarios PRODUCTO 4: INFORME DE RESULTADOS DE LA EVALUACIÓN Y SEGUNDA ENTREGA DE LA DOCUMENTACIÓN DE LAS BASES DE DATOS DE LA EVALUACIÓN
Relatório 11: "EVALUACIÓN DE IMPACTO Y RESULTADOS DEL PLAN NACIONAL DE LECTURA Y ESCRITURA "LEER ES MI CUENTO" PRODUCTO 4: INFORME DE RESULTADOS Y SEGUNDA ENTREGA DE LA DOCUMENTACIÓN DE LAS BASES DE DATOS

Relatório 12: Evaluación de la Estrategia de Articulación de la Educación Media con la Educación Superior y la Formación para el Trabajo - 2013

Relatório 13: CONTRATO DNP-494-13 “REALIZAR UNA EVALUACIÓN INSTITUCIONAL Y DE RESULTADOS DE LA ESTRATEGIA MODELOS EDUCATIVOS FLEXIBLES (MEF), QUE PERMITA IDENTIFICAR LA CAPACIDAD INSTITUCIONAL DE LAS SECRETARÍAS DE EDUCACIÓN CERTIFICADAS QUE IMPLEMENTAN MEF Y SUS INSTITUCIONES EDUCATIVAS (IE) PARA CUMPLIR CON EL OBJETIVO DE LOS MEF Y MEDIR EL GRADO DE AVANCE EN LOS INDICADORES DE CALIDAD, PERMANENCIA, ASEQUIBILIDAD, ACCESIBILIDAD, ADAPTABILIDAD Y ACEPTABILIDAD EN LAS IE QUE LOS IMPLEMENTAN, EN EL PERÍODO COMPRENDIDO ENTRE EL 2009 A 2012”. Producto 4: Informe Final

Relatório 14: Informe de resultados Realizar una evaluación de operaciones y de resultados del Programa de Alimentación Escolar (PAE) a partir de su transferencia al Ministerio de Educación Nacional.

Relatório 15: Evaluación de impacto del Fondo de reparación para el acceso, permanencia y graduación en educación superior para la población víctima del conflicto armado en Colombia - 2021

Relatório 16: CONTRATO DE CONSULTORIA CELEBRADO ENTRE EL DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN Y LA UNIÓN TEMPORAL EDUCACIÓN 2015 CONTRATO DNP No 656-2015:

Economia/Fazenda

Relatório 1: INFORME DE EVALUACIÓN ANUAL 2014 –PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE ESE EN RIESGO MEDIO O ALTO TOMO I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX

Relatório 2: INFORME DE EVALUACIÓN AÑO 2018 –PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE ESE EN RIESGO MEDIO O ALTO TOMO I, II e III

Relatório 3: INFORME DE EVALUACIÓN AÑO 2019 – PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE EMPRESAS SOCIALES DEL ESTADO EN RIESGO MEDIO O ALTO TOMO I, II, III e IV

Relatório 4: INFORME DE EVALUACIÓN AÑO 2020 – PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE EMPRESAS SOCIALES DEL ESTADO EN RIESGO MEDIO O ALTO TOMO I, II, III e IV

Relatório 5: INFORME DE EVALUACIÓN AÑO 2021 – PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE EMPRESAS SOCIALES DEL ESTADO EN RIESGO MEDIO O ALTO TOMO I, II, III, IV e V

Relatório 6: INFORME DE EVALUACIÓN AÑO 2022 – PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE EMPRESAS SOCIALES DEL ESTADO EN RIESGO MEDIO O ALTO TOMO I, II e III, IV e V

Relatório 7: INFORME DE EVALUACIÓN PRIMER SEMESTRE AÑO 2022 – PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO VIABILIZADOS DE EMPRESAS SOCIALES DEL ESTADO EN RIESGO MEDIO O ALTO

Relatório 8: INFORME PRIMER PROCESO DE MONITOREO, SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN DE LOS PROGRAMAS DE SANEAMIENTO FISCAL Y FINANCIERO QUE DEBIERON ADOPTAR LAS ESE CATEGORIZADAS POR EL MINISTERIO DE SALUD Y PROTECCIÓN SOCIAL EN RIESGO MEDIO O ALTO
Relatório 9: INFORME DE RESULTADOS MEDICIÓN DE LA GESTIÓN LABORAL SERVIDOR DE LIBRE NOMBRAMIENTO Y REMOCIÓN Y AQUEL VINCULADO EN PROVISIONALIDAD. 2019-2020
Relatório 10: INFORME DE RESULTADOS EVALUACIÓN DEL DESEMPEÑO LABORAL 2019-2020
Relatório 11: INFORME RESULTADOS 2019 CONCERTACIÓN, FORMALIZACIÓN, SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN DE ACUERDOS DE GESTIÓN

EQUADOR

Educação

Relatório 1: Informe de resultados Ser Bachiller Estudiantes: Ciclo 2014-2015
Relatório 2: Informe de resultados Instituciones fiscales Ser Bachiller Ciclo 2014-2015
Relatório 3: Informe de resultados Ser Bachiller Estudiantes: Ciclo 2015-2016
Relatório 4: Informe de resultados Instituciones fiscales Ser Bachiller Estudiantes: Ciclo 2015-2016
Relatório 5: Relatório 3: Informe de resultados Ser Bachiller Estudiantes: Ciclo 2016-2017
Relatório 6: Relatório 2: Informe de resultados Instituciones fiscales Ser Bachiller Ciclo 2016-2017
Relatório 7: Informe de resultados NACIONAL Ser Bachiller Año lectivo 2017-2018
Relatório 8: Informe de resultados Instituciones fiscales Ser Bachiller Año lectivo 2017-2018
Relatório 9: Informe de resultados NACIONAL Ser Bachiller Año lectivo 2018-2019
Relatório 10: Informe de resultados Instituciones fiscales Ser Bachiller Año lectivo 2018-2019
Relatório 11: Informe de resultados NACIONAL Examen de Grado Año lectivo 2019-2020

Relatório 12: Informe de resultados Instituciones fiscales Examen de Grado Año lectivo 2019-2020
Relatório 13: Informe de resultados Ser Estudiante 3 de bachillerato Año lectivo 2020-2021
Relatório 14: Informe de resultados Ser Estudiante 4º Educación General Básica, EGB Año lectivo 2020-2021
Relatório 15: Informe de resultados Ser Estudiante 7º Educación General Básica, EGB Año lectivo 2020-2021
Relatório 16: Informe de resultados Ser Estudiante 10º Educación General Básica, EGB Año lectivo 2020-2021
Relatório 17: Informe Nacional de Resultados Ser Estudiante Nivel de Bachillerato Año lectivo 2021-2022
Relatório 18: Informe Nacional de Resultados Ser Estudiante Nivel de Subnivel Básica Elemental Año lectivo 2021-2022
Relatório 19: Informe Nacional de Resultados Ser Estudiante Nivel de Subnivel Básica Media Año lectivo 2021-2022
Relatório 20: Informe Nacional de Resultados Ser Estudiante Nivel de Subnivel Básica Superior Año lectivo 2021-2022
Relatório 21: Sistematización de buenas prácticas de evaluación educativa en el Sistema Nacional de Educación
Relatório 22: Ser Estudiante en la infancia 2022-2023 Prevaloración

Economia/Fazenda

Relatório 1: Informe trimestral de seguimiento y evaluación de las reglas fiscales Al segundo trimestre de 2022
Relatório 2: Informe trimestral de seguimiento y evaluación de las reglas fiscales Al tercer trimestre de 2022
Relatório 3: Informe trimestral de seguimiento y evaluación de las reglas fiscales Al cuarto trimestre de 2022

Relatório 4: Informe de Evaluación Presupuestaria correspondiente al primer cuatrimestre del año 2015
Relatório 5: Informe de Evaluación Presupuestaria correspondiente al segundo cuatrimestre del año 2015
Relatório 6: Informe de Evaluación Presupuestaria correspondiente al tercer cuatrimestre (Septiembre-diciembre 2015) y liquidación presupuestaria del año 2015.
Relatório 7: Informe de Evaluación Presupuestaria correspondiente al primer cuatrimestre del año 2016
Relatório 8: Informe de Evaluación Presupuestaria correspondiente al segundo cuatrimestre del año 2016

MÉXICO

Educação

Relatório 1: Estudio comparativo de la propuesta curricular de matemáticas en la educación obligatoria en México y otros países - 2017
Relatório 2: Análisis del diseño del componente de autonomía curricular. Plan y programas de estudio 2017
Relatório 3: Avances y dificultades en la implementación del Marco Curricular Común Telebachillerato estatal, Educación Media Superior a Distancia y Telebachillerato comunitario - 2018
Relatório 4: Informe de resultados de EIC-Preescolar 2017: creencias de las figuras docentes sobre el currículo, la enseñanza y el aprendizaje
Relatório 5: Reporte general de resultados de la Evaluación de Condiciones Básicas para la Enseñanza y el Aprendizaje (ECEA) 2014/Primaria
Relatório 6: Condiciones básicas para la enseñanza y el aprendizaje en los planteles de educación media superior en México Resultados generales
Relatório 7: Evaluación de la Oferta Educativa (EVOE) en Educación Media Superior Condiciones escolares e implementación curricular
Relatório 8: Evaluación de Condiciones Básicas para la Enseñanza y el Aprendizaje (ECEA) en educación preescolar

Relatório 9: Resultados de la Consulta Previa, Libre e Informada a Pueblos y Comunidades Indígenas sobre la Evaluación Educativa INFORME ORIENTADO A LA POLÍTICA EDUCATIVA - 2015
Relatório 10: Infraestructura, mobiliario y materiales de apoyo educativo en las escuelas primarias. ECEA 2014
Relatório 11: Informe de resultados PLANEA 2015: El aprendizaje de los alumnos de sexto de primaria y tercero de secundaria en México Lenguaje y Comunicación Matemáticas
Relatório 12: ¿Qué oportunidades tienen los futuros maestros de matemáticas para aprender lo que enseñarán? Evaluación de planes de formación inicial para maestros de matemáticas - 2018
Relatório 13: ¿Qué hacen los planteles de educación media superior contra el abandono escolar? Evaluación de la Implementación Curricular en educación media superior (EIC EMS). Informe complementario - 2019
Relatório 14: Condiciones básicas para la enseñanza y el aprendizaje en los preescolares de México: Una mirada desde el derecho a la educación - 2019
Relatório 15: Condiciones básicas para la enseñanza y el aprendizaje en los planteles de educación media superior en México - ECEA-EMS Informe complementario (2019)
Relatório 16: El aprendizaje en tercero de secundaria en México. Informe de resultados
Relatório 17: El aprendizaje en sexto de primaria en México Informe de resultados EXCALE 06 aplicación 2013 Español, Matemáticas, Ciencias Naturales y Formación Cívica y Ética
Relatório 18: El aprendizaje en tercero de primaria en México. Informe de resultados EXCALE 03 aplicación 2014 Español, Matemáticas, Ciencias y Formación Cívica y Ética
Relatório 19: Informe de resultados PLANEA EMS 2017 El aprendizaje de los alumnos de educación media superior en México Lenguaje y Comunicación Matemáticas
Relatório 20: Informe de resultados PLANEA 2017 El aprendizaje de los alumnos de tercero de secundaria en México Lenguaje y Comunicación Matemáticas
Relatório 21: Evaluación de la política educativa dirigida a la población indígena en educación básica (2017)
Relatório 22: EVALUACIÓN DE LOS APRENDIZAJES EN EL AULA OPINIONES Y PRÁCTICAS DE DOCENTES DE PRIMARIA EN MÉXICO (2017)

Economia/Fazenda

Relatório 1: Evaluación en materia de Diseño del Programa P-013 Planeación y Articulación de la Acción Pública hacia los Pueblos Indígenas (2015)
Relatório 2: Evaluación de Diseño 2014, para el programa de Capital de riesgo y de Servicios de Cobertura que opera el Fondo de Capitalización e Inversión del Sector Rural (FOCIR) con recursos fiscales 2014.
Relatório 3: Evaluación en materia de Diseño del Programa Presupuestario " E033 Atención a Víctimas" (2015)
Relatório 4: Evaluación de Consistencia y Resultados Programa Presupuestario E026: Recaudación de las Contribuciones Federales (2015)
Relatório 5: Evaluación de Consistencia y Resultados Programa Presupuestario E025: Control de la Operación Aduanera (2015)
Relatório 6: EVALUACIÓN DE CONSISTENCIA Y RESULTADOS DEL PROGRAMA E011 "PROTECCIÓN Y DEFENSA DE LOS USUARIOS DE SERVICIOS FINANCIEROS" (2015)
Relatório 7: Evaluación de consistencia y orientación a resultados del programa presupuestario E003 "Administración de los Fondos Federales y Valores en Propiedad y/o Custodia del Gobierno Federal" - Informe Final (2015)
Relatório 8: EVALUACIÓN DE CONSISTENCIA Y RESULTADOS. Informe Final Programa Presupuestario F030 Reducción de Costos de Acceso al Crédito (2016)
Relatório 9: EVALUACIÓN EN MATERIA DE DISEÑO DEL PROGRAMA PRESUPUESTARIO P003 DISEÑO Y APLICACIÓN DE LA POLÍTICA ECONÓMICA AÑO 2017
Relatório 10: Evaluación de Consistencia y Orientación a Resultados Programa Presupuestario E028 "Protección y Defensa de los Contribuyentes" (2018)

Relatório 11: Evaluación de Resultados del Programa Integral de Inclusión Financiera (PROIIF), 1 ^a Fase (2016)
Relatório 12: Informe Final de la Evaluación del Diseño del Programa presupuestario P002: “Diseño e instrumentación de las políticas y estrategias en materia de programación, presupuesto, gasto público federal, contabilidad y rendición de cuentas de la gestión del sector público” (2014)
Relatório 13: Evaluación de Diseño Programa de Derechos Indígenas (2015)
Relatório 14: Evaluación de Diseño Programa para el Mejoramiento de la Producción y la Productividad Indígena (2015)
Relatório 15: Evaluación de Diseño Programa de aseguramiento agropecuario (2016)
Relatório 16: Informe final de la evaluación de diseño Del Programa P010 Fortalecimiento de la Igualdad Sustantiva entre Mujeres y Hombres (2015)
Relatório 17: Evaluación en materia de Diseño del Programa Presupuestario G-005 “Regulación, inspección y vigilancia de las entidades del sistema financiero mexicano sujetas a la supervisión de la Comisión Nacional Bancaria y de Valores” (2015)
Relatório 18: Evaluación en materia de Diseño del Programa Presupuestario G-004 Regulación, inspección y vigilancia del sector asegurador y afianzador (2015)
Relatório 19: EVALUACIÓN DE DISEÑO Programa Presupuestario: F006 “Actividades orientadas a ofrecer productos y servicios para fortalecer el sector y fomentar la inclusión financiera” (2015)
Relatório 20: EVALUACIÓN DE DISEÑO Programa Presupuestario F035 “Programa de Inclusión Financiera” (2016)
Relatório 21: Evaluación Específica de Procesos con Módulo Completo de Diseño del Programa Presupuestario G003.- Regulación y Supervisión del Sistema de Ahorro para el Retiro
Relatório 22: Informe Final de la Evaluación de Consistencia y Resultados 2018 Programa presupuestario F035 Programa de Inclusión Financiera
Relatório 23: EVALUACIÓN DE CONSISTENCIA Y RESULTADOS DEL PROGRAMA PRESUPUESTARIO G004-REGULACIÓN Y SUPERVISIÓN DEL SECTOR ASEGURADOR Y AFIANZADOR (2017)
Relatório 24: PRODUCTO 3. INFORME FINAL DE LA EVALUACIÓN DE PROCESOS DEL PpE032 “ADMINISTRACIÓN Y ENAJENACIÓN DE ACTIVOS REFERIDOS EN LA LEY FEDERAL DE ADMINISTRACIÓN Y ENAJENACIÓN DE BIENES DEL SECTOR PÚBLICO” (2016)
Relatório 25: Evaluación Específica de Procesos con Módulo Completo de Diseño del Programa Presupuestario G003.- Regulación y Supervisión del Sistema de Ahorro para el Retiro
Relatório 26: Evaluación de Procesos del Programa Presupuestario G005.- Regulación y supervisión del sistema financiero mexicano, operado por la Comisión Nacional Bancaria y de Valores (CNBV)
Relatório 27: Evaluación de Consistencia y Resultados del Programa Presupuestario S265 “Programa de Aseguramiento Agropecuario” Abril 18 de 2018
Relatório 28: Evaluación de Consistencia y Resultados Fortalecimiento del Sector de Ahorro y Crédito Popular y Cooperativo
Relatório 29: Evaluación en materia de Diseño - P001: Diseño de la Política de Ingresos (2016)
Relatório 30: Evaluación de consistencia y orientación a resultados del programa presupuestario E003 “Administración de los Fondos Federales y Valores en Propiedad y/o Custodia del Gobierno Federal” Informe Final (2015)
Relatório 31: EVALUACIÓN DE CONSISTENCIA Y RESULTADOS DEL PROGRAMA E011 “PROTECCIÓN Y DEFENSA DE LOS USUARIOS DE SERVICIOS FINANCIEROS” (2015)
Relatório 32: Entrega final del Informe de Evaluación en Materia de Diseño para el Programa Presupuestario F036. “Fomento y promoción para el Desarrollo de Zonas Económicas Especiales” (2018)
Relatório 33: Entrega final del Informe de Evaluación en materia de Diseño para el Programa Presupuestario P005. AUTORIDAD FEDERAL PARA EL DESARROLLO DE LAS ZONAS ECONÓMICAS ESPECIALES DIRECCIÓN GENERAL DE ADMINISTRACIÓN Y FINANZAS “Diseño y Aplicación de la Política Pública para el Desarrollo de Zonas Económicas Especiales” (2018)

Relatório 34: Evaluación de Procesos del Programa presupuestario E005 “Protección de los Derechos de los Consumidores” (2022)
Relatório 35: EVALUACIÓN EN MATERIA DE DISEÑO DEL PROGRAMA PRESUPUESTARIO E005 PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS DE LOS CONSUMIDORES Informe Final (2021)
Relatório 36: Estudio de Evaluación del Banco del Ahorro Nacional y Servicios Financieros S.N.C., I.B.D., en cumplimiento a lo dispuesto por el Artículo 55 Bis 2 de la Ley de Instituciones de Crédito (2019)
Relatório 37: Evaluación de Procesos del Programa presupuestario O007 “Optimización de los inmuebles federales y valuación de los bienes nacionales” (2018)
Relatório 38: Estudio para la Evaluación en materia de Diseño del Pp G001 Aplicación y modernización del marco regulatorio y operativo en materia mercantil y de normalización (2021).
Relatório 39: Estudio para la Evaluación en materia de Diseño del Pp P009, Promoción del desarrollo, competitividad, innovación, competencia y política regulatoria de los sectores industrial, comercial y de servicios (2021).
Relatório 40: Evaluación en Materia de Diseño con Trabajo de Campo del Programa de Apoyo Financiero a Microempresas Familiares U-007 (2020)

PERU

Educação

Relatório 1: Informe nº 2626 - 2013 - MINEDU-OGA-UABAS. Evaluación del Plan Anual de Contrataciones - I Semestre 2013
Relatório 2: Informe nº 49 - 2013 - MINED/SG-OGA-OL-CPROC. Informe de Ejecución del I Semestre del Plan Anual de Contrataciones 2016
Relatório 3: Informe nº 692- 2017 - MINED/SG-OGA-OL
Relatório 4: Informe nº 80 - 2018 - MINED/SG-OGA-OL-CPROC
Relatório 5: INFORME 00366-2019-MINEDU/SG-OGA-OL
Relatório 6: INFORME 00328-2020-MINEDU/SG-OGA-OL
Relatório 7: INFORME N° 00128-2021-MINEDU/SG-OGA-OL
Relatório 8: INFORME N° 00180-2022-MINEDU/SG-OGA-OL
Relatório 9: Informe nº 79 - 2015 - MINED/SG-OGA-OL-CPROC
Relatório 10: INFORME FINAL DE EVALUACIÓN DE CONTINUIDAD DE LA ENTIDAD PÚBLICA PRONIED
Relatório 11: INFORME N° 000146-2022-MINEDU-VMGI-PRONIED-UGM-MAP - Informe final del Programa de Mantenimiento 2021
Relatório 12: INFORME N° 000014-2022-FMM-MINEDU-VMGI-PRONIED-UGM-MAP
Relatório 13: INFORME N° 01332-2023-MINEDU/SPE-OPEP-UPP

Economia/Fazenda

Relatório 1: Informe Global de la Gestión Presupuestaria 2019

Relatório 2: Informe Global de la Gestión Presupuestaria 2020
Relatório 3: Informe Global de la Gestión Presupuestaria 2021
Relatório 4: Reporte de Seguimiento Trimestral de las Finanzas Públicas y del Cumplimiento de Reglas Fiscales de los Gobiernos Regionales y Gobiernos Locales
Relatório 5: Informe de avance Plan Nacional de Infraestructura para la Competitividad
Relatório 6: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES CUARTO TRIMESTRE 2022
Relatório 7: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES TERCER TRIMESTRE 2022
Relatório 8: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES SEGUNDO TRIMESTRE 2021
Relatório 9: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES SEGUNDO TRIMESTRE 2020
Relatório 10: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES PRIMER TRIMESTRE 2023
Relatório 11: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES PRIMER TRIMESTRE 2021
Relatório 12: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES SEGUNDO TRIMESTRE 2022
Relatório 13: REPORTE FISCAL TRIMESTRAL: SEGUIMIENTO DE LAS REGLAS MACROFISCALES TERCER TRIMESTRE 2021
Relatório 14: INFORME PREELECTORAL ADMINISTRACIÓN 2016-2021
Relatório 15: INFORME ANUAL DE EVALUACIÓN DE CUMPLIMIENTO DE REGLAS FISCALES DE LOS GOBIERNOS REGIONALES Y GOBIERNOS LOCALES AL 2022
Relatório 16: Informe Anual de Evaluación de Cumplimiento de Reglas Fiscales de los Gobiernos Regionales y Gobiernos Locales al 2021
Relatório 17: Informe Anual de Evaluación de Cumplimiento de Reglas Fiscales de los Gobiernos Regionales y Gobiernos Locales al 2019
Relatório 18: Informe Anual de Evaluación de Cumplimiento de Reglas Fiscales de los Gobiernos Regionales y Gobiernos Locales al 2020
Relatório 19: EVALUACIÓN ANUAL DE LOS COMPROMISOS FISCALES CONTENIDOS EN EL DOCUMENTO “COMPROMISOS DE AJUSTE FISCAL” DE LOS GOBIERNOS REGIONALES Y GOBIERNOS LOCALES DEL AÑO FISCAL 2022
Relatório 20: Informe de Evaluación de Resultados del Plan Estratégico Sectorial Multianual (PESEM) 2017-2024 del Sector Economía y Finanzas, periodo 2017-2020
Relatório 21: INFORME DE EVALUACIÓN DE IMPLEMENTACIÓN DEL PLAN OPERATIVO INSTITUCIONAL (POI) ANUAL 2020 PRIMER TRIMESTRE